

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E SILÊNCIO:
UM ESTUDO SOBRE MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO
SEXUAL

VERALÚCIA PINHEIRO

Goiânia, 2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

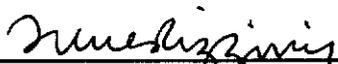
FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E SILÊNCIO:
UM ESTUDO SOBRE MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

Aluna: Veralúcia Pinheiro

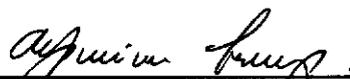
Orientadora: Profa. Dra. Anita C. Azevedo Rezende

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da UFG como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

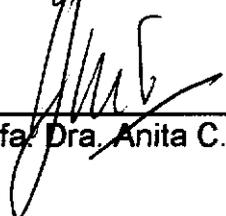
COMISSÃO EXAMINADORA:



Profa. Dra. Irene Rizzini



Profa. Dra. Maria Hermínia Marques da Silva Domingues



Profa. Dra. Anita C. Azevedo Rezende

Goiânia
2000

CONVÍVIO

Carlos Drummond de Andrade
(1978:61)

Cada dia que passa incorporo mais esta verdade, de
que eles não vivem senão em nós
e por isso vivem tão pouco; tão intervalado; tão débil.
Fora de nós é que talvez deixaram de viver, para o que se chama tempo.
E essa eternidade negativa não nos desola.
Pouco e mal que eles vivam, dentro de nós, é vida não obstante.
E já não enfrentamos a morte, de sempre trazê-la conosco.
Mas, como estão longe, ao mesmo tempo que nossos atuais habitantes
e nossos hóspedes e nossos tecidos e a circulação nossa!
A mais tênue forma exterior nos atinge.
O próximo existe. O pássaro existe.
E eles também existem, mas que oblíquos! e mesmo
sorrindo, que disfarçados...
Há que renunciar a toda procura.
Não os encontraríamos, ao encontra-los.
Ter e não ter em nós um vaso sagrado,
um depósito, uma presença contínua,
esta é nossa condição, enquanto,
sem condição, transitamos
e julgamos amar
e calamos-nos.
Ou talvez existimos somente neles, que são omissos, e nossa existência,
Apenas uma forma impura de silêncio, que preferiram.

“Então aqui morre essa história”.

Rute, mãe de Ana.

RESUMO

A presente dissertação estuda casos de meninas envolvidas em processos de abusos sexuais na família, objetivando compreender como operam as mediações numa socialização capaz de produzir o silêncio frente à violência sexual. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, abrangendo as adolescentes e suas mães. A partir das categorias família/infância/adolescência e violência, consideradas em sua historicidade, buscou-se compreender as ações e os significados dos valores culturais familiares que, expressos em práticas, reforçam ou ressignificam valores tradicionais, mesmo quando negados ao nível do discurso. Assim, o abuso sexual não foi estudado isoladamente, mas associado a outras categorias - autoridade, hierarquia, poder - percebidas como algo natural no interior das famílias e na sociedade de forma ampla. Percebeu-se que a violência sexual produz uma desestruturação das referências culturais das crianças e adolescentes, a família perde seu lugar privilegiado de instituição socializadora, a convivência entre seus membros também perde seu sentido original, reforça os valores do patriarcalismo e da inferioridade de gênero. Conclui-se, portanto, que, no abuso sexual contra a criança, estão inseridos os conceitos e as regras sociais que norteiam a prática do agressor e de sua família, existindo um cruzamento do individual com o social, na medida em que a família integra as condições e a lógica que produzem a violência. Assim, a educação familiar é decisiva para a instalação do segredo e da ameaça, importantes requisitos configurados na esfera das relações. Mesmo depois de rompido, o segredo é reinstalado através da continuidade de uma educação que tem por base a ausência de autonomia do sujeito.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand how mediation in socialization is capable silencing girls involved in family sexual abuse. The methodology used was semi-structured interviews with the adolescents and their mothers. From the categories family, infancy-adolescence, and violence, considered in their history, the understanding of the actions and the meaning of their cultural values passed through generations was sought. Even though these values were denied at the level of discourse, they reinforce traditional values and express, in their practice, the redefinition to these values. Therefore, sexual abuse was not studied in isolation, but associated to other categories, such as authority, hierarchy, and power, which were seen as natural behavior among the families and society in general. We noticed that sexual violence generates the unbalancing of cultural references for these children and adolescents, the family loses its privileged place as social institution, coping among its members loses its original meaning, and patriarchal and gender inferiority values are reinforced. We can conclude, thus, that in children sexual abuse are inserted social concepts and rules that lead the practice of the aggressor and of his family. There is an intersection between individual and society, since the family integrates the means and the reason that produce violence. Therefore, family education is decisive for the settlement of secret and threatening, important requirements shaped in the sphere of kinship. Even after broken, the silence is settled back through the continuity of an education based in the lack of autonomy of the subject.

INDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	20
A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA	20
1.1. Vida familiar, educação sexual e religião nos discursos de mães de adolescentes vítimas de abuso sexual	35
1.1.1. A educação sexual na família	35
1.1.2. A religiosidade das famílias: herança transmitida através de regras e normas	38
1.1.3. O universo das mães no contexto da sociedade brasileira	48
1.1.4. A educação das mães de adolescentes e o rompimento do pacto do silêncio: os legados geracionais	52
CAPÍTULO II	
CRIANÇA E ADOLESCENTE: SUJEITO OU OBJETO DE SOCIALIZAÇÃO?	63
2.1. Os modelos de educação de crianças e adolescentes no Brasil	70
2.2. As concepções das adolescentes entrevistadas sobre suas experiências	74
2.2.1. Estudo e trabalho	74
2.2.2. Sexualidade, disciplina e religião	76
2.2.3. Vida afetiva e lembranças do passado	82
CAPÍTULO III	
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: A FAMÍLIA QUE NÃO É SAGRADA	85
3.1. Memória e esquecimento	89
3.2. A reconstituição do pacto do silêncio	95
3.3. As condições e os sentimentos acerca do abuso sexual	99
3.4. O despertar das famílias e o papel das instituições	103
3.5. O impacto da revelação no cotidiano das famílias e suas conseqüências	107
3.6. A reação externa: loucura, fantasia ou sedução?	112
3.7. O agressor no contexto das famílias	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS: FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E SILÊNCIO	122
BIBLIOGRAFIA	
ANEXO	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda casos, envolvendo nove meninas vítimas de abusos sexuais. Propõe reconstruir a experiência frente ao abuso a partir de entrevistas semi-estruturadas realizadas em julho de 1999, com as vítimas e suas mães, buscando identificar as formas como operam as mediações da socialização no pacto do silêncio frente ao abuso sexual. Os casos já haviam sido desvelados institucionalmente em 1998, ano em que as adolescentes procuraram o NECASA.¹

O interesse em estudar a família como mediação no processo de socialização de indivíduos que vivem situações de violência deve-se à compreensão de sua importância na constituição do sujeito. Nessa perspectiva, o objeto de estudo está intrinsecamente relacionado ao Mestrado em Educação. Afinal, a família é um dos fundamentos sobre os quais se assenta o processo educativo do indivíduo na realidade.

A família é um lugar privilegiado onde o indivíduo vai desenvolver sua condição de ser social, a sua sociabilidade. O desenvolvimento do indivíduo nas diferentes esferas de socialização está referido a uma seqüência temporal; cujo ponto de partida é a família onde terá início um processo através do qual acontecimentos objetivos serão apreendidos e significados. A apreensão do outro como algo que produz sentido para o próprio sujeito é o ponto de partida do processo de interiorização e exteriorização, solidários e fundantes da sociabilidade. O processo ontogenético pelo qual isso se realiza é a socialização, definida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de parte dela. Assim, socialização primária é a socialização inicial da criança na sociedade; a secundária são as condições subseqüentes que a introduzem, já socializada, em novos patamares do mundo objetivo.

A família, portanto, precisa ser compreendida enquanto instância de diversidade, evitando, como diz Ribeiro & Ribeiro², limitar-se à visão econômico-funcional que a percebe somente como espaço de reprodução das ideologias dominantes. O

¹ . NECASA - Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente, órgão da U.F.G. vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

² . Ivete RIBEIRO & Ana Clara T. RIBEIRO. *Família e Desafios na Sociedade Brasileira: Valores como ângulo de análise*, p.71-84.

conceito de sociabilidade não a restringe a espaços fixados e não a limita a períodos determinados. Ele é um processo que atua na flexibilização dos modelos e representações de família, construídos durante o desenvolvimento da socialização. Nesse processo, nas suas relações e imbricações com determinações da sociedade considerada de forma mais ampla, onde atuam, inclusive, as determinações de ordem estrutural, é que acontecem tanto a construção como a fragmentação dos valores propostos como objetivos coletivos para a sobrevivência na sociedade.

É nessa perspectiva que se busca os nexos relacionados às influências de fatores que compõem o universo cultural das famílias através de entrevistas com mães e filhas. Seus princípios e práticas foram compreendidos em seu caráter universal que, a par de suas especificidades, guardam aspectos que articulam simultaneamente elementos homogeneizadores e heterogeneizadores. O fato de a família ser um espaço privilegiado de convivência não significa ausência de conflitos.

Vicente (1994:54), discutindo a importância do vínculo familiar para o desenvolvimento da criança, alerta sobre a existência de "conflitos e tensões" latentes ou manifestos na estrutura interna da família, e as diferentes formas de lidar com eles. Tais diferenças estão relacionadas tanto à adoção de modelos autoritários e intolerantes, nos quais predominam um relacionamento adultocêntrico de opressão e um silenciamento dos mais fracos, geralmente crianças e adolescentes, quanto formas democráticas, onde se respeitam as diferenças e até se valoriza a crise enquanto momento privilegiado para o diálogo.

A autora lembra ainda que, nem sempre, o silêncio é sinal de paz e de liberdade. Quando a perspectiva de solução para um problema se dá pelo silenciamento do mais fraco, os ressentimentos permanecem de forma latente, porém prontos para emergir a qualquer momento.

Os relacionamentos violentos nas interações dos adultos com as crianças, especialmente no âmbito doméstico, possuem raízes históricas e estão presentes em todas as classes sociais. Para Azevedo e Guerra (1989:40), a violência pode resultar de um conflito de gênero ou de gerações, no qual as desigualdades são transformadas em diferenças, numa relação de superiores e inferiores, e/ou tratando o mais fraco como 'coisa'. A autora afirma ainda que, às vezes, a família enfrenta dificuldades para resolver os conflitos democraticamente através do diálogo e recorre, portanto, à memória dos

procedimentos que lhe foram repassados durante seu próprio processo de socialização. Nesse acervo pessoal ou memória individual, resgata muitas vezes uma conduta destrutiva, onde predominam o ódio, o ressentimento, o abuso.

Nesse espaço, a família engendra muitas e variadas formas de violência. Dentre elas, o abuso sexual que não pode ser considerado uma prática comum que componha o conjunto de mecanismos de sociabilidade organizado pelas famílias. Essa é uma situação que, em hipótese alguma, é percebida como normal ou natural. Daí a existência do segredo que, em qualquer família, de qualquer classe social, encontra-se presente. Também, os valores religiosos, a extrema valorização da obediência, a preservação de valores tradicionais definindo o papel do homem e da mulher e o lugar ocupado pelas crianças são elementos que apontam para a universalidade das famílias, especialmente para aquelas que convivem com o fenômeno do abuso sexual.

A pesquisa foi realizada no NECASA, que além dos atendimentos de saúde, desenvolve ações articuladas com a educação, que abrangem estudos e pesquisas sobre os adolescentes e suas famílias, numa compreensão ampla acerca de seus problemas. Assim, a inserção profissional da pesquisadora neste Núcleo, permitiu perceber a problemática que envolve as mães de crianças e adolescentes que procuram o órgão atrás de um "remédio" que resolva os problemas psicológicos e emocionais apresentados pelas filhas e lhes permita retomar a educação que, antes da revelação dos fatos, norteava a vida doméstica da família. Na verdade, as mães procuram atendimento psicológico, acreditando que o tratamento livrará suas filhas de fantasmas do passado e suas conseqüências.

A partir dessa inserção, decorreu o interesse na investigação das mediações da socialização no contexto familiar no pacto do silêncio diante do abuso sexual. Ou seja: buscou-se compreender como se opera o pacto de silêncio no interior da família frente a situações de abuso sexual. No limite, tratava-se de investigar o percurso que pode ser apreendido no trajeto que leva da situação de violência ao silêncio e, posteriormente, da quebra do pacto de silêncio à reinstauração do pacto original. Para tanto, na delimitação da pesquisa, definiu-se por trabalhar somente com adolescentes do sexo feminino, uma vez que, estatisticamente, as meninas estão mais sujeitas à violência sexual doméstica, conforme dados apresentados pela literatura nacional e estrangeira, e também porque, no período, foram registrados treze casos com meninas e um com menino. O recorte relativo

ao ano de 1998 deve-se ao fato de que foi nesse ano que os profissionais do NECASA apresentaram maior preocupação com o fenômeno, criando um grupo de estudos, cujo mérito, além do aprofundamento teórico, foi o de provocar discussões sobre o problema, contribuindo para o processo de rompimento com os preconceitos que ainda prevalecem no interior das instituições de saúde e educação.

Formuladas as definições necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que tratam do tema, visando à construção de um instrumento de coleta de dados capaz de abarcar o fenômeno em sua totalidade. Tais estudos³ indicaram a família, a infância e a violência como categorias fundamentais para os objetivos do trabalho. Nesse sentido, a entrevista apresentou-se adequada como instrumento a ser utilizado, tendo sido inclusive capaz de identificar novas categorias mediadoras, como, por exemplo, os valores religiosos.

Concomitante aos estudos que consultaram pesquisas desenvolvidas em Goiânia⁴ e outras que abordam as categorias consideradas fundamentais para este trabalho, durante o período compreendido entre abril e junho de 1999 foram elaborados dois roteiros de entrevistas (em anexo) que, após validados por uma equipe composta por três professores pesquisadores da área, foram liberados para utilização com as adolescentes e suas respectivas mães.

Para selecionar os sujeitos da pesquisa, foram consultados todos os prontuários de adolescentes atendidos nos Ambulatórios para adolescentes do HC vinculados ao NECASA durante o ano de 1998. A leitura dos prontuários atentou para as anotações de todos os profissionais: assistente social, psicólogo e médico. No universo de 640 atendimentos, identificaram-se 14 casos de abusos sexuais, dos quais 05 foram ou desconsiderados ou inviabilizados, restando, portanto, 09. As explicações para a sele

³ . Arendt HANNAH, *A Condição Humana*; Philippe ARIÈS, *História Social da Criança e da Família*; Massimo CANEVACCI (Org.), *Dialética da Família*; Mark POSTER, *Teoria Crítica da Família*; Maria Amélia AZEVEDO. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: Maria Amélia AZEVEDO; Viviane N. de Azevedo GUERRA. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*.

⁴ . Sônia Margarida GOMES e Otaliba Libâneo MORAIS NETO, *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)*. Luiza Pereira MONTEIRO, *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*.

ção são as seguintes: 1) tratava-se de indivíduo do sexo masculino; 2) tratava-se de adolescente com deficiência mental, impossibilitada de participar da entrevista; 3) endereço de prontuário arquivado no HC não localizado; 4) recusa da mãe a participar da entrevista e proibição de que a filha participasse; 5) vítima de violência sexual por parte de desconhecido, fora da família.

É importante esclarecer que as ações de saúde desenvolvidas pelo NECASA são realizadas junto ao Hospital das Clínicas – HC da UFG, que mantém três ambulatórios somente para atendimento a adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos. São eles: Ambulatório de Clínica Geral para Adolescentes de Ambos os Sexos, Ambulatório de Ginecologia e Ambulatório de Obstetrícia. O agendamento para o atendimento inicial da adolescente é feito via HC, que libera consultas de acordo com o limite de vagas previamente estipulado pelos profissionais envolvidos.

Esse atendimento inicial é realizado em todos os ambulatórios por uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e estagiários dos cursos de Serviço Social e Psicologia da Universidade Católica de Goiás. O Ambulatório Geral conta com preceptores pediatras e residentes da Pediatria, internos da Pediatria (alunos do 6º ano do curso de Medicina da UFG). O Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia conta com preceptores ginecologistas e obstetras e residentes da Ginecologia e Obstetrícia.

Após o primeiro atendimento, que acontece nos ambulatórios, os adolescentes, de acordo com encaminhamento da equipe multiprofissional, podem ou não dar continuidade ao tratamento. Em outras palavras, a identificação de problemas psicológicos ou emocionais por parte da equipe resulta ou não na indicação de um atendimento terapêutico que se realiza nas dependências do NECASA, localizado nos fundos do HC (área externa). Porém, nem sempre a indicação dos profissionais promove o atendimento. A terapia só se realiza quando há disponibilidade de profissionais para tanto.

Em relação aos nove casos que se constituíram em objeto dessa pesquisa, buscou-se, alargar a inteligibilidade em relação ao papel que a educação familiar ocupa quanto às posturas adotadas pelos indivíduos quando se deparam com situações de violência. Dessa forma, a construção do objeto de estudo cruzou a história de cada uma das meninas, utilizando um mesmo roteiro de entrevista a partir do qual histórias diversas

se revelaram nas palavras e nos silêncios que, não raro, também pontuaram os momentos das entrevistas. Numa perspectiva inicial de caracterização, pode-se apresentar os sujeitos⁵ participantes como se segue:

a) As meninas

Patrícia, 16 anos, nasceu na cidade de Marabá, no estado do Pará, veio para Goiânia com cerca de 06 anos, mora no Abrigo Amor Perfeito, uma ONG vinculada à Igreja Católica, para onde foi encaminhada pelo Juizado da Infância e Juventude em virtude de abandono da família. Estuda a 5ª. série do ensino fundamental numa escola pública. No abrigo, cuida da horta e ganha uma bolsa no valor de 1/3 do salário mínimo. Sofreu abusos sexuais cometidos pelo irmão adulto quando tinha 06 anos de idade. Por essa circunstância, sua mãe não participou da entrevista.

Juliana, 17 anos, nasceu em Fortaleza dos Nogueira, no estado do Maranhão, veio para Goiânia sem a família, com 15 anos, casou-se e mora com o marido. Estuda a 8ª. série do ensino fundamental em escola pública estadual. Trabalhou na roça aos 7 anos de idade. Mais tarde foi babá, empregada doméstica e, por último, secretária de dentista. Estava desempregada quando foi entrevistada. Sofreu abusos sexuais cometidos pelo tio paterno durante alguns meses, quando tinha cerca de 13 anos, Sua mãe continua morando no Maranhão e por isso não participou da entrevista.

Alice, 17 anos, nasceu em Uruaçu, estado de Goiás, mora com a mãe, estuda a 8ª. série do ensino fundamental, trabalha no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, seu primeiro emprego, ganha meio salário mínimo. Solteira, estava grávida na ocasião da pesquisa e havia abandonado o uso de drogas. Sofreu abusos sexuais quando tinha 16 anos, cometidos por uma pessoa amiga íntima de sua família. Alice não permitiu contato direto com sua mãe que, segundo ela, recusou-se a participar da entrevista.

Fátima, 15 anos, nasceu em Goiânia, mora com a mãe, o padrasto e os irmãos, estuda em escola pública estadual, cursa a 8ª. série do ensino fundamental e nunca

⁵. Para preservar a identidade dos sujeitos, os nomes são fictícios.

trabalhou fora. Ajuda em casa cuidando dos irmãos mais novos. Os abusos sexuais foram cometidos pelo primeiro padrasto quando tinha 05 anos.

Virgínia, 14 anos, nasceu em Rondônia, veio para Goiânia aos 03 anos, mora com a mãe, o padrasto e o irmão, estuda em escola pública estadual, cursa a 5ª. série do ensino fundamental, trabalha como cabeleireira no salão-escola de sua mãe ganhando cerca de 01 salário mínimo mensal. Sofreu abusos sexuais cometidos pelo tio, marido da irmã de sua mãe, entre os 05 e 09 anos de idade (durante 03 anos e 07 meses).

Ana, 15 anos, nasceu na cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão, veio para Goiânia com 07 anos, mora com a mãe, o padrasto e o irmão, estuda em escola pública estadual, cursa a 8ª. série do ensino fundamental e nunca trabalhou fora. É responsável pelas tarefas domésticas de sua casa. Ana sofreu abuso sexual quando estava com 11 anos, cometido pelo primo do padrasto que morava em sua casa, numa única agressão revelada à família 03 anos depois. (Essa foi a única entrevista realizada em casa, com dificuldades, uma vez que Ana ficou sempre preocupada com a possibilidade de o irmão ouvi-la).

Marina, 16 anos, nasceu em Goiânia, mora com a mãe, o pai, duas irmãs e um irmão, estuda em escola pública, cursa a 7ª. série do ensino fundamental e trabalha desde os 11 anos, ajudando o pai no armazém de propriedade da família. Não era remunerada. Os abusos sexuais foram cometidos pelo tio, irmão de seu pai, quando ela ainda era criança. Não se lembra exatamente quantos anos tinha. Sabe apenas que foram várias vezes. Sua mãe recusou-se a participar da entrevista.

Rosa, 18 anos, nasceu em Goiânia, mora com a mãe e os irmãos (com exceção do irmão que a agrediu), cursa o 3º ano do ensino médio em escola pública estadual. Trabalhou pela primeira vez aos 12 anos, em atividades de babá e empregada doméstica. Não estava trabalhando quando participou da entrevista, porque estava grávida e precisava fazer estágio no colégio. Os abusos sexuais aconteceram quando ela estava entre os 07 e 09 anos de idade, cometidos pelo irmão mais velho. Rosa chorou durante quase todo o tempo da entrevista.

Antonia, 11 anos, nasceu em Goianésia, veio para Goiânia aos 08 anos de idade, mora com a mãe e o irmão mais novo, estuda a 4ª. série do ensino fundamental em escola pública municipal e nunca trabalhou. Sofreu abusos sexuais do padrasto quando estava com 08 anos.

b) As mães

O contato com as mães permitiu encontrar mulheres que, nas suas histórias singulares, recriam as condições de muitas outras. Participaram cinco mães. Sobre a ausência das outras quatro, cujas filhas foram entrevistadas, tem-se: a mãe de Juliana e a de Patrícia não residem em Goiânia, são de outro Estado. A primeira veio sozinha, disposta a trabalhar e a esquecer o passado. Hoje, tem um companheiro e não pensa em voltar ao seu Estado de origem. A segunda foi abandonada ainda na infância e nunca mais encontrou sua família; Alice dificultou o acesso à mãe, transmitindo um recado sobre sua não disposição em participar; com a mãe de Juliana, foram feitas várias tentativas via telefone. Porém, ela sempre forneceu argumentos reforçando dificuldades relacionadas à sua pouca disponibilidade de tempo. Por fim, pediu alguém de sua casa para transmitir o recado de que não participaria. As entrevistadas foram, portanto, realizadas com:

Rute, mãe de Ana, 37 anos, passou a maior parte da vida no interior. Casada, camareira de hotel, 02 filhos: 01 menina e 01 menino. Voltou a estudar e está cursando o supletivo do ensino fundamental. Evangélica, frequenta o Movimento Jovens Livres. O sustento da família é de responsabilidade de Rute, pois o marido, antes motorista de caminhão, encontra-se desempregado. A renda mensal da família é 03 salários mínimos.

A entrevista com D. Rute foi feita em um domingo, seu único dia livre na semana. Sua disponibilidade ficou evidente desde o primeiro contato por telefone. Respondeu à entrevista mais longa, e, dentre todas as mães, foi que demonstrou maior emotividade ao falar do assunto. Ela chorou durante quase todo o tempo em que narrou os aspectos relativos ao abuso sexual da filha e às condições em que se deu o fim do silêncio. Ao final, justificou as longas narrativas como uma necessidade pessoal de não ter com quem falar.

Beatriz, mãe de Fátima, 34 anos, passou a maior parte da vida em Goiânia. Casada, empregada doméstica, 05 filhos: 03 homens e 02 mulheres. Voltou a ser estudante e está fazendo a 6ª. série do ensino fundamental. Evangélica, frequenta a Igreja Casa da Bênção. Quando a entrevista foi realizada, o marido de Beatriz, motorista profissional, estava desempregado. Mesmo assim, ela afirmou que era ele o responsável pelo sustento da família e que possuem renda em torno de 03 salários mínimos. Ressalte-

se que o marido que abusou da filha era outra pessoa, ou seja, o primeiro padrasto de Fátima.

Desde o primeiro contato com D. Beatriz, ficaram esclarecidos os objetivos e o assunto a serem tratados. No entanto, quando foram abordadas questões relativas aos abusos sexuais que a filha sofreu na infância, ela chorou e negou conhecimento dos fatos. Mesmo assim, prosseguiu-se à entrevista. Quando se acalmou, conseguiu falar sobre as condições em que ocorreram os abusos sexuais.

Joana, mãe de *Virgínia*, 33 anos, estudou até a 7ª. série, passou a maior parte da vida em Goiânia. Cabeleireira, casada, 02 filhos: 01 menina e 01 menino. Evangélica, freqüentava a Igreja Deus é Amor. O sustento da família era dividido com o marido que é vendedor. A renda da família era de 06 salários mínimos.

Das mães entrevistadas, D. Joana foi a única que tinha filha em tratamento psicológico no NECASA. Enfatizou sempre o quanto a psicanálise estava ajudando a adolescente, especialmente nos estudos e no seu comportamento em casa e na escola.. O vínculo institucional facilitou a entrevista com essa mãe, que se colocou, desde o primeiro contato, à disposição para fornecer as informações necessárias ao estudo, dispondo-se, inclusive, a fazer a entrevista em dia útil. Em outras palavras, ela foi a única mãe, cuja entrevista não foi realizada em feriado ou final de semana.

Jeruza, mãe de *Rosa*, 51 anos, auxiliar de enfermagem, passou a maior parte da vida em Goiânia. Separada do marido há muitos anos, 06 filhos: 04 mulheres e 02 homens. Concluiu o ensino fundamental. Evangélica, freqüentava a Igreja Universal do Reino de Deus. Dividia com os filhos o sustento da casa e não revelou o valor da renda, argumentando-a como muito irregular. Seu filho mais velho, filho do primeiro casamento, foi o agressor da filha *Rosa*.

Ao contrário de sua filha *Rosa* que, desde o início interessou-se em colaborar, D. Jeruza não se decidiu imediatamente à entrevista. Em vários contatos por telefone, enfatizou dificuldades relacionadas à debilidade de sua saúde, pouca disponibilidade de tempo, etc., Durante a entrevista, demonstrou dúvidas quanto à veracidade dos abusos sexuais narrados por *Rosa*. Lembrou seu próprio passado de violência sexual.

Solange, mãe de *Antonia*, 28 anos, empregada doméstica, natural de Goianésia, cidade onde passou a maior parte de sua vida. Foi casada com Paulo durante 06 anos, o autor dos abusos sexuais contra sua filha. Quando foi entrevistada, em julho

de 1999, estava solteira, morando com seus 02 filhos. Porém, tinha um namorado que passava a maior parte do tempo livre em sua casa. Estudou até o 1º ano do ensino médio, freqüentava a igreja Batista, era a única responsável pelo sustento de sua família, com renda de 02 salários mínimos.

Desde o momento em que foi contatada para a entrevista, Solange mostrou-se disponível para falar sobre o assunto, embora ressaltando o sofrimento de lembrar dos acontecimentos relacionados aos abusos sexuais sofridos pela filha e por ela mesma quando adolescente. Fez questão de esclarecer o quanto era importante ter alguém para ouvi-la, uma vez que se sentia sozinha, sem o apoio de sua família de origem e sem amigos.

As 14 entrevistas (09 adolescentes e 05 mães) foram realizadas e gravadas no mês de julho de 1999. Com exceção de Ana que, em função de dificuldades pessoais, gravou a entrevista em sua residência, as demais aconteceram na sede do NECASA, em dias úteis e em finais de semana. A opção pelo espaço institucional visou a preservar a privacidade das adolescentes e de suas mães, principalmente quando o fim do segredo não envolveu todos os membros da família. Além disso, em se tratando de famílias pobres como são, suas habitações não protegem do contato permanente com vizinhos ou parentes. Essa situação pôde ser percebida com Ana: em que tenha pesado sua boa vontade de colaborar, constantemente mencionou o medo de que o irmão pudesse ouvi-la.

A transcrição das fitas com as gravações foi feita ainda no mês de julho, imediatamente após cada entrevista, buscando, dessa forma, estabelecer familiaridade com os dados. A análise iniciou-se a partir de agosto de 1999, articulando-se às questões teóricas estudadas.

A partir do que foi recriado pela experiência dessas meninas e de suas mães, a pesquisa expõe os seus resultados em três capítulos, que tratam da relação entre o viver e o sobreviver em família e da educação compreendida de forma ampla, embora em níveis diferenciados. O primeiro capítulo realiza uma abordagem teórica e histórica da família. Resgata a sua historicidade e inicia também a análise dos dados dos valores constitutivos do universo familiar entrevistado. Dessa forma, discute a sexualidade, a transmissão das regras no interior das famílias, os valores morais e religiosos dos indivíduos numa perspectiva teórica. As entrevistas feitas com as mães das adolescentes

indicaram que as categorias religião, educação na família, inclusive educação sexual, fatores relacionados à transmissão das normas e regras e a disciplina que se exige de seus membros encontram-se relacionados.

Buscou-se, portanto, compreender o papel que a família nuclear moderna ocupa nas sociedades atuais enquanto fato cultural historicamente condicionado e o seu caráter universal possibilitado pela produção da vida material, que, em que pese as singularidades de cada país e de cada cultura, mantêm elementos inerentes ao modo de produção, cujas implicações no processo de construção das instituições são inegáveis. Essa pretensão à universalidade, entretanto, não implicou desconsiderar o problema axiológico da subjetividade ou da objetividade quando não formulado explicitamente.

No segundo capítulo, resgata-se o desenvolvimento histórico da categoria infância e adolescência, com limites em relação à adolescência, em decorrência da reduzida disponibilidade da literatura produzida pelas ciências sociais sobre o tema, especialmente no Brasil.

O terceiro e último capítulo discute a violência como categoria essencial para a compreensão da realidade das famílias entrevistadas, a partir da discussão com autores que desenvolveram estudos sobre a temática. As categorias mediadoras emergem da própria pesquisa e são consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno. As análises visam a conhecer a maneira como as adolescentes e suas mães elaboram as lembranças de um passado violento, como sobrevivem ao fim de um segredo guardado, cujas recordações reacendem o sofrimento ao ponto de fazê-las desejar restabelecer o silêncio rompido. São analisados, ainda, os discursos, principalmente os das mães, a respeito dos agressores, que apontam para a permanência de valores tradicionais: a mediação de Deus e sua função de fazer justiça, os valores cristãos relacionados ao perdão, a relativização dos "erros" cometidos pelos homens e, portanto, a legitimação da liberdade e da autonomia destes para impor, controlar e dominar mulheres adultas ou crianças e adolescentes.

Enfim, os dados revelaram categorias mediadoras ou subcategorias fundamentais para a compreensão do objeto investigado, principalmente a constituição de valores mediados pela religião e a contradição entre princípios e práticas, cuja expressão encontrou, nas mães que ressaltaram suas mágoas diante de uma educação repressora, autoritária e violenta vivida em suas famílias de origem, a reprodução dos velhos

mecanismos com os próprios filhos - a utilização de surras, gritos, para obter a obediência das crianças. Uma distância entre intenção e gesto que foi também percebida na recusa das mães de tratar de assuntos sobre sexualidade e na relativização dos atos dos agressores, percebidos como ingênuos, pouco esclarecidos, ou condicionados pelas circunstâncias advindas das precárias condições de privacidade da família.

Nesse sentido, o tema assume grande importância, pois pode contribuir para o crescimento do interesse pelo estudo relacionado ao abuso sexual ou a temas que aprofundem os conhecimentos acerca da família enquanto "locus" de inculcação de normas e regras, cuja função mediadora entre indivíduos e sociedade nem sempre pode ser considerada espaço de proteção ou percebida de forma homogênea, porque, historicamente, ela tem demonstrado rupturas e continuidades.

Além disso, o estudo pode contribuir para a compreensão dos aspectos constitutivos da educação autoritária voltada para a obediência e a submissão assumidas pela família e, outras vezes, por instituições, como a escola, a igreja, fornecendo elementos para a compreensão da questão relacionada ao silêncio que, em geral, acompanha os fenômenos de violência explícita ou tácita e, especificamente, do abuso sexual de crianças e adolescentes.

É necessário cuidado para não cair no risco de generalizações apressadas a partir de casos singulares, mas histórias como as vividas pelas meninas do NECASA são portadoras de uma dramaticidade que ressoa a sociedade em que vivemos e deixa transparecer a violência que o silêncio esconde.

CAPÍTULO I

A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E HISTÓRICA

Por mais decisivo que seja o poder que o casamento monógamo representa na história milenar da evolução humana e por mais longo e importante que seja o futuro que lhe pode ser reservado numa forma mais alta na sociedade, em todo caso nele é que se tornam visíveis as contradições entre a vida que evolui e as circunstâncias(...).

Max Horkheimer

(1990:234)

É fundamental constatar que é próprio do senso comum conceber as instituições relativamente estáveis da sociedade, como é o caso da família, como formas “naturais” de organização coletiva ao invés de produtos históricos advindos da atividade social. Essa tendência à naturalização, que não poupa a família, deve-se à regulamentação social de atividades de base nitidamente biológica: o sexo e a reprodução.

Dentre os autores que corroboraram para a compreensão da família como fato histórico e cultural, destaca-se Lévi-Strauss (1976:360), que investigou as estruturas elementares do parentesco a partir do tabu do incesto, concluindo que é necessário não confundi-lo com uma elaboração cultural, fruto de exigências biológicas. Ao contrário, a proibição do incesto consiste na imposição de uma norma, sendo, portanto, uma criação social. Sua importância na reflexão sobre a família relaciona-se à destruição do mito natural da sexualidade, submetendo-o a regras e tomando-o um instrumento de criação de vínculos sociais.

O estudo da família, que enfoca aspectos culturais, históricos e sociais, implica sempre investigá-la enquanto espaço de socialização. Daí a importância de se conhecerem as formas de trabalho, de autoridade, de sexualidade, de amor, que

marcaram suas manifestações e organizações em diferentes períodos. O rompimento com a visão natural e biológica da família pode ser percebido nas idéias de privacidade que se desenvolveram ao mesmo tempo que o modelo burguês de família, idéias que, evidentemente, não existiam nas famílias aristocráticas e camponesas⁶.

Poster (1979:197) distingue a família camponesa da aristocrática, mostrando como o casamento de um aristocrata era um ato político, que devia garantir a linhagem e manter intatas as propriedades da família, e como tinha pouco a ver com amor ou com sexo. A centralidade da família estava no 'status' da casa, não na unidade conjugal. À mulher cabia ter filhos, organizar a vida social, mas a administração da casa, a criação dos filhos não faziam parte de suas preocupações.

A história da educação das crianças também fundamenta a compreensão da evolução histórica da família. Ariès (1981:165) descreve a escola e o colégio na Idade Média como instituições destinadas a um pequeno número de clérigos de diferentes idades, pois uma das características centrais da escola desse período era a mescla de idades num mesmo auditório. Dessa forma, assim que entrava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos. Somente por volta do século XV, inicia-se a conscientização da particularidade da infância e, conseqüentemente, da necessidade de tornar o colégio um instrumento para sua educação.

É claro que, em contextos tão distintos, as formas de amor e autoridade adotadas pela família burguesa são completamente diversas daquelas desenvolvidas pelas famílias aristocráticas. A importância que os nobres davam à hierarquia social os orientava no sentido de barrar as manifestações da criança em busca de autonomia, através de espancamentos similares aos de qualquer outro indivíduo de qualquer idade que buscasse os mesmos fins. Tratava-se de garantir a obediência à autoridade. Essa forma de punição era totalmente diferente das punições perpetradas pelas famílias burguesas, onde havia envolvimento emocional e se requeria da criança o controle de seu corpo em troca do amor dos pais.

⁶ . Segundo Mark Poster, as casas aristocráticas eram espaços onde se misturavam parentes, dependentes, criados e clientes, chegando a abrigar entre 40 e 200 pessoas. De uma maneira geral, as famílias aristocratas tinham mais filhos do que as famílias camponesas, em decorrência de a taxa de mortalidade infantil ser ligeiramente menor. No entanto, no período pré-industrial, o padrão de alta fertilidade/alta mortalidade se aplicava tanto à família aristocrática quanto à camponesa (Mark POSTER, *Teoria Crítica da Família*, p. 196).

Quanto à família camponesa, ela se diferenciava da aristocrática em vários aspectos. Os altos índices de mortalidade infantil não permitiam que o número de filhos fosse elevado. No entanto, o número reduzido de filhos não apontava para famílias pequenas, pois, diferentemente do modelo nuclear, ela não tinha como unidade básica a família considerada individualmente. Ao contrário, a aldeia era espaço privilegiado de socialização dos camponeses, o pai não estava investido de autoridade e nem mesmo o afeto era individualizado. A família não era privada. Assim, estava sujeita à fiscalização da própria aldeia - mesmo as comemorações, os rituais de passagem, casamentos, nascimentos eram acontecimentos comunitários e não pertenciam a uma família isoladamente.

A partir daí, em relação à família nuclear, Poster (1979:185) adota como pressuposto de seu surgimento a burguesia européia de meados de 1750. Essa experiência de estrutura familiar foi totalmente diferente de qualquer outra que tenha ocorrido antes do século XVIII. Ao início da revolução industrial, a classe trabalhadora possuía uma estrutura familiar "sui generis" que, depois de dois séculos, tornou-se cada vez mais semelhante à da burguesia. As explicações para a rapidez desse processo podem estar relacionadas, de acordo com o autor, ao fato de que, durante o período, um considerável número de burgueses perdeu suas propriedades, tornando-se assalariados, transformando-se em trabalhadores qualificados, se bem que pertencentes ao universo da classe trabalhadora. Isso proporcionou a mistura dos elementos históricos que deram origem à família nuclear européia, cujo modelo é exatamente o adotado pela família contemporânea.

Lasch (1991:28) acredita que, no início do século XIX, os principais traços do sistema familiar burguês já estavam estabelecidos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Os indicativos principais são os casamentos arranjados pelas próprias partes e não pelos pais ou pessoas mais velhas, o número considerável de pessoas que optavam por não se casarem e a relativa idade avançada dos noivos frente aos padrões da época. Ainda em relação ao casamento e à sexualidade, o autor acrescenta que as mudanças realizadas na educação das crianças influenciaram o comportamento dos casais, pois as meninas treinadas desde tenra idade para aceitar os avanços do sexo oposto sem comprometer sua reputação acabaram inadaptaadas à realidade da vida conjugal e por

isso provocaram grande tensão sexual, uma vez que o casamento ocidental baseava-se na intimidade e no amor.

A contradição entre a repressão da sexualidade desenvolvida pela educação moderna e as idéias do amor romântico vão compor o pano de fundo da família burguesa desde sua constituição, quando ela é percebida como refúgio contra um mundo cada vez mais brutal, competitivo, marcado pelas relações impessoais. As alterações no papel da mulher, nas concepções sobre a criança, que deixa de ser considerada de forma indiferenciada do adulto, são os novos ingredientes da família.

Poster (1979:186) compreende que a burguesia, como nenhuma outra classe, se esforçou para protelar a satisfação sexual. Isso porque, entre os membros dessa classe, as mulheres eram consideradas seres assexuais, criaturas angélicas acima da luxúria animal. Consideradas como criaturas dóceis, frágeis, puras, porém incapazes, a elas não era permitido o exercício da sexualidade prazerosa. O sexo estava, portanto, separado de qualquer idéia de sentimento e a sua utilidade na família era apenas para a procriação. Mesmo tendo o casamento deixado de ser um arranjo dos pais e chegado ao século XX como uma livre escolha dos envolvidos, o amor romântico e apaixonado constituiu-se numa realidade de curta duração, prevalecendo as idéias de responsabilidade e respeitabilidade.

A rígida separação dos papéis sexuais exercidos pela família burguesa e divulgados como o comportamento certo do ponto de vista moral, para Poster (1979:187), apesar de sua grande repercussão no conjunto da sociedade, inclusive junto à classe trabalhadora, enfrentava um obstáculo concreto, qual seja, o das condições objetivas de reprodução da vida material. Ora, ao considerar a mulher burguesa, a esposa, como uma pessoa pouco racional, apta apenas para a execução das tarefas domésticas, cujas satisfações ocorriam a partir das conquistas realizadas pelo marido, o sistema capitalista, dirigido pelo mundo masculino, enfrentou a contradição de necessitar do trabalho da mulher proletária para o desenvolvimento da sociedade industrial. Dessa contradição inicial, surgiram outras que extrapolaram o nível meramente ideológico e facilmente contornável da questão. Tratava-se dos cuidados com os filhos que, na família burguesa, sempre foi de responsabilidade da mãe. Se as contradições inerentes aos discursos sobre a incapacidade, fragilidade e inferioridade da mulher foram facilmente resolvidas através da conservação de seus salários abaixo dos níveis garantidos aos homens, em relação ao

desmonte dessa estrutura familiar, concebida para ter a mulher e mãe como guardiãs durante todo o tempo, a situação foi fortemente agravada, dando origem às instituições estatais criadas para dar conta das crianças filhas de famílias trabalhadoras.

Os conflitos relacionados aos papéis da mulher e das crianças na sociedade e na família emergiram junto com as idéias inerentes ao liberalismo, que criou novos valores, novas visões de mundo. Esses fenômenos foram gestados no contexto das mudanças sócio-econômicas da nova ordem, quando a família se volta para a intimidade, delimitando espaços públicos e privados. Ela se caracteriza, então, como uma unidade de consumo, isolada da produção. Para Almeida (1987:53), um elemento decisivo para a constituição desse ideal de família nuclear foi a mística da natureza feminina formulada entre o século XVIII e o XIX, no limiar da revolução burguesa, que cumpriu a tarefa de divulgar que, embora os homens fossem iguais perante a lei, as mulheres eram, por natureza, diferentes.

Na esteira das grandes transformações sociais, econômicas, as alterações na configuração das famílias se evidenciam. De uma situação aberta, cuja vida cotidiana contava com a participação da comunidade formada por vizinhos, amigos e parentes em geral, onde mesmo a educação das crianças, no caso das famílias camponesas, se realizava comunitariamente pela troca ou encaminhamento de crianças de uma família para outras, para que aprendessem algum ofício ou se habilitassem na execução de atividades domésticas, passou-se para uma situação onde a interferência externa à família acontecia através de propostas pedagógicas publicadas em livros e revistas e destinadas a reprimir manifestações antes consideradas naturais⁷. O isolamento da família, sua individualização acentuou-se cada vez mais com a separação entre o mundo da casa e o mundo do trabalho. Estava em curso a difusão das idéias sobre o novo lar burguês enquanto espaço sagrado, onde nenhuma pessoa de fora tinha o direito de intervir, e que era distante, inicialmente, inclusive das regulamentações jurídicas.

Nesse contexto, a família mudou sua estrutura e sua função, acompanhando o modo contemporâneo de produção, ou seja, as mudanças ocorreram conforme o desenvolvimento industrial e afetaram principalmente as mulheres, que perderam a rede de apoio existente na aldeia. A privatização da família e, conseqüentemente, a ascensão

⁷ . Philippe ARRIÈS, *História Social da Criança e da Família*, p. 125-135.

da autoridade em seu interior ao mesmo tempo em que contribuíram para libertar os indivíduos das restrições sociais, impuseram à mulher e à criança a dominação masculina de forma ilimitada.

Essa situação se agravou no movimento desencadeado pelos moralistas e educadores, marcando uma extrema preocupação das famílias com a masturbação infantil. Essa característica encontra-se tanto em Ariès (1981) quanto em Poster (1979:205). O horror a essa prática surgiu por volta de meados do século XVIII e significou a adoção de novas concepções de educação familiar em relação aos antigos modelos, pois nem os aristocratas nem os camponeses demonstravam preocupações nesse sentido. Ariès (1981) exemplifica atitudes de aristocratas divertindo-se com a participação de criança em jogos sexuais. Quanto à família camponesa, esse distanciamento pode ser percebido nas observações de Poster (1979) sobre a hegemonia da aldeia em relação ao parentesco e à família. O autor descreve a assistência oferecida às mães pelas pessoas idosas e moças solteiras. A transmissão dos conhecimentos sobre amamentação, cura de doenças, cuidados com os filhos pequenos era dever da comunidade. A família conjugal não constituía espaço privado, pois estava integrada a outras redes de sociabilidade. Essa forma de organização ou estrutura familiar não era condizente com o controle e a idéia de posse das crianças pela família, como no período moderno.

Entretanto, o caráter comunitário da educação familiar anterior ao século XVIII não é pressuposto dos diversos pesquisadores da família e da infância para a ausência de tratamentos cruéis por parte dos adultos. Inúmeros estudos demonstram o contrário: a indiferença dos pais, os açoites, os abusos sexuais e outras formas de violência foram muito comuns naqueles tempos. A evolução da família não ocorreu de forma linear, embora o sentimento de infância descrito por Ariès e uma constante preocupação com as crianças tenham permanecido presentes desde o período de sua "descoberta" até os dias atuais. Afeto e brutalidade se revezavam e muitas vezes eram frutos das indicações de respeitáveis autoridades no trato da criança.

A inovação característica desse período (a partir do século XVIII) consiste na introdução e, às vezes, na substituição dos métodos de castigos físicos por outros que buscavam suscitar culpa nas crianças. Nesse momento, a construção da mulher como mãe por instinto, abnegada, que, embora rainha do lar, não exerce autoridade, mas se

submete à do pai, assume um papel importante na família. A criança passa a ser o centro das atenções, e, sobretudo passa a existir a perspectiva de uma individualização de afeto inexistente na família patriarcal.

Como não se tratava de uma sociedade individualizada, competitiva, a educação na família antes do advento do capitalismo não se preocupava em oferecer à criança elementos para que ela pudesse enfrentar o mundo individualmente e tomar decisões com autonomia. Como afirma Poster (1979:206), tratando-se de uma sociedade baseada na hierarquia e nas tradições, sem perspectiva de mobilidade social, a vida para os camponeses tinha um padrão fixo, dirigida por infinitas tradições que sequer eram questionadas pelos indivíduos. Em relação à sexualidade da família, o autor considera várias questões que dão conta das profundas diferenças entre as família camponesa e burguesa. Em primeiro lugar, o fato de as esposas camponesas não serem consideradas objetos sexuais ou companheiras íntimas, mas colegas de trabalho, resultou em critérios de escolha vinculados às habilidades e robustez; segundo, os camponeses não eram sexualmente restritivos e faziam poucos esforços para refrear as formas infantis de satisfação corporal; e, terceiro, como os camponeses viviam em casas de um ou dois quartos apenas, as crianças familiarizavam-se desde muito cedo com os atos sexuais. Para ilustrar essas diferenças, o autor mostra exemplos históricos que narram experiências sexuais entre crianças e babás ou mesmo iniciações sexuais bastante precoces, que eram percebidas de forma natural pelos integrantes daquela sociedade.

O historiador Philippe Ariès⁸ ressalta a inexistência de um sentimento de infância na França da Idade Média, baseando sua pesquisa na observação e no estudo de documentos, retratos de família e efígies funerárias, exposições de fotografias em museus. Sobretudo, na arte da Idade Média, ele descreve minuciosamente a passagem de uma época que não distinguia o mundo dos adultos e o das crianças, para uma sociedade onde estas, além de se encontrarem nitidamente diferenciadas, ocupavam um lugar central na família.

Essas transformações na família européia acontecem paulatinamente, embora não sem resistência de setores significativos da sociedade. Nesse sentido, a retirada da produção do espaço doméstico contribuiu para transformar o exercício da autoridade

⁸ . *História Social da Criança e da Família*, p. 50-53.

numa relação privativa, apresentando a conseqüência, dentre outras, de um maior domínio dos pais sobre os filhos ou mesmo do homem sobre a mulher, sem perspectiva de fiscalização e controle de autoridades externas. Esse processo, na esteira do desenvolvimento histórico e social, se estenderia da Europa para todo mundo, onde criaria e recriaria as estruturas familiares em tempos e espaços diferentes.

No Brasil, não existiu a experiência da família camponesa em oposição à família aristocrática, como se verificou na Europa (Costa 1983:39). Lá, enquanto o desenvolvimento das cidades provocou a separação entre o público e o privado, contribuindo no processo de construção da família nuclear, aqui, o caminho percorrido foi outro. O espaço urbano também foi apropriado pelos grandes proprietários de terra, que imprimiram suas marcas na cultura das cidades, transferindo idéias inerentes à família patriarcal. À submissão garantida pela violência física, habitualmente utilizada nas fazendas será adicionado o convencimento moral em sua defesa. Assim, independente do fato de possuírem propriedades ou não, as organizações familiares adotaram os costumes senhoriais do comportamento do homem para com a mulher, dos adultos para com as crianças, reproduzindo basicamente o mesmo tipo de solidariedade adotada nas famílias dos senhores. Evidentemente, as diferenças existiam e estavam relacionadas principalmente quanto ao poder que as famílias abarcavam e que dependiam, em última instância, da extensão das propriedades, ou seja, da riqueza de seus representantes. O desenvolvimento dessa instituição no Brasil traz elementos para a análise do momento atual quando são identificadas profundas mudanças percebidas enquanto crise por uma infinidade de setores da sociedade.

Também no Brasil, o surgimento da escola, da privacidade, dos cuidados especiais com as crianças fez parte da história da construção da família nuclear. Com preocupações iniciais voltadas para as famílias ricas, o Estado, através de diferentes profissionais representados especialmente por médicos higienistas, definiu estratégias que buscaram mudar sua configuração interna e transformá-la na instituição nuclear moderna que, mais tarde, atingiu condições semelhantes às das sociedades da Europa e dos Estados Unidos.

O capitalismo tardio desenvolvido no Brasil e as relações estabelecidas pelo colonizador português definiram traços culturais e sociais bastante específicos. Em relação às características da família, inicialmente elas foram "livres", adotaram normas e

comportamentos de acordo com a cultura patriarcal, refletindo obviamente a ideologia dos colonizadores, mas sem intervenções jurídico-legais. O caráter privado da família brasileira no período colonial não possuía o mesmo sentido da privatização inerente ao modelo de família nuclear moderno que se desenvolvera a partir do século XVIII na Europa. Sua ampla estrutura incluía agregados, compadres, afilhados e parentes em geral que, mesmo migrando do campo para a cidade, resistiu a qualquer proposta de mudança. Essa singularidade da família no período colonial pode ser melhor compreendida na seguinte citação:

... A vida privada não se deixava codificar pelo vocabulário jurídico. Não obstante algumas de suas mais importantes funções possuírem um estatuto jurídico bem definido, a força que as movia não emanava da lei. É o caso, por exemplo, do direito esmagador do homem sobre a mulher e a prole. O poder paterno colonial alimentava-se da ética religiosa e do domínio do 'latifúndio' sobre o meio cultural. Foi neste terreno baldio da ordem social que o poder do pai cresceu e frutificou. E, com ele, toda a série de comportamentos e sentimentos que formavam a intimidade familiar. Em consequência, estes hábitos não podiam ser etiquetados de legais ou ilegais. Eles poderiam ser úteis ou nocivos, mas nunca redutíveis ao território da justiça. Só as instâncias que enunciassem os julgamentos em termos morais poderiam ser aceitas. Fora desses parâmetros, toda intromissão seria fobicamente tratada pela família como estranha à sua substância. O instrumento adequado ao controle da vida íntima deveria, portanto, ostentar insígnias de poder e saber sobre a moral. (Costa, 1983 p. 62).

As transformações na família brasileira estão inicialmente vinculadas ao sentimento de intimidade, aos rituais relacionados aos hábitos alimentares, ao pudor do corpo, que foram desenvolvidos a partir do século XIX e contaram com o auxílio planejado dos médicos que, se utilizando do discurso da higiene, da moral e até do amor à pátria, modificaram radicalmente suas práticas. Essa aliança entre o Estado e a medicina foi fundamental, especialmente para as mudanças que aconteceram no interior das famílias ricas.

Como já se observou, a família patriarcal manteve durante muito tempo em sua estrutura uma extensa rede de pessoas fora do critério da consangüinidade ou dos laços matrimoniais, como os compadres, afilhados e outros. Sua extensão não significava obviamente autonomia ou liberdade para as pessoas envolvidas. Ao contrário, consistia apenas em reforço ideológico do propósito de dominação dos senhores. Assim, mesmo com características privadas, sua conduta não era condizente com uma sociedade urbana

que, na perspectiva de seus ideólogos, precisava ser “europeizada”. Foi para essa família de elite que as preocupações dos higienistas estiveram voltadas inicialmente.

De acordo com Costa (1983:109), a família colonial mantinha sua coesão através da extroversão psicológica dos indivíduos e de sua introversão social. A pouca importância em relação ao desenvolvimento das singularidades pessoais permitia que o primado do pai e do grupo continuasse se exercendo sem conflitos. Uma nova sociabilidade, que oferecia maior autonomia aos desejos individuais, paulatinamente quebrou os suportes da antiga trama das relações familiares. A família passou a viver um impasse criado pela urbanização: ou modificava seus hábitos para acompanhar as novas regras de competição econômica e social ou continuava presa ao seu modo habitual de viver, correndo o risco de enfraquecer ou morrer economicamente. Qualquer que fosse, sua escolha significaria, portanto, desestruturação. Foi dentro desse contexto que a família aceitou a medicina como padrão de comportamentos íntimos. A higiene ajudou a família a adaptar-se à urbanização, redefinindo papéis, criando, simultaneamente, normas de convivência, novos papéis e funções, bem como reconduzindo os indivíduos à tutela do Estado.

A “nova” família nuclear rompeu paulatinamente com as raízes familiares extensas do passado, construindo em seu lugar um mundo repleto de cuidados físicos e emocionais. Desse rompimento resultou a quebra de antigos valores relacionados, por exemplo, à religião e à propriedade. Em seu lugar, valores de classe, corpo, raça e individualismo foram sendo assumidos, até chegarem às concepções modernas de educação e conservação das crianças como objetivo fundamental do lar burguês. Essas são, portanto, as origens das idéias que percebem a família enquanto local privilegiado de proteção e cuidados com a infância.

A medicina higiênica voltou-se para as famílias de elite, que possuíam condições de oferecer educação letrada aos filhos. Seus profissionais articularam uma aliança bem sucedida entre as famílias e o Estado, estruturando hábitos, comportamentos, formas de criar os filhos livres dos valores adotados na família antiga. O colégio interno apresentou-se como alternativa à pouca disciplina adotada no interior das famílias, especialmente no que se refere à sexualidade:

.... Na escola mais que na casa as crianças foram lentamente programadas para reagir hiperesteticamente a toda falha ou, inversamente, a toda virtude física e espiritual (...). Essa hipertrofia da consciência individual no tocante a seu corpo e

aos afetos fazia parte do plano de formação da consciência de classe e raça necessária ao progresso do Estado nacional. (Costa, 1979, p. 208).

O comportamento do homem burguês foi uma construção social que, para se efetivar, necessitou retirar as crianças do convívio cotidiano dos pais. A sexualidade saudável e a harmonia física e moral, pressupostos dos ensinamentos dos colégios internos desse período, tiveram por finalidade distinguir as crianças "burguesas" das demais.

Durante o período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre, momento que iniciou as estratégias para alterar a estrutura da família brasileira, não houve, da parte do Estado, preocupação com a situação das famílias dos escravos, das pessoas livres e pobres em geral. Elas não constituíam motivo de inquietações para o Estado ou para os patrões. As ações estavam voltadas para as mudanças nas famílias burguesas. Mesmo quando recriminavam o aluguel das amas de leite e os abusos cometidos contra mulheres escravas, de quem os proprietários tomavam os filhos para alugar, provocando abalos emocionais graves e prejudicando o leite que era vendido às crianças de famílias ricas, havia, por parte dos médicos e higienistas, a defesa da família dos burgueses. O discurso aparentemente caridoso em relação às escravas ao final servia para mostrar os prejuízos que o leite poderia representar para as crianças ricas que dele se alimentavam.

A preocupação com as famílias das classes trabalhadoras somente se converterá em objeto de intervenção estatal a partir do período de industrialização, que trouxe os imigrantes do sul da Europa, "brancos e civilizados", de acordo com a percepção dos emergentes industriais brasileiros, que sonhavam com operários "educados", mas dóceis e submissos à disciplina necessária ao trabalho espoliativo da fábrica. Junto a essa massa de imigrantes, principalmente os italianos, vieram os anarquistas, com experiência acumulada com as lutas do movimento operário europeu, cuja cultura política propiciara idéias próprias acerca do amor, do sexo, da família, da educação das crianças, etc., que exerceram grande influência na organização e resistência dos trabalhadores e que foram duramente combatidas.

A sociedade brasileira, especialmente os setores economicamente privilegiados, já havia passado pela transformação da família patriarcal em família nuclear burguesa moderna, transformação que implicou a substituição de um ideário naturalista

por uma compreensão leiga, racional e científica. Essa racionalidade implicou ainda um processo de separação entre o público e o privado, uma segregação social com espaços bem delimitados. O tempo dos compadres de aparente entrelaçamento das classes sociais havia passado. O sentimento de intimidade, o sentimento de infância, a separação da criança do adulto (colégios internos), o confinamento da mulher no lar, a mudança na arquitetura das casas são fatos que expressam essa transformação. Na base de todo esse processo, encontra-se o modo de produção específico da sociedade capitalista. Ao separar os meios de produção do trabalhador, ao estabelecer uma profunda divisão social do trabalho, ao separar ricos e pobres, essa sociedade não podia correr o risco de permitir o desenvolvimento de outras formas de solidariedade no interior das instituições. Todos precisavam adotar a mesma racionalidade em nome do progresso e da ordem. Na verdade, esses foram os motivos principais que podem explicar por que foram banidas da vida privada dos trabalhadores as práticas consideradas promíscuas e anti-higiênicas. No universo dos valores necessários à construção da família nuclear, destaca-se o papel reservado à mulher, carregado de velhas e novas exigências, expressando as contradições vigentes na sociedade:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? ... (Rago, 1985, p. 63).

O quadro das relações intra-familiares compôs-se a partir desse período, pela criação de um novo modelo de mulher, cuja expressão se encontra em seus diversificados papéis de esposa/dona-de-casa/mãe-de-família, que, mesmo diante da necessidade do trabalho remunerado para o sustento da família, no caso das mulheres das classes trabalhadoras, não implicou em sua valorização pessoal, profissional, política e intelectual. Pois, às mulheres, durante muito tempo, restaram os trabalhos desqualificados e, portanto, subalternos, uma vez que os cursos de especialização profissional, técnicos e universitários, permaneceram-lhes praticamente fechados,

restando-lhes as carreiras de professoras primárias, enfermeiras, no caso das que tinham instrução, e domésticas, operárias, costureiras, para as de famílias pobres.

Nesse sentido, a industrialização não separou a mulher do espaço da produção, não a isolou na vida doméstica, ou pelo menos não o fez com as mulheres da classe trabalhadora. Com estas, o que ocorreu foi sua inclusão simultânea nas duas esferas, a pública e a privada. Contraditoriamente, sua condição assumiu uma característica fundamental: sua "igualdade" enquanto indivíduo no âmbito do mercado e sua desigualdade enquanto sujeito, ancorada no âmbito doméstico da reprodução e à mercê da autoridade masculina em ambas as esferas.

Além disso, no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, o Estado transformou as questões sociais inerentes às famílias da classe trabalhadora em problemas de segurança, ou seja, de polícia. Dessa forma, foram profundamente reprimidas as formas de convivência que se diferenciavam do modo dominante de organização familiar e cultural. Enquanto nas classes abastadas o médico higienista tornou-se um aliado da mulher, colaborando para as mudanças que acreditava necessárias em relação à criação de filhos, os lares proletários foram literalmente invadidos pelos higienistas, pela fiscalização, pela assistência social, pelas campanhas de vacinação, etc.

Na visão da classe dominante, era preciso "educar" a família da classe trabalhadora para a adoção de hábitos, valores e comportamentos análogos aos da burguesia. Assim, através do combate à insalubridade das moradias, da promiscuidade presente nos cortiços e favelas, o Estado realizou uma intervenção, alternando repressão e assistência social para, ao final, obter uniformização nas representações acerca dos papéis e dos modelos ideais.

Pouco a pouco, o isolamento da família, seu caráter autoritário somado à idéia de propriedade dos pais em relação aos filhos e do marido em relação à mulher formaram o pano de fundo para a permanência de atitudes cruéis dos pais, que desembocaram em situações, cuja gravidade demandou soluções que foram além do espaço privado, pois diziam respeito ao direito à vida e à dignidade. A intervenção do Estado foi vista como necessária. Rompeu-se, assim, um "pacto sagrado", o da inviolabilidade da família. Nesse contexto, a própria visão de infância sofreu alterações e as mudanças ocorreram tanto no nível formal das instituições sociais (leis, estatutos, etc.), quanto nos aspectos relacionados à cultura, aos valores e à educação na família.

As principais inovações que esse ideal de família carregava estão relacionadas ao papel exercido pela mulher, que adquiriu importância no interior da casa ao assumir a função de iniciadora da educação infantil, deixando de ser apenas a guardiã do patrimônio do marido, e a inserção do Estado como mediador das relações familiares que, mesmo regulamentadas, não romperam com o princípio da autoridade masculina. Horkheimer contribuiu para a compreensão dessa forma de dominação na sociedade burguesa, uma sociedade que fazia questão de tornar evidentes as diferenças no exercício do poder, onde a autoridade do homem em relação à mulher e à criança precisava ser "inquestionável":

... Por isso, esta educação para a justiça da realidade, na qual se resume toda boa vontade pedagógica nas faces mais desenvolvidas da sociedade burguesa, está presente na concepção protestante da família. Ela está no 'pensamento fundamental mais genuíno do Luterismo, que vê a superioridade física instituída pela natureza como expressão de uma relação de superioridade desejada por Deus e a ordem firmemente estabelecida como a finalidade principal de todas as organizações sociais. O pai de família é o procurador da lei, o dono incontrolado do poder, o provedor, o cura de almas e o sacerdote de seu lar'. Este fato natural, a força física do pai, aparece ao mesmo tempo, no protestantismo, como uma relação moral a respeitar. O pai sendo mais forte de facto, o é também de jure (...) . Diferenças impostas pela natureza são desejadas por Deus (...) . O pai tem direito moral à submissão ao seu poder, não porque ele se mostre digno, mas ele se mostra digno porque é o mais forte. (Horkheimer 1990, p. 215).

No pensamento desenvolvido pelas idéias protestantes do período liberal, a autoridade que se exigiu dos indivíduos precisava ser permeada pela razão instrumental, à qual todos deviam ajustar-se e subordinar-se para não se "perderem" ou "soçobrar". Os insubmissos estavam fatalmente condenados ao fracasso. Daí a importância de uma educação (familiar) voltada para garantir a reprodução da autoridade, para que a criança aprendesse a reconhecer e a respeitar a autoridade paterna e a entender as diferenças naturais como desígnios de Deus. Dessa forma, aprendeu-se a perceber as diferenças sociais também como acontecimentos naturais.

Para Horkheimer (1990:230), essa razão instrumental era reforçada pelo senso de responsabilidade econômica e social para com a mulher e os filhos que, no mundo burguês, tornou-se um traço característico do homem e fez parte de uma das funções aglutinadoras da família, como ainda se encontra hoje. O marido é preso ao estabelecimento não só pela preocupação com a própria família, mas também pela

permanente advertência da mulher; e os filhos, na educação materna, experimentam diretamente a influência de um espírito dedicado à ordem vigente, mesmo correndo o risco de que o amor à mãe dominada pelo pai venha suscitar neles a perspectiva de um traço oposicionista permanente. Mas a mulher não só exerce uma função que fortalece a autoridade como também toda a sua posição dentro da família nuclear tem, necessariamente e como conseqüência, um aprisionamento de importantes energias psíquicas que podem beneficiar a reestruturação ativa do mundo.

Segundo Horkheimer (1990:230), para exercer sua posição influente na família, o homem precisa necessariamente exercer seu papel de provedor. Ao deixar de ganhar ou de ter dinheiro, ele perde também o seu poder. Isso ocorre não apenas porque respeito e amor costumam orientar-se pelo sucesso, mas porque o desespero de seus membros torna impossível a manifestação desses sentimentos positivos. Essa condição ainda atual da família poderá ser corroborada no decorrer da exposição dos dados da pesquisa, observando, no entanto, a necessidade de ressaltar que essa relação não deve ser considerada de forma mecânica, pois ela atua pela totalidade das circunstâncias, por um mútuo relacionamento de tensões e contradições, e o fator econômico pode funcionar de maneira completamente diferente de uma família para outra. Assim, a idealização da autoridade paterna como oriunda de um decreto divino, da natureza das coisas ou da razão, mostra-se, a um exame mais acurado, como a glorificação de uma instituição economicamente condicionada.

Da Matta (1985:128) considera que de cada tipo brasileiro de família pode-se descobrir seu lado contrário. Dessa maneira, para todo 'androcentrismo', pode haver uma matrifocalidade, como algo típico da família de baixo poder aquisitivo. Por isso, homem ou mulher podem ser utilizados como elementos englobadores do espaço social ocupado pela família, desde que se tenha em vista a faceta profundamente hierárquica dessa sociedade.

Ainda de acordo com Da Matta (1985:128), em alguns contextos, o mundo social é englobado pela mulher, ao passo que, em outros, o é pelo homem. Para ele, tudo o que diz respeito ao mundo da casa é feminino e deve ser englobado pela mulher; mas tudo aquilo que pertence à rua ou é de fora, que fala da economia e da política, das formalidades, é masculino. A funcionalidade do sistema parece residir na sua própria capacidade de manter diversas categorias englobadoras, que podem ser utilizadas em

situações e para propósitos diferentes. Não existe, portanto, impedimento para que o sistema seja ao mesmo tempo matrifocal e patriarcal, desde que se faça a referência, respectivamente, à casa ou à rua e se queira descobrir os nexos entre esses dois espaços na sociedade.

Assim, a organização da vida familiar é uma tarefa reservada à mulher, que tem a responsabilidade de transmitir aos filhos os valores religiosos, morais, éticos. O exercício desse papel, embora considerado relevante, está submetido a uma hierarquia que considera o mundo da rua, dos negócios, assuntos para homens, superior ao mundo da casa, espaço das mulheres. A real necessidade e importância do trabalho da mulher fora de casa não destróem as concepções sobre sua inferioridade e submissão.

1.1. Vida familiar, educação sexual e religião nos discursos de mães de adolescentes vítimas de abuso sexual

1.1.1. A educação sexual na família

... Quando eles me perguntam alguma coisa, eu tento explicar... mas eu não gosto de ficar tocando nesse assunto. Mas quando eles me perguntam, eu explico. Inclusive, eu já disse para a Antonia o que é menstruação.... Esses dias, o Rafael me perguntou como que o nenê gerava na mãe. Ele não sabia". (Solange, mãe de Antonia).

Para Lasch (1991:25), a família como principal agente da socialização reproduz padrões culturais no indivíduo não somente através de normas éticas, as quais proporcionam à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais, mas também molda seu caráter, utilizando mecanismos nem sempre conscientes. Assim, a família inculca modos de pensar que se transformam em hábitos que, mesmo diante da impossibilidade prática de sua adoção, como a exigência da virgindade da mulher antes do casamento, a submissão das mulheres aos maridos e a obediência incondicional dos filhos permanecem enquanto ideal e norteiam a educação que se oferece às crianças e adolescentes. Essa condição da família moderna pode ser observada nas questões relacionadas à sexualidade.

Ainda de acordo com Lasch (1991:25), a união de amor e disciplina nas figuras do pai e da mãe cria um ambiente carregado, no qual a criança aprende lições que nunca esquecerá. Tais lições não são necessariamente explícitas, mas a criança desenvolve

uma predisposição inconsciente para agir de determinada maneira e recriar, mais tarde, em suas relações com seres queridos e autoridades, suas primeiras experiências. Os pais expressam amor e poder, e transmitem em seus atos, mesmo independentemente de suas intenções manifestas, os preconceitos e as obrigações mediante os quais a sociedade trata de organizar a experiência. Essa é, portanto, a parte da socialização que cabe à família, pois, se a reprodução da cultura fosse somente uma questão de disciplina e instrução formal, poderia ficar a cargo das escolas.

A pesquisa permitiu aprofundar os níveis de conhecimentos do envolvimento da família na educação sexual dos seus filhos crianças e adolescentes. Através das informações sobre as regras familiares transmitidas, percebeu-se que o rompimento com as velhas práticas e crenças não ocorreu em sua plenitude, mesmo diante das inúmeras inovações provenientes dos meios de comunicação. No universo das mães entrevistadas, a maioria não disfarça o constrangimento em tratar de assuntos referentes à sexualidade. Dessa forma, identificaram-se dois aspectos básicos no problema da educação sexual na sua relação com a família: a compreensão da mãe entrevistada acerca do significado e da importância da educação sexual; ou a sua negação em tratar do assunto.

Na fala das mães, identificam-se contradições, transferências de responsabilidades, justificativas que procuram relativizar a importância da educação sexual na família. Nesse contexto, pode-se perceber a presença dos antigos valores, considerados tradicionais. Ribeiro & Ribeiro (1993:50) oferecem importante contribuição para o entendimento da questão dos "valores". Partindo da perspectiva filosófica, adotam como princípio explicativo a compreensão de valores como o conjunto de todas as relações, produtos, ações, idéias sociais que promovem o desenvolvimento da essência humana no estágio histórico em consideração. Para elas, valores são todas as ações, comportamentos, partilhados intersubjetivamente por um grande número de pessoas.

Ainda de acordo com Ribeiro & Ribeiro (1993:51), valores seriam os componentes da essência humana: o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade - uma essência humana que não é estática, mas que está relacionada às possibilidades próprias das esferas de produção, relações de propriedade, estrutura política, vida cotidiana, moral, ciência, arte, e contribui para o enriquecimento dos componentes da vida; desvalor seria tudo aquilo capaz de rebaixar ou inverter o desenvolvimento alcançado pela sociedade. Valor, portanto é uma "categoria

ontológica social", e, como tal, é objetiva, ou seja, possui objetividade social, mesmo que não independente das atividades dos homens já que é a expressão resultante de relações e situações sociais. Nesse sentido, a existência do abuso sexual no interior das famílias seria um desvalor. Já o segredo que acompanha a violência estaria relacionado a um valor, pois é fruto da educação que a família oferece aos seus filhos, cujos fundamentos são o silêncio e a repressão, aliados à mediação de um outro valor, o religioso.

A mãe de Virgínia, assim como a de Antonia demonstram dificuldade no tratamento da sexualidade e reagem fugindo ao assunto:

Não... não.... que ela já faz um tratamento sobre esse assunto, né, maturidade... com a Dra. Selma. Então, pouca coisa eu falo pra ela. Às vezes, ela me pergunta, eu respondo. (mãe de Virgínia).

A mãe de Fátima ressalta seu constrangimento em tratar de assuntos relacionados ao sexo e compreende que os avanços da educação escolar e a convivência com as pessoas são suficientes para garantir a educação sexual da filha:

Não.... assim... quase não, porque eu acho que hoje em dia.... no nosso tempo.... a gente não tem muito que transmitir porque a escola ensina bastante e a convivência com outras pessoas mostra bastante o que acontece. Então, não há muito o que falar.

As contradições relacionadas à educação que a família precisa oferecer aos filhos ficam evidentes no discurso de uma mãe, cujo conteúdo expressa suas dificuldades frente a situações que não pode controlar. Suas dificuldades vinculam-se também aos valores, aos sentimentos de culpa diante do abandono do lar, dos filhos, em função do trabalho fora de casa. Nesse caso específico, o agressor da menina (Rosa) era seu meio irmão, em outras palavras, o filho do primeiro marido, e a responsabilidade pela educação sexual, no entendimento da mãe, era dela. Dessa maneira, entendendo o abuso sexual como falha na educação do abusador e da vítima, a mãe procura dividir a "culpa", relacionando os fatos com a desobediência dos filhos:

Sim, eu transmito informações. Desde eles pequenos que eu converso abertamente. Eu nunca escondi nada, sempre eu falo. Se aconteceu alguma coisa assim, foi porque eles permitiram também. Porque, você sabe, eles não obedecem. Mas eu conversava abertamente, nunca enganei, sempre falei claro, ajudei eles.... Orientei.

Uma outra mãe compreende a educação sexual como própria do modelo moderno de educação. Embora desconhecendo processos históricos a esse respeito, acredita que esse seja um fenômeno inerente aos tempos atuais:

É muito aberta, moderna... até demais para mim, porque eu não tive essa chance, porque eu vim de família muito pobre, fiquei sem mãe, sem pai muito cedo, com 06 anos. Eu fui criada por cinco irmãos e eles não tinham esse diálogo com a gente lá em casa. Então, pra mim foi muito difícil... Mas é aberto o diálogo sobre a relação sexual lá em casa, é moderno, eu transmito... Antes deles nem ser o que era, eu já procurava passar pra eles. (mãe de Ana).

Nesse sentido, a pesquisa aponta para uma expectativa de novas práticas, representada pela tendência da família de encarregar-se ela própria da educação sexual, mesmo que pouco à vontade para isso, sem permitir que essa orientação seja realizada externamente. As duas posturas verificadas permitem observar que, na permanência dos valores referidos à família, ocorre um enfrentamento dos atuais limites da instância do privado, que desafiam as hierarquias tradicionais. Entretanto, esses limites não são ainda suficientes para o rompimento com o antigo conjunto de valores, mas são os responsáveis pela existência de mediações que norteiam o cotidiano das relações familiares.

1.1.2. A Religiosidade das Famílias: herança transmitida através de regras e normas

... Fui criada na religião crente, desde pequena, Assembléia de Deus. Era obrigada a seguir. Hoje eu não faço isso com meus filhos (...). Eu converso com eles, para que não façam coisas erradas, como maltratar as pessoas, falar palavrões (...). Não deixo namorar porque está muito cedo. Tem hora de chegar em casa, não sai sozinha, só sai com a gente. Colega a gente sabe os que ela deve ter, não pode ser qualquer tipo de pessoas. (Joana, mãe de Virginia).

No contexto das alterações de valores familiares, principalmente em relação à criação dos filhos, a penetração de novos valores no imaginário dos indivíduos representa muitas vezes tão somente a distância entre expectativas de transformações das famílias a partir de influências externas e a aceitação de novos comportamentos. Tais influências colaboram para a desmistificação da família moderna enquanto núcleo fechado que

produz seus próprios valores, os pais sendo os únicos responsáveis pelo modelo de educação adotado no processo de socialização de suas crianças e adolescentes:

A maior parte dos trabalhos sobre a família moderna assume o "isolamento" da família nuclear não apenas dos sistemas de parentesco, mas também do mundo do trabalho. Supõe que esse isolamento torna a família impermeável às influências externas. Na realidade, o mundo externo se infiltra em tudo e oblitera sua privacidade. A santidade do lar é uma hipocrisia num mundo dominado por gigantescas corporações e pela maquinaria da promoção maciça. A sociedade burguesa sempre manteve a promessa de que as satisfações privadas compensarão o fato de que o trabalho tenha sido reduzido a uma rotina, mas ao mesmo tempo solapa esse compromisso organizando o lazer como uma indústria. Cada vez mais, as mesmas forças que empobreceram o trabalho e a vida cívica invadem o reino privado e seu último reduto, a família. (Lasch, 1991:23).

Esse movimento se realiza pelo lado inverso da privatização e é contrário, portanto, ao processo inicial mediante o qual a família burguesa se fechou. Não refaz os mecanismos de proteção à criança e ao adolescente como ocorria nas etapas do desenvolvimento histórico que antecederam a ascensão da burguesia, uma vez que as condições antes existentes já foram superadas. Se a construção do lar burguês atendeu à necessidade de os indivíduos se protegerem da crueldade do mundo do trabalho e dos negócios, fugindo de valores centrados na competição individual, sua desprivatização, além de não refazer os citados mecanismos de proteção, deixou a família numa condição de vulnerabilidade frente aos novos valores construídos externamente. Daí a presença da dubiedade diante dos comportamentos e valores divulgados amplamente na sociedade, como o ideal de uma família "moderna e estruturada".

No universo da pesquisa, a religião está presente em todas as famílias entrevistadas. Além disso, todas as mães entrevistadas são protestantes, embora de diferentes congregações⁹. Nesse contexto, ao descrever as regras que transmitem aos filhos, a maioria das mães menciona Deus enquanto mediador da transmissão. Deus funciona para legitimar as proibições, os limites. Às vezes, a Bíblia ou o Evangelho são citados como livro que melhor expressa as regras para uma vida feliz. A influência da

⁹ Casa da Benção, Igreja Batista, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus, Movimento Jovens Livres.

religião encontra-se às vezes de forma tácita e às vezes, explícita, mas as regras são adotadas em geral a partir de valores morais e religiosos. Mesmo que a educação familiar seja mediada por uma infinidade de valores advindos dos meios de comunicação e de outras instituições que atuam na sociedade, nem sempre tais mediações alcançam totalmente a prática dos indivíduos. A religião permanece como um dos mais importantes mediadores, voltada muitas vezes para a conservação de antigos valores e em nítida contradição com o discurso de outros segmentos da sociedade:

Procurar ajudar um ao outro dentro de casa, não sair para a rua, procurar estudar um pouco a Bíblia... O que eu mais procuro transmitir pra eles é o Evangelho, pois eu acho que se a pessoa entender um pouco do Evangelho ela não erra muito, não procura muito o caminho mais difícil (...) Então eu me empenho muito. A educação que eu passo para eles é através da Bíblia. Eu já tenho passado por muitos obstáculos, mas devido eu conhecer um pouco da Bíblia, e eles... aos poucos... devido eles serem (...) novos, eles estão superando muita coisa que a gente já passou dentro de casa. Apesar de que eu tenho pouco tempo mesmo, pouco tempo para passar isso para eles, mas o tempo que eu tenho eu passo firme, conversando com diálogo, sem briga, porque lá em casa a gente faz tudo pra não ter desavença, porque somos poucos dentro de casa, o pouco tempo que eu tenho eu procuro fazer o máximo por eles (..) Há cinco anos que eu trabalho sem parar. Eles procuram me auxiliar também. Eles são adolescentes que já passaram por muitas coisas, muitas dificuldades, financeiramente (..) psicologicamente e sentimentalmente, mas eles estão superando. Eles procuram ver em mim um sustento, apesar de que eu não me sinto assim... mas eu tento passar para eles, uma rocha assim, sabe? Para eles, qualquer dificuldade me procuram e quando eu não tenho uma solução, ali na hora, que eu não sei... eu procuro um texto na Bíblia que às vezes fala sobre o que eles estão querendo ... aí quando eu chego em casa a gente conversa. (mãe de Ana).

A sociedade burguesa lançou sobre os ombros da mulher o que Rago (1985) chama de anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos, etc. A concepção instrumental que legitima as relações sociais no mundo capitalista não é incompatível com a exploração da mulher, que acaba ela própria internalizando essa prática como um valor. Embora casada, a mãe de Ana é responsável sozinha pelo sustento de sua família, pois é a única a exercer uma atividade remunerada, o que torna seu trabalho imprescindível para a sobrevivência de todos. Racionalmente, esse fato é suficiente para justificar sua ausência de casa. Entretanto, sua fala é mediada pela culpa decorrente da falta de tempo para os filhos, da impossibilidade de ser a “rocha” que todos esperam que ela seja.

A educação rígida e a constante presença de Deus em todas as ações realizadas no cotidiano estão presentes nas palavras dessas mães. A importância do recolhimento interno, em outras palavras, a ênfase na proibição do relacionamento dos próprios filhos com os filhos dos vizinhos, contradiz a prática dessas famílias de encaminharem os filhos para a casa de parentes em decorrência de circunstâncias relacionadas à sobrevivência. Essa prática, no entanto, apesar de presente nos relatos das mães, não é enfatizada. Fala-se nesses acontecimentos como se fossem um parêntese, uma vez que, em geral, concebe-se a família como núcleo isolado:

Primeiramente Deus. Depois eu tento mostrar para eles que a gente é pobre e que minhas condições são essas que eu sempre dou para eles. Procuro dar o que eu posso, e sempre tento conversar com eles, ser amiga deles, ainda mais agora (...). É assim, não sair de casa, só para escola, não ter amizade, a não ser na escola (...) Eu gosto deles dois sozinhos dentro de casa, porque não tem pai, é só eu, e, eu trabalho... Então não tem como eu deixar eles na rua para aprender coisas que não pode. (mãe de Antonia).

Quanto às outras três mães, não há referência explícita a Deus enquanto mediador das relações familiares, embora se perceba que os valores adotados são os mesmos. A mãe de Virgínia, por exemplo:

... Não deixamos namorar porque está muito cedo: tem hora de chegar em casa, não sai sozinha, só sai com a gente... Colega, a gente sabe os que ela deve ter, não pode ser qualquer tipo de pessoas.

Machado (1996:80) analisa as condições em que ocorrem os processos de adesão às religiões protestantes no contexto familiar, ao mesmo tempo em que as identifica com a figura da mulher. Essa interferência do protestantismo no modelo de educação adotado pelas famílias de um modo geral é evidente no contexto da presente pesquisa. Sua relevância é ainda maior se se considera a importância da mulher e da mãe no tipo de família existente no Brasil. Assim, a conversão das mulheres às organizações religiosas constitui fator significativo para explicar a educação transmitida aos filhos.

Privilegiar a família enquanto esfera de princípios e práticas não significa compreendê-la de forma independente das demais esferas heterogêneas da vida social

que também são responsáveis pela criação, formulação e disseminação de referências. A particular importância à família e aos seus valores disseminados deve-se à perspectiva do estudo de buscar uma inteligibilidade em relação ao papel que a educação familiar ocupa em relação às posturas adotadas pelos sujeitos quando se deparam com situações de violência. Quanto à educação oferecida à mãe da adolescente entrevistada, Ribeiro & Ribeiro (1993:62), discutindo a questão dos valores na formação social brasileira, lembram que a relação entre princípios e práticas tem a potencialidade de analisar a coexistência de valores de diferentes períodos e de diferentes matrizes no interior das representações componentes de modelos culturais que buscam a legitimidade da sociedade. Assim, talvez seja possível perceber o momento em que os valores perderiam sua importância ou sua essencialidade, passando a existir apenas como possibilidades e princípios, ainda que em descontinuidade radical com as práticas e, ao mesmo tempo, sem relação de coerência e de funda contradição com elas.

Nessa perspectiva, as entrevistas feitas com as mães das adolescentes apresentam-se particularmente interessantes, uma vez que foram abordados tanto os aspectos da educação que a mãe ofereceu aos filhos quanto os daquela que lhe foi repassada por sua família de origem. A coexistência de valores em épocas diferentes, citada por Ribeiro & Ribeiro (1993), não é percebida imediatamente. As mães, na maioria das vezes, procuram ressaltar seus esforços no sentido de garantir aos filhos uma educação diferente, melhor. Essa situação encontra-se bastante evidente nas narrações das mães de Antonia e Rosa que, assim como suas filhas, sofreram abusos sexuais na infância ou adolescência:

Da minha família eu nunca recebi carinho. Nunca meu pai conversou comigo, que eu não fui criada com minha mãe, fui criada pelo meu pai. Sempre fui espancada. Vim conhecer minha mãe quando engravidei, com 16 anos, quando meu pai me tocou de casa. Só assim eu conheci minha mãe, fui morar com ela. Então, em relação ao que eu vivi...Meu pai dava muito amor para os meus outros irmãos do lado da minha madrasta, e, para nós, eu e meus quatro irmãos do lado da minha mãe, não. Então meu pai nunca foi de conversar, meu pai sempre foi de espancar, de bater. O que ele tinha na mão ele jogava na gente pra machucar mesmo e o que eu tento passar para os meus filhos.... eu sou muito de gritar, porque a vida hoje é muito sofrida. O que eu passo hoje em dia, porque eu tenho que ser a mãe, o pai ... e tudo para eles... Eu tenho que ser o que eu nunca tive... Então, eu tento fazer o que eu posso, eu tento dar o que eles precisam em termos de alimento e tento passar amor e carinho para eles, o que eu posso, e sempre falar de Deus, não esqueço de Deus....E, o que posso fazer é isso, mas só que é difícil (...) eu tentar passar amor e carinho para eles, uma coisa que eu não sei passar. Mas,

quando eu posso, eu passo, nem sempre. Igual eu falo: eu sou muito de gritar de exigir deles, sei que eu deveria passar mais, mas eu não consigo, não sei por quê. Mas eu não espanco, não sou muito de tá adulando, mas espancar também não (...) e minha expectativa é que eles estudem bastante, que eles tenham sempre Deus no coração. (mãe de Antonia).

Muitas são as contradições provenientes da narração da mãe de Antonia quanto às diferenças que ela acredita marcar os processos educativos entre as duas famílias, especialmente quando identifica a falta de carinho do pai, as surras e, por último, a expulsão de casa em função de sua gravidez como formas de violência. Ao mesmo tempo, não considera seus gritos como violência. No entanto, a contradição pode ser melhor avaliada quando, em relato anterior, ela assume não gostar de conversar com os filhos a respeito de sexualidade ... *Quando eles me perguntam alguma coisa em tento explicar... mas eu não gosto de ficar tocando nesse assunto....* Essa postura confirma a discussão já realizada sobre a coexistência de valores em épocas diferentes: a mãe que tanto lamenta a falta de diálogo em sua infância recusa-se a utilizá-lo em determinadas circunstâncias. A segunda mãe (Rosa), em situações semelhantes, faz a seguinte comparação:

(...) é muito grande porque eu fui criada sem nenhuma liberdade, sem orientação nenhuma. Então, eu nunca tive uma família para me orientar, para nada, porque logo eu perdi meu pai, muito cedo, e minha mãe era assim.... dura demais.... Colocou cedo na casa dos outros, cedo demais para trabalhar. Então eu não tive orientação nenhuma, ela nunca chegou em mim, para conversar, para me orientar em nada. Minha educação ou minha orientação foi na rua mesmo, no dia a dia. Eu acho assim que, apesar de tudo, de ter sido meio dura com meus filhos, mas eles tiveram uma vida melhor do que a minha, uma chance melhor, tiveram assim uma vida bem melhor do que a minha, embora eles não saibam aproveitar, mas tem (...) Eu tenho também um sentimento de frustração por eu não ter assim condição de ter dado uma educação melhor. Tem coisa falha... as minhas falhas que as vezes eu penso assim que se fosse de outra maneira talvez tudo sairia melhor. (mãe de Rosa).

Ambas adotam com suas filhas aspectos que consideram negativos na educação que receberam de suas famílias de origem. Ao falar de seu sofrimento na infância, a mãe de Rosa se lembra da dureza da mãe, da falta de orientação, enfim, do abandono, quando é “mandada” para a casa dos outros para trabalhar. Admite, entretanto, que, na prática, também foi “meio dura” com os filhos. Mas acredita que,

mesmo assim, a educação que eles tiveram foi melhor que a sua, embora não esclareça em quais aspectos ou quais os critérios estabelecidos para tal avaliação.

Na narrativa feita pela mãe de Virgínia, inicialmente não se encontra a coexistência de valores. No entanto, é reproduzida através da prática, expressa na exigência de um comportamento moral rígido proveniente justamente das doutrinas das igrejas protestantes, cuja obrigatoriedade na vida dessa mãe é percebida por ela como um aspecto negativo em sua educação:

(..) é bem diferente da minha mãe, porque no tempo da minha mãe, eu não podia sair, não podia andar com ninguém, não podia ter colega, não pude estudar mais porque eles não deixaram eu estudar mais, e, casamento tinha que casar com quem eles queriam, não era com quem a gente queria. Então, fui criada na religião crente desde pequena, Assembléia de Deus, fui criada desde idade de 07, 08 anos (...) Era obrigada a seguir. Hoje eu não faço isso com meus filhos (...). Eu converso com eles, para que não façam coisas erradas (..) como maltratar as pessoas, falar palavrões, xingar, que eu acho que isso não cabe. A gente tem que orientar da melhor maneira possível. Então, o que eu sei é que eu faço o que posso e eu nunca recebi da minha mãe o que faço por eles hoje, que foi dedicar mais... Eu não tive dedicação dos meus pais. Hoje minha mãe reconhece, ela fala: - é, realmente, você é a filha que eu mais judiei(que ela batia em mim.... porque dizia que eu era muito custosa, quando era pequena, piracenta, chorona) e hoje é a filha que mais me dá força, mais me ajuda (...) Então, a minha mãe teve uma educação muito rústica, muito braba, qualquer coisa batia, espancava. Eu já não faço isso. Chamo atenção, castigo, mas não bato, que eu acho que não é com o bater que você conserta ninguém não... Se você não conserta com conselho, com pancada você revolta a pessoa.

Entretanto, essa mesma mãe, em outro momento, quando fala das regras transmitidas à filha adolescente, demonstra que não rompeu com as práticas da educação por ela criticada:.... *não deixamos namorar porque está muito cedo, tem hora de chegar em casa, não sai sozinha, só sai com a gente... colega nós sabemos os que ela deve ter... não pode ser qualquer tipo de pessoa... Vários dos aspectos criticados são reproduzidos e dizem respeito à liberdade de sair de casa com os amigos, de escolher seus próprios amigos, etc. A desobrigação de aderir à religião definida pela família deve ser percebida como fator importante, porém sem esquecer que as normas, os valores são estabelecidos ainda a partir das crenças inerentes às doutrinas das religiões protestantes. Dessa forma, não há ruptura com a educação dos pais, considerada autoritária.*

A mãe de Ana não narra aspectos ligados à violência em qualquer de suas modalidades. Seu sofrimento está vinculado à morte prematura dos pais e à condição em que foi criada, situação de abandono circunstancial:

.... Sobre minha educação, eu não posso dar assim nada de bom (...) porque eu mesma me eduquei, eu mesma procurei fazer o melhor, discernir o certo do errado (...), porque meu irmão viajava muito, trabalhava de caminhoneiro (...) Eu mesma aprendi a cozinhar, eu mesma aprendi a lavar minha roupa, lavar as roupas dele..., Com sete anos eu já era dona de casa. Então, a educação que hoje eu dou para os meus filhos é a educação que eu acho que todo mundo... toda família deveria ter em casa. Que eles seguissem ou que eles não seguissem, deveria ser esta que eu dou, e... amor, carinho, compreensão. Mesmo nas horas difíceis, nas horas que você vê que seu filho não tem lugar. Às vezes, tem mãe que diz: - meu filho não tem jeito... Mas todo filho tem jeito, até o que você diz "meu filho é um ladrão", "meu filho rouba" (...) eu acho que é nesse momento que a família deve dar total apoio e tentar mostrar o lado positivo pra esse tipo de situação. Então, o que eu sempre passo pra eles é isso... Eu acho que devido eu passar isso para eles é que eles procuram me ajudar muito, nesse sentido moral e até espiritual. Às vezes (...) a gente passa dos limites também: eu me descontrolo, choro, e eles vão e falam: - mãe, eu vou procurar fazer isso pra Senhora (...); mãe não tem jeito da Sra. parar um pouco de trabalhar não?... Eles se preocupam comigo (...). Hoje eu estou um pouco amarga devido as coisas que eu já passei na época da minha infância. Senti muita falta da minha mãe e do meu pai... e hoje eu quero ser pai e mãe para eles. Apesar de que meu primeiro casamento não deu certo, procurei refazer, procurei ver se eles queriam. Primeiro eu não fui ver os meus sentimentos. Na época, eles eram muito pequenos, mas procurei ver se dava certo o ambiente para eles, procurei conhecer meu marido, passei um ano morando com ele antes de casar... procurei trazer eles, ver se combinava e na época eles moravam com uma irmã de criação minha, que foi meus irmãos que criou... com avó que é a mãe do meu ex-marido. E depois de um ano e meio foi que eu me casei e trouxe eles. Então, eles dois, com meu atual marido que é padrasto deles, eles se dão muito bem, apesar de que o outro, o mais novo, ele fica assim meio cismado (...) Mas eles se entendem, na maneira do possível eles dois se entendem (...). E... eu planejo para eles, porque sempre a gente planeja o melhor pros filhos da gente. Então, o que eu planejo para eles é que cresçam, sem ter aquela dificuldade que eu tive, porque eu não tive oportunidade de estudar. Eu nunca tive problema com ela quanto ao estudo, ela sempre acordou cedo, ela sempre fez as tarefas dela, ela nunca me perguntou nada, sempre pesquisou só... Nessa área aí do estudo ela sempre foi uma menina independente, sempre se mostrou uma pessoa que não queria depender de ninguém para isso. Então, eu procuro fazer o máximo por ela... Por ela eu estou tentando comprar (...) que ela disse que quer também fazer o curso de informática. (...) Vou tentar fazer tudo por ela e pelo Alex. Hoje meu problema é, como eu já falei, é voltar ele a estudar, porque ele não quer estudar.

Ao fazer comparações entre a educação que recebeu e a que oferece aos filhos, a mãe de Ana traz elementos que ela considera essenciais, tais como: ensinar a discernir o certo do errado (valores morais); realizar tarefas domésticas, etc. Mas o mais importante em sua narração parece ser a importância do afeto, do respeito à criança,

aspectos que, para ela, representam a família ideal e que, em decorrência da morte dos pais, ela não teve.

A concepção moderna de infância¹⁰ faz eco no relato, especificamente no que se refere ao seu comportamento diante do segundo casamento: *....primeiro eu não fui ver meus sentimentos (...) mas procurei ver se dava certo o ambiente pra eles... .* Essa transformação da criança em figura central da família, o rezinho do lar moderno, a preocupação com seu bem-estar são características específicas da família nuclear, embora sua condição de mãe proletária não lhe permita oferecer aos filhos os bens e serviços criados para garantir a reprodução material e intelectual dos indivíduos burgueses. No entanto, isso não impede que haja no interior dessa família a reprodução das idéias, da moral e do comportamento inerente a esse modelo.

A última mãe a realizar comparações dessa natureza acentua também a importância da educação formal:

.... Para mim é muito difícil, porque eu não tive educação nenhuma. Então eu procuro dar para eles... faço muito esforço para dar o melhor possível daquilo que eu não aprendi.... E eu espero que eles estudem mais, tenham uma profissão e sejam honestos. (mãe de Antonia).

As valorizações dos estudos, da profissão, da honestidade manifestadas pelas mães indicam o desenvolvimento de um processo de modernização nas concepções das mães de famílias. O desinteresse de seus pais em relação à sua escolaridade é sempre ressaltado enquanto aspecto negativo, contrapondo-se à sua preocupação com os estudos dos filhos hoje. Tais manifestações estão de acordo com a análise feita por Lasch (1991:26), que relaciona o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento do Estado e seu reflexo no ser interior do indivíduo. Sendo assim, a conexão entre o protestantismo e o capitalismo não se encontra somente na doutrina religiosa formal, mas nas “sanções psicológicas”. Afirma ainda que a sociedade moderna precisa, entre outras coisas, da transformação da personalidade. O conceito protestante de vocação dignificou a vida no mundo, insistiu no valor moral do trabalho, legitimou o cálculo prudente e a precaução com o futuro. Além disso, a mentalidade burguesa, ao considerar os filhos como reserva para o futuro, dedicou atenção sem precedentes à sua criação. Esse novo estilo de vida

¹⁰ – Philippe ARIÈS, op. cit. p. 210-70.

doméstica proporcionou condições para o desenvolvimento de um tipo de personalidade até então inexistente, baseado na autoconfiança. A constituição de um novo sujeito representa a maior contribuição da família a uma sociedade de mercado, cujos princípios fundamentais são a competição, o individualismo, a previsão racional e a acumulação de bens materiais.

Questões inerentes à cultura e ao próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil impossibilitaram que a formação da família nuclear moderna ocorresse de forma análoga à da Europa ocidental e à dos Estados Unidos. Resquícios específicos da formação social deste último permanecem influenciando hábitos, comportamentos, etc. Percebe-se, no entanto, que, em geral, a relação família e criação de filhos aponta novos parâmetros para a reflexão a respeito das mudanças ocorridas nesse contexto. A permanência de ambigüidades ou frustrações indica que a ruptura entre uma educação considerada tradicional e uma outra construída a partir de novos valores encontra-se em processo de consolidação, influenciada por vários fatores, inclusive pelos novos arranjos familiares e, conseqüentemente, pelas alterações culturais em curso de forma genérica na sociedade.

As expectativas de novas práticas se refletem especialmente na tendência das mães de considerarem que a educação que oferecem aos seus filhos é superior à que seus pais lhes ofereceram, pois, para a obtenção da obediência, os recursos que utilizam são a argumentação antes do uso da violência. Além disso, a desobrigação religiosa e a liberdade, presentes no relacionamento, pressupõem melhorias efetivas.

Para Ribeiro & Ribeiro (1993), as novas mediações que compõem o universo da família atuam sobre as formas tradicionais de exercício da autoridade, mesmo que não signifiquem o rompimento total com o uso da violência, e apontam para novos mecanismos de negociação da estabilidade da instituição.

Pela pesquisa, pode-se perceber que o aspecto disruptivo da mudança encontra-se associado às ambigüidades que as mães demonstram diante do processo de transmissão de regras e valores adotados pela família e diante dos mecanismos utilizados no descumprimento das normas. A utilização de "gritos", a resistência em tratar assuntos relacionados à sexualidade, o silêncio prolongado das adolescentes quanto ao abuso sexual que sofreram e a contrariedade implícita das mães diante do rompimento do "pacto do silêncio" indicam a permanência de valores inerentes à educação do tipo tradicional.

1.1.3. O Universo das Mães no Contexto da Sociedade Brasileira

Tenho vontade de crescer! Parei de estudar, mas eu quero voltar, para deixar de ser empregada doméstica. (Solange, mãe de Antonia).

Os dados relacionados à escolaridade, ao trabalho e à economia doméstica das mães entrevistadas demonstram os níveis de exclusão social das famílias entrevistadas, cuja conseqüência é a alteração nos papéis, hábitos de consumo, etc, em que prevalece muitas vezes a coexistência de valores contraditórios com a prática cotidiana. Essa contradição pode ser percebida de forma explícita no relato de uma das mães sobre a situação econômica de sua família, quando confirma o desemprego prolongado do marido e a necessidade de seu trabalho para cobrir as despesas familiares. Porém, continua a afirmar que o seu marido é o responsável pelo sustento da família.

As questões dos valores apresentam-se relevantes no contexto familiar, constituídos a partir da influência de fatores, como a religião, os meios de comunicação de massa, a escola, dentre outras instituições. A pesquisa apresenta sujeitos com relevante perspectiva de mobilidade social, cuja garantia, conforme suas concepções, serão o aumento da escolaridade e a conseqüente mudança de trabalho (emprego) que os estudos poderão proporcionar:

Espero logo poder trocar, parar de trabalhar de doméstica e encontrar outro serviço, para ficar melhor, porque doméstica é um ramo muito desvalorizado. É por isso que eu voltei a estudar, estou estudando. (mãe de Fátima).

Assim, quando as mães entrevistadas buscam a escola formal ou a profissionalização estão se orientando por um valor cultivado e universalizado na família moderna que, se antes era disposto somente em relação aos filhos (crianças e adolescentes), hoje também o é em relação a elas, mulheres adultas. Trata-se, portanto, de um fenômeno contemporâneo, ditado principalmente pela necessidade objetiva de garantir a sobrevivência dos membros da família, bem como de alcançar satisfação pessoal. Esse aspecto reflete as transformações culturais e sociais, uma vez que a mulher, até o início do século XX, esteve voltada exclusivamente para o lar ou, no caso

das famílias pobres, para o trabalho desqualificado nas fábricas ou no emprego doméstico.

Embora casadas, as mães, quando falam da perspectiva de melhoria das condições de vida, falam de seu esforço pessoal, de seus estudos e dos estudos de seus filhos. Os maridos, mesmo os incluídos nos projetos de melhoria das condições de vida da família como um todo, não ocupam espaço privilegiado. Em outras palavras, não se espera que eles voltem a se responsabilizar pelo sustento de suas famílias como ocorria no passado. A mãe de Ana, por exemplo, cujo marido encontra-se desempregado há cerca de três anos, nem mesmo fala da possibilidade de seu retorno ao mercado de trabalho:

Atualmente, eu estou terminando o supletivo do I grau e estou tentando chegar até o final para completar o II grau e subir.... mudar de cargo lá onde eu já trabalho há cinco anos, na mesma firma... Minha expectativa é essa. Porque eu tenho muita força e fé que eu vou dar dias melhores para mim e para minha família, para meus filhos. Hoje, o menino não está estudando, ele não está querendo saber de estudo, não quer nada, mas eu vou superar junto com ele. Minha menina, (...) está na 8ª série e quer se formar em veterinária, esse é o plano dela. E eu vou batalhar para isso, e por isso eu estou crescendo junto com ela.... Eu, ela, meu marido. E mais na frente eu estou fazendo de tudo para o Alex, que é o irmão dela, voltar a estudar, que meu maior problema hoje é fazer ele voltar a estudar.

Como já foi mencionado, a mãe de Ana, mesmo casada, é responsável pelo sustento de sua família e alimenta projetos para todos os seus membros. Essa centralidade da figura feminina não pode ser considerada nova. Estudos realizados por Ribeiro & Ribeiro (1993:160) indicam que, desde a década de 70, a sociedade brasileira vem sofrendo impactos modernizadores caracterizados por desenraizamentos expressos em: fluxos migratórios para os espaços urbanos-metropolitanos do país; transformações no mercado de trabalho urbano, com incorporação crescente do trabalho feminino; rupturas do universo familiar em decorrência de novos valores e do recuo de matrizes culturais tradicionais.

As autoras lembram ainda que as mudanças envolvendo a figura da mulher ficam mais evidentes quando se observam dados relacionados à pesquisa por elas

realizada em três metrópoles¹¹, dando conta do insignificante número de homens chefes-de-família, sem cônjuge, com filhos, que não teria alcançado 2,0%, não expressando, portanto, grandes alterações no papel masculino. Assim, as mudanças muitas vezes divulgadas e que dizem das alterações positivas no papel masculino no universo familiar se existiram, não alcançaram a configuração básica da família.

A mãe de Ana, por exemplo, que exerce a função de camareira de hotel há cinco anos, tem esperança de superar as suas difíceis condições de vida através dos estudos e de seu próprio trabalho, sem contar com a possibilidade de trabalho para o marido. Sua escolarização não carrega a esperança de mudança de emprego, ou de empregador, mas a da alteração nas funções que atualmente executa e que representará, conseqüentemente, a alteração de sua renda e de seu 'status'.

Dentre as mães entrevistadas, somente duas não planejam mudar de trabalho. São exatamente aquelas que não possuem emprego em atividades domésticas e, conseqüentemente, parece que se sentem mais valorizadas:

Na área que eu trabalho hoje eu gosto muito: dou aula de cabeleireira, tenho uma escola (...), dedico, passo aquilo para meus alunos com muito carinho, porque gosto de fazer mesmo. (mãe de Virginia).

... é uma responsabilidade que eu carrego, e também assim uma compensação. Às vezes é muito gratificante eu poder ajudar as pessoas, quando eu estou bem... Quando eu tenho saúde, eu faço com muita satisfação. Agora, tem dia que estou passando mal, tem dia que eu estou cansada demais... com muita coisa em minha cabeça...(...) Aí, eu não trabalho tão bem, quer dizer, também às vezes falta material, falta condição de trabalho, falta uma motivação maior, salário (...) Mas tem as compensações, é muito gratificante! (mãe de Rosa).

Mesmo diante da falta de incentivos (salários), das difíceis condições de trabalho, os sindicatos não representam a possibilidade de luta ou de conquista para essa

¹¹ . As metrópoles que integram a pesquisa analisada pelas autoras são: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A ênfase quanto à insignificância do papel masculino nas alterações que ocorreram no interior da família, provocando novos 'arranjos', no caso da mulher podem ser verificados nos altos índices de mulheres como chefes-de-família com ou sem cônjuge. Ivete RIBEIRO e Ana Clara Torres RIBEIRO, op. cit., 160.

Trabalhadora. Somente uma mãe participa do sindicato de sua categoria, o de trabalhadores em hotéis. As demais além de não participarem de sindicatos, não participam de nenhuma outra organização, por exemplo, associação de bairro. Uma das mães lembra vagamente seu passado de militante e faz questão de reforçar que foi por pouco tempo:

Sim, eu participava quando eu era da pastoral do dízimo e da pastoral da terra, mas, eu larguei (...) Sindicato eu ainda comecei a participar, dos trabalhadores, Foi pouca coisa, quase nada... Foi no PT... Depois eu deixei. (mãe de Rosa).

Embora os dados a respeito da pouca participação das mães entrevistadas em movimento sociais organizados não possam ser generalizados, eles coincidem com a realidade de outros estudos¹² que identificam essa mesma ausência de mulheres na história da organização política da classe trabalhadora brasileira. Rago (1985:64) pesquisou justamente o período inicial da industrialização, quando as mulheres ingressaram nas fábricas, escritórios comerciais, lojas, etc. e percebeu que, inclusive o movimento operário, mesmo sendo constituído no começo do século em grande parte por mulheres e crianças, era liderado por homens e atuou no sentido de obstaculizar a participação da mulher nas entidades de classe. Sua participação em geral ocorria enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. Dessa forma, a autora conclui que a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteiramente voltada para o sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização pressupõe ainda que a mulher deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido.

Assim, a par da necessidade do trabalho da mulher, em outras palavras, mesmo não podendo abrir mão de sua inserção no mercado de trabalho, divulgam-se idéias que dão conta de sua figura como a esposa/mãe/dona de casa/rainha do lar.

Em relação ao papel ocupado pelas mães no universo das famílias, os dados a respeito da transmissão das regras familiares são os seguintes: das 05 mães

¹² . Maria Valéria J. PENA, *Mulheres e Trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril*; Margareth RAGO, *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*, p. 64.

entrevistadas, 03 são casadas. Porém, somente 01 delas divide com o marido a tarefa de transmitir as regras aos filhos. As outras 02 o fazem sozinhas. Como o sustento financeiro, em sua maioria, também se realiza pelas mães, tais respostas estão em sintonia com as discussões teóricas realizadas sobre o vínculo do aspecto financeiro com o exercício da autoridade na família, mostrando que o homem, quando perde o papel de provedor do lar, perde também o posto de transmissor das suas normas e regras, embora essa troca de papéis não pareça representar alterações nos valores transmitidos aos filhos.

Pois a educação que tem por base a repressão e o silêncio está presente tanto nos relatos sobre o tipo de educação que receberam de seus pais, quanto naquele que oferecem aos filhos. Entretanto, as mães enfrentam dificuldades para assumir que possuem os mesmos valores que certamente nortearam a conduta de seus pais. A construção dessa educação, suas raízes e sua presença nas famílias entrevistadas são o objeto das análises do próximo item.

1.1.4. A educação das mães de adolescentes e o rompimento do pacto do silêncio: os legados geracionais

Eu não sabia nada sobre menstruação... Então fiquei perdida, não sabia o que fazer... ia para escola, sujava o uniforme todo, não sabia como mexer com esse trem, essa coisa... Eu passei muita vergonha! (mãe de Rosa).

A família está entre as circunstâncias que influenciam de modo decisivo a formação psíquica dos indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto pelos inconscientes. Segundo Horkheimer (1990), ela desempenha um papel decisivo no despertar das faculdades da criança. Sua influência é um dos componentes educativos mais importantes da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual depende amplamente a sobrevivência da ordem burguesa.

Ainda conforme Horkheimer (1990), a tarefa de educar os filhos para o exercício de uma cidadania regulada e controlada no sentido de fugir dos conflitos entre o

Estado e a Igreja, descoberta muito antes pelo cristianismo, apresentou no capitalismo maior eficiência. Ao romper com a subserviência do indivíduo em relação à igreja, o protestantismo ajudou o sistema social a introduzir um determinado tipo de sentimento pelo qual trabalho, lucro e poder de dispor do capital como um fim em si mesmo substituem a vida centralizada numa felicidade terrena ou celeste. A partir daí, o homem foi submisso apenas ao trabalho e não à igreja. Essa mudança explica o fato de a obediência ter se transformado numa virtude que carrega em si mesma o seu valor. A teimosia da criança precisa ser quebrada, e o desejo primitivo de um desenvolvimento livre de seus impulsos e faculdades deve ser substituído pela obrigação interior de cumprir o dever incondicionalmente. A sujeição ao imperativo do dever foi, desde o início, um objetivo consciente da família burguesa.

Assim, o uso da razão em substituição às crenças, valores e comportamentos das famílias no antigo regime desenvolveu-se de maneira simultânea ao apego a uma nova educação centrada na submissão, fundamentada no pensamento de Lutero, que percebeu, inclusive, a superioridade física dos adultos em relação à criança, ou do homem em relação à mulher, como uma questão moral, expressão da vontade divina que devia ser respeitada. Nesse sentido, não eram necessárias leis ou fiscalização para as ações da família. O pai era a autoridade máxima, o legislador e o juiz. O caráter sagrado dessa família do início da ordem burguesa fechou as portas para qualquer interferência externa. Coube a ela ensinar às crianças a relação burguesa de autoridade, e prepará-las para se adaptarem à sociedade.

Os esforços dos educadores e moralistas no sentido de forjar um conjunto de idéias sobre as características específicas da infância resultaram em concepções sobre esse período da vida dos indivíduos como de grande impulsividade, vulnerabilidade, sujeito aos vícios e maus hábitos, em outras palavras, dirigido pelos instintos, pela emoção e não pela razão. A criança vista nessa perspectiva constituiu-se ser incapaz, cabendo, portanto, aos adultos, moldar sua natureza, disciplinar sua conduta para a obediência. Para Guerra (1985:50), o modelo de educação fundado nessa visão de infância desvalorizava e combatia os desejos da criança, fazendo da resignação um valor fundamental. Todas as explicações deveriam ser encontradas no seio da família e ninguém deveria ousar discutir suas decisões.

Em troca, a família deveria assegurar proteção e bem-estar aos seus membros. É claro que essa segurança e esse bem-estar não eram homogêneos ou lineares: as diferenças de classes sociais historicamente interferiam nos modelos de famílias, como, por exemplo, os modelos da família aristocrática e da camponesa. Com a família nuclear, isso não foi muito diferente. Em que pesem as diferenças sociais, os padrões societários da sociedade capitalista precisaram ser afirmados como universais e, no caso da família, a impossibilidade dessa proteção não impediu sua permanência enquanto ideal a ser alcançado. Portanto, a partir do século XX, os indivíduos da classe trabalhadora passaram a pensar a família como um refúgio da sociedade, mesmo que não tão sagrado quanto o da família burguesa.

De qualquer forma, contraditoriamente, a família se constituiu como um espaço que, ao contrário do que a evidência pode indicar, não se revelou um refúgio para a criança. Ao invés de proteger e revelar a violência, a família se mostrou capaz de guardar e velar o autoritarismo e o silêncio.

As mediações da socialização e da violência que se realizam no espaço familiar e resultam no pacto do silêncio frente ao abuso sexual estão referidas a diferentes aspectos relacionados à educação sexual que as mães das adolescentes, "sujeitos silentes", receberam de suas famílias de origem. Tal abordagem permite compreender as condições em que ocorreu parte da socialização dessas mães quando crianças e/ou adolescentes e obter elementos que esclareçam suas atitudes silentes frente ao abuso sexual de suas filhas. Nesse sentido, é interessante observar que as mães foram unânimes ao negar qualquer tipo de orientação recebida.

A discussão da violência intrafamiliar passa pela discussão da sexualidade na sociedade contemporânea, que envolve a prática da sexualidade. Para Faleiros (1998:44), a sexualidade humana é, ao mesmo tempo, orientação sexual, estímulo sexual e prazer sexual que se constroem na relação entre as pessoas, num processo simbólico, cultural, político e ideológico.

Assim, o abuso sexual intrafamiliar não se constitui somente pela prática do abuso sexual, mas também pela ausência de orientação sexual, pelo desrespeito aos desejos da criança ou adolescente, pela falta de legitimidade de seu sofrimento, enfim, pelo seu silenciamento, que só é possível numa sociedade onde a violência tende à banalidade.

Embora a violência em seus diferentes níveis e modalidades, inclusive a sexual, não se encontre presente somente nas famílias das classes trabalhadoras, pois ela existe em todas as classes sociais, nas famílias de classe média e alta dificilmente o fim do segredo extrapola o âmbito da casa. Já nas famílias onde predominam extremas dificuldades materiais, a casa que, em passado recente, foi idealizada para ser o espaço da sensibilidade, da intimidade, da confiança, da fuga de um mundo frio e competitivo, de acordo com Kuyumjian (1998:28), tornou-se local que abriga e desobriga às responsabilidades, transformando os conflitos em ações violentas desprovidas de respaldo moral e ético. Além disso, ressalta a autora, à crescente condição de fragilidade, instabilidade e precariedade somam-se outros fatores que se inter-relacionam, tais como: acesso à educação, aumento dos níveis de pobreza, mudanças nos arranjos familiares, transformação na intimidade, erotização do cotidiano, individualismo e ausência de diálogo. Nessas condições, as crianças e adolescentes recebem influências fragmentadas de diferentes esferas do social. Tais situações enfraquecem os elos de compromissos coletivos.

Nos relatos de duas mães que, em suas infâncias, assim como suas filhas, sofreram abusos sexuais - uma, com 13 anos de idade, teve por agressor o próprio avô materno e a outra, com 12 anos, foi agredida pelo patrão numa casa de família onde realizava serviços domésticos -, pode-se perceber o enfraquecimento dos elos de compromissos coletivos:

Aos 13 anos, meu avô tentou mexer comigo... com o dedo (...) Eu nunca tive coragem de contar, porque minha mãe não me criou. Quando eu conheci meu avô logo ele fez isso comigo. Eu afastei, algum tempo depois ele morreu (...). Aos 16 anos, o pai da minha filha... o pai da Antonia, eu estava sozinha em casa, ele chegou, já foi me jogando no sofá e abusando de mim. Nesse dia, eu fiquei grávida. (mãe de Antonia).

A mãe de Rosa, que também confirma violência sexual na adolescência, expressa em seus relatos a experiência de uma educação familiar mediada por experiências fragmentadas e pelo silêncio:

.... eu trabalhava na casa de um casal de velhos... Aí o velho abusou de mim sexualmente. Eu era muito boba, não entendia, tinha vergonha de contar para minha mãe, fiquei guardando tudo para mim, sozinha. Sofri muitos anos, guardando para mim, sozinha (...). Ele (o patrão) mandava eu trabalhar no bar dele, arrumar a geladeira, arrumar as coisas e daí ele trancava a porta só comigo

lá dentro, e a mulher ficava parada pra lá, não sei se ela não sabia ou se ela não queria saber.... Eu tenho a impressão que ela sabia, fazia de cega.

As expectativas de novas práticas refletidas no discurso das mães que procuram romper com a educação considerada tradicional oferecida pelos pais muitas vezes não possuem ressonância na prática. Essa ambigüidade está no relato da mãe de Rosa que, ao comentar o abuso sexual sofrido pela filha, diz: *se aconteceu alguma coisa foi porque eles quiseram também...* Porém, ao se referir à violência contra ela própria, lembra da esposa de seu agressor como alguém que se fazia de cega para não socorrê-la. O medo da reação da mãe, expresso no silêncio guardado durante muitos anos, identifica-se no presente de sua filha abusada sexualmente pelo irmão mais velho, que também guardou segredo durante anos e anos. Seu sofrimento pode ser percebido ainda quando ressalta que a mãe a entregou a uma família para trabalhar e ajudar no sustento de casa, e que foi abusada pelo patrão com apenas 12 anos de idade.

No que se refere aos mecanismos utilizados para garantir o cumprimento das normas, são justamente as mães de Rosa e Antonia, vítimas, em suas adolescências, de abusos sexuais, as únicas a assumirem explicitamente a utilização da violência:

Às vezes eu explico, punir quase não tem jeito de punir na idade que eles estão... Mas no começo, quando eles ainda eram adolescentes, eu ainda puni (...) não houve jeito (...) E também não tem como punir mais, porque estão todos adultos: a Rosa já está com 18 anos que é a mais nova... Então, agora é só conversar mesmo (...). Bom, como é que se fala, dava bronca e teve vez que até bati. Quando era menor, eu cheguei a surrar mesmo, dar surra mesmo. (mãe de Rosa).

A mãe de Antonia, que lamenta sua infância violenta, a falta de carinho do pai, o abandono da mãe, admite sua incapacidade de romper com parte da lógica da educação que recebeu:

... Eu sou muito de gritar, não sou de bater, não sou também de tirar uma coisa deles... Só não sou de deixar eles sair, só isso... E, eles me obedecem direitinho (...). Não sou de por de castigo, só sou de gritar... Meu defeito é gritar. (mãe de Antonia).

Na fala dessa mãe está presente um conflito que pode ser observado também no relato da mãe de Rosa: a incapacidade de adotar novas atitudes, novos parâmetros educativos para antigas situações. Elas possuem consciência dos aspectos negativos em

relação à maneira como foram "criadas", mas não conseguem agir de forma diferente. Apesar de valorizarem no nível dos princípios o diálogo, terminam por utilizar a violência às vezes tanto quanto seus pais.

O problema do abuso sexual na pesquisa envolve relações complexas de família, pois os abusadores são parentes ou próximos das vítimas: dentre as 09 meninas entrevistadas, somente na situação de Alice o agressor não estava envolvido em laços familiares, era apenas amigo da família. Para todas as outras, tratava-se de parente por aliança ou consangüinidade. Tal proximidade, além de ter facilitado as condições para a efetivação da violência sexual, propiciou a utilização de ameaças, visando a manter o segredo dos fatos. Os relatos dos sujeitos entrevistados refletem o autoritarismo e a dominação de poder, gênero, etnia, e de classe presentes na sociedade, nas famílias, brasileiras, refletindo relações historicamente construídas e estão em sintonia com outras pesquisas¹³. Nesse sentido, a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, inclusive o abuso sexual, não é um fenômeno natural, tampouco fruto de uma passageira crise social, muitas vezes apontada como uma das conseqüências dos novos "arranjos" adotados pelas famílias nas últimas décadas. Ao contrário dessa visão, considera-se a violência como um processo, uma relação de poder que, para se constituir, precisa obter a submissão do outro.

A partir da compreensão sobre a complexidade das relações de uma família com o fenômeno do abuso sexual em seu interior, e tendo também clareza quanto aos aspectos ligados ao segredo que o envolve, mesmo em relação às mães, procurou-se nas entrevistas conhecer a forma como essas mães tomaram conhecimento dos fatos.

Uma das situações relatadas na entrevista destaca-se por sua particularidade, pois, de todas as entrevistadas, a mãe de Fátima foi a única que negou conhecimento do abuso sexual, embora não seja a única a apresentar contradições:

Olha, eu não lembro, se ela me contou foi de outra forma, que eu não entendi... Estou aqui, oh! pasmada... porque disso eu não tinha conhecimento. (mãe de Fátima).

¹³. Mireya SUÁREZ & Lourdes BANDEIRA, *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*, p. 13-26; Heleieth I. B. SAFFIOTI, No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: Felícia R. MADEIRA (Org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*, p. 135-207; Vicente Paula FALEIROS, A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: *Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB*, p. 37-56.

O abusador de Fátima era seu padrasto. Assim, para essa mãe, admitir a violência sofrida pela filha representa talvez admitir sua co-responsabilidade, pois, em outro momento da entrevista, diz: *isso aconteceu porque eu me envolvi com quem não deveria, com gente dessa natureza.*

Os relatos das mães indicam que as experiências de violência sexual pelas quais passaram em suas infâncias ou adolescências nem sempre contribuem para evitar situações idênticas com suas filhas. Os casos das mães de Rosa e Antonia, por exemplo: ambas sofreram abusos sexuais na adolescência e as suas lembranças, até hoje, trazem muito sofrimento. Entretanto, essa experiência não se traduziu em ações que pudessem evitar a repetição do fenômeno:

Só fiquei sabendo bem depois (...) Ele cuidava dos meninos tudo direitinho, e eu saía para trabalhar (...) Quando eu fiquei sabendo, eu não permiti, conversei com ele, dei uma bronca, eu acho, parece que eu bati nele ainda, uma bronca feia... porque... ah! Eu não sei o que ele pensou, coitado (...). Ele nunca foi um menino desse tipo... Ele ficava com as primas dele, prima bem perto porque é filha da minha irmã e do meu cunhado, são primos de primeiro grau e nunca teve problema. Ele nunca... sempre respeitou e eu não sei como aconteceu isso. Bom, eu achei muito ruim, inclusive eu puni ele, e eu acho que até hoje ele se sente punido. Agora, eles têm raiva um do outro, não sei se é por causa da punição... Ele tem raiva, eles nem conversam. (mãe de Rosa).

O discurso em defesa do agressor que também é seu filho indica que o apoio que Rosa esperava receber ao revelar seu segredo não aconteceu. Ao enfatizar a punição a que submeteu o filho mais velho, autor dos abusos, a mãe de Rosa esperava ter colocado um ponto final na história e que a adolescente, a partir daí, esquecesse o passado e tudo ficasse bem. Os conflitos, as fugas de casa, enfim, as dificuldades emocionais vividas por Rosa não foram e não são percebidos por sua mãe enquanto consequência da violência sexual perpetrada pelo irmão. Nesse sentido, seu sofrimento não tem legitimidade. Ao contrário, ela parece duvidar de que algo dessa natureza tenha realmente acontecido e não estabelece relação entre o que aconteceu com ela e a sua filha.

Também a mãe de Antonia, que tomou conhecimento do abuso sexual que a filha estava sofrendo através dos vizinhos, demonstra perplexidade:

Eu viajei... Quando voltei, meus vizinhos me falaram que sempre que ela estava em casa, ele trancava à porta e depois ela saía chorando e sentava na pedra. Tinha seis anos que nós dois morávamos juntos... Ela estava com dois anos e meio e quando aconteceu ela tinha oito anos (...). Aí eu fui desconfiando... Quando foi um dia, eu saí e cheguei em casa: ela estava chorando na pedra, com um tapa que ele tinha dado... Eu fui perguntar, ele disse que ela desobedeceu ele. Quando foi à noite, nesse dia, eu estava assistindo um filme, mas minha cabeça estava doendo. Eu fui dormir e ela ficou com ele... ele pediu para ela ficar com ele... Ela não queria, mas ele insistiu e ela ficou. O filme era muito engraçado e os dois calaram a boca e eu sentei na cama e fiquei olhando pela greta... Achei diferente pela greta da porta, levantei, ela ficou sem gracinha e deitou... e me pediu a bênção. Eu fui abençoar e, como ela tem mania de dar à mão pra gente beijar, eu achei ela com um cheiro diferente, mas não falei nada. Nesse dia, eu não dormi nada. Quando foi no outro dia ele não foi trabalhar, ficou em casa, e eu fazia tudo para conversar com ela, nesse dia não deu. Quando foi no outro dia, ele também não foi trabalhar, mas foi buscar uns exames que ele estava fazendo, de dor no peito... Aí eu perguntei para ela, falei assim: - Antonia! (Joguei um verde nela), falei: - Antonia, seu pai me disse que você pegou nele... Aí ela falou: - não mãe, eu não peguei, mas eu posso te falar uma coisa? Eu falei: - pode - não deixa eu sozinha com meu pai mais não... Falei: - por quê minha filha? - Não, porque todas às vezes que a Sra. larga eu sozinha com ele, ele corre atrás de mim, me joga na cama e faz aquilo comigo. - Aquilo o quê? o que ele faz com você? Ela falava assim: - aquilo... Não chegava a falar para mim o que era.

Mesmo preocupada em saber da filha a verdade sobre o comportamento de seu marido, temporariamente a mãe de Antonia se cala. Embora não desconfie da veracidade dos fatos como o fez a mãe de Rosa, sua experiência enquanto vítima de abuso sexual na adolescência parece não lhe ter oferecido elementos para enfrentar a situação imediatamente.

Quanto à mãe de Virgínia sua narração é repleta de contradições:

Como eu tomei conhecimento... Em primeiro lugar aconteceu aqui em Goiânia uma tentativa de estupro com ela e o menino. Bateram muito neles, o menino tinha idade de sete anos e ela tinha cinco. Então, pegaram eles (...) não chegaram a estuprar, mas machucaram muito. Nesse tempo, eu morava com meu cunhado, marido da minha irmã. Ele também tentou estuprar ela, mas não chegou a fazer nada não, porque a vizinha impediu. Foi aqui em Goiânia, aqui no Setor Norte Ferroviário, na Avenida Contorno, onde eu morava na época. Depois, o tempo passou, eu estava namorando com esse meu marido, que é uma pessoa assim de família (...) por isso, no tempo de namoro eu nunca contei isso para ele (...) Depois que estávamos casados que eu fui passar os problemas para ele. Aí, eu tinha mandado ela para a casa da minha mãe, porque eu tinha feito uma cirurgia aqui no Hospital das Clínicas, tinha tirado um mioma, e, nesse tempo em que fiquei operada, ela quebrou a perna e ficou internada aqui também, ficou dez dias internada e 90 dias sem colocar o pé no chão. Então, como ela estava sofrendo, passando por uma fase muito difícil, eu mandei ela para minha mãe, ficar seis meses. E, nesse tempo de seis meses, minha mãe não deixou ela voltar mais, queria que eles ficassem com ela... E enquanto eles estavam lá, meu cunhado tentou abuso sexual com ela, desde os 09 anos de idade até há uns dois ou três anos atrás (...). E, então isso aí está na justiça. Eu quero que eles dêem

andamento o mais rápido possível (...) E o que eu espero é justiça sobre tudo isso o que aconteceu com ela. Quem descobriu o caso foi meu marido, porque ele, conversando com meu padrasto que tinha muita cisma dele..., contou para o meu marido. Só que meu padrasto não teve coragem de sustentar a verdade. Depois, ficou com medo... Para nós ele contou, para os outros ele não quis, mas foi através dele que nós ficamos sabendo, porque nós não estávamos em Rondônia, a distância que é, nós aqui... se soubéssemos alguma coisa. Porque se nós estivéssemos presente, nós estaríamos vigiando, cuidando, tinha pegado, mas nós nunca soubemos de nada, e ele chegou e contou para meu marido. Bom, aí ele muito revoltado, saber que um cara que estava no lugar de tio fazer uma coisa dessas... falou, me chamou e conversou comigo, pressionou ela, pressionou mesmo, ela não queria contar e para tirar a verdade dela, ele falou assim: - não adianta você esconder de mim porque seu tio me contou, e aí (...) ela falou para ele: - não, é verdade... desde os 09 anos que ele fazia isso comigo... - e você aceitava? - não (...), Um dia, parece que ele andou até batendo nela. Falou que se ela falasse, se contasse para alguém, que ele matava ela.

Dois aspectos distintos da narração feita pela mãe de Virgínia precisam ser considerados. O primeiro diz respeito à tentativa de estupro que supostamente seus filhos teriam sofrido quando crianças. Essa violência não foi narrada pela adolescente durante a entrevista; a segunda está relacionada às referências que a mãe faz ao seu padrasto, responsável, em seu entender, pelo fim do segredo: *quem descobriu o caso foi meu marido, porque ele conversando com meu padrasto (...). Só que meu padrasto não teve coragem de sustentar a verdade depois, ficou com medo. Para nós ele contou, para os outros ele não quis, mas foi através dele que nós ficamos sabendo (...) porque nós não estávamos em Rondônia...* Objetivamente, a mágoa da mãe vincula-se à negativa de seu padrasto em testemunhar contra o abusador de Virgínia, mas sua fala enfatiza a quebra do silêncio e que foi através dele que a família ficou sabendo.

Uma questão importante que constitui essa narração é a natureza aberta da unidade familiar, refletida no consentimento da mãe de Virgínia para que os filhos fossem para Rondônia morar com a avó, uma avó lembrada por ela como autoritária e violenta em sua maneira de criar os filhos. Essa característica, encontrada nas famílias brasileiras de baixa renda, constitui objeto de estudo da pesquisadora Cláudia Fonseca (1997), no texto *"Ser mulher, mãe e pobre"*, sobre a condição feminina no início do século e os processos relacionados a conflitos familiares. A autora analisa diversos casos que retratam a organização da família e o papel reservado à mulher. Constata a aparente facilidade das famílias em consentir na saída de casa de suas crianças para morar com parentes. De forma que, conclui, uma viagem para o interior para assistir ao casamento

de algum parente ou o almoço dominical na casa de uma tia podem virar estadas de anos, dependendo da conveniência do adulto e, às vezes, do desejo da criança.

Essa situação em que as crianças se tornam responsáveis de todo o grupo de parentesco desenvolveu-se a partir da necessidade de sobrevivência da própria família. A precariedade que historicamente caracterizou a família conjugal dos grupos pobres no Brasil levou à criação de estratégias para sua reprodução. À precariedade inerente às famílias de baixa renda somam-se outros fatores responsáveis pelas rupturas domésticas, como morte, divórcio, doenças, etc. No caso da família de Virgínia, além dos baixos rendimentos, o casamento da mãe ainda na adolescência, a morte precoce do marido, e ainda problemas de saúde representaram a separação entre mães e filhos e, conseqüentemente, a ocorrência do abuso sexual no período.

No caso de Ana, o rompimento do silêncio teve participação efetiva da Escola:

Eu tomei conhecimento três anos depois do acontecimento, através da escola que ela estuda até hoje, através da direção da escola. Ela estava com problemas e como é uma menina que nunca teve problemas na escola, pois eles conhecem ela desde a 5ª série....Mas os problemas na escola eram devido a pessoa, que foi o autor, ter reaparecido aqui em Goiânia e isso a deixou nervosa, porque ela me disse que ele lhe pediu para não contar nada. Então (...), como nessa época eu estava com problemas com o irmão dela, querendo tirar ele da rua (...), me envolvi muito com ele, (...), ela ficou sem querer me dar mais problemas. Então, o modo como eu fiquei sabendo (...): eu estava no serviço e a professora ligou para mim, queria que eu comparecesse na Escola, saber o que estava acontecendo com a Ana. Eu falei para ela que o motivo deveria ser o namoradinho que ela arrumou e eu proibi (...), proibi não, conversei com ela, porque eu achava que estava cedo para namorar, porque, quando ela falou para mim, ela estava assim com uns onze anos, e o menino também, eu disse que ela tinha que procurar fazer os cursos que ela queria fazer e não se envolver (...). Aí a pessoa lá da direção da escola falou para mim – não, que eu procurasse ver o que era, que tinham conversado com a Ana, procurado saber o que era, e ela, que antes era uma menina aberta, fazia parte de tudo que acontecia na escola, deixou de fazer parte.... deixou de conversar, ficava só nos cantos, não procurava conversar com ninguém, não procurava mais saber das dificuldades dela na secretaria (...). Então, ela deveria estar com alguma coisa assim muito grave, pois quando insistiam muito, ela começava a chorar e ficava muito nervosa (...). Quando cheguei em casa, estava em cima da hora de sair novamente para o serviço, por isso deixei para depois, deixei passar. Dois dias depois, veio outra reclamação junto com uma convocação para ir até a escola. Aí meu marido foi, sendo que lá o informaram que a Ana estava diferente, estava demais, estava respondona, estava grosseira. Não queria mais fazer trabalho de classe, de grupo, queria assim se trancar, queria ficar só. Daí meu marido trouxe ela para casa, ela chorando e ele disse: – não, Ana, hoje você vai contar o que aconteceu... Porque ela nunca foi uma menina de sair só, ela nunca foi uma menina de andar de turma de... ir em shopping, essas coisas.... ela sempre foi uma menina dentro de casa, uma dona de casa. Ele procurou saber, ela começou a chorar e pediu a ele para ter calma, que não fosse violento, porque meu marido teve uma criação daquele tempo que, se você ficou solteira

com um rapaz, ele tinha que casar ali, mesmo que fosse na marra. Por isso ela não contou para ele nem para mim, com medo dele fazer qualquer coisa com o rapaz e também devido o rapaz ter falado que, por ser primo, parente do padrasto, ele acreditaria mais nele do que nela.

As conseqüências do abuso sexual observado em Ana - desinteresse pelos estudos, pelas brincadeiras em grupo, o fechar-se em si mesma - são situações bastante comuns. Royer (1997:62), no artigo "As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo", além de identificar essas reações de Ana em pesquisas realizadas na França, Canadá e Estados Unidos, busca compreender as características do contexto familiar que tornam a criança mais vulnerável. Para ele, mais do que o ato sexual imposto à criança ou à adolescente é a violência da situação de dominação que provoca as desordens que se constata nos comportamentos.

Royer (1997:63) enfatiza que a criança vítima de abuso sexual é geralmente carente afetivamente, é uma possessão de seus pais e não um sujeito que tem suas próprias necessidades e desejos. Essa condição torna-a mais vulnerável ante o desejo do adulto. No caso de Ana, sua vulnerabilidade é evidente. Ela estava com 11 anos de idade quando sofreu abuso sexual. Sua mãe, naquele período, embora casada, havia assumido o papel de chefe da família, com pouca disponibilidade de tempo para a filha, uma vez que o pouco tempo que tinha era gasto com o filho envolvido com drogas. Seus anseios não eram considerados, pois, quando manifestou interesse em namorar um menino de sua idade, a mãe proibiu-a. A distância entre a adolescente e sua mãe pode ser melhor avaliada diante do esforço que a escola teve que desprender no sentido de levar a mãe a perceber o estado de inquietude da filha, provocado pelo abuso sexual que havia acontecido há três anos. Também, nesse caso, o comportamento da mãe, anterior à revelação, não pareceu estar voltado para o rompimento do "pacto do silêncio", pois a escola, provocada pelo comportamento difícil de Ana, praticamente obrigou-a a ouvir sua história.

Em síntese, a visão discriminatória do sexo que, muitas vezes, as mães carregam, herança da educação de seus próprios pais, impede as manifestações sexuais das crianças e adolescentes e deixa-os sem orientação, principalmente em se tratando de meninas. Ao mesmo tempo, essa educação torna as crianças e adolescentes indefesos frente à ação violenta de adultos que os submetem aos seus desejos e ainda os mantêm em silêncio.

CAPÍTULO II

CRIANÇA E ADOLESCENTE: SUJEITO OU OBJETO DE SOCIALIZAÇÃO?

Não gosto de falar em infância. É um tempo de coisas boas, mas sempre com pessoas grandes incomodando a gente, intervindo, estragando os prazeres. Recordando o tempo de criança, vejo por lá um excesso de adultos, todos eles, mesmos os mais queridos, ao modo de soldados e policiais do invasor, em pátria ocupada. Fui rancoroso e revolucionário permanentemente, então.

Guimarães Rosa

Os autores que se debruçaram diante do estudo da infância e adolescência, tais como Rizzini & Pelotti (1993); Martinez (1997); Lasch (1991), embora não tenham centrado seus argumentos na inexistência do sentimento de infância no período medieval, como o fez Ariès (1981:156), apresentam resultados de pesquisas que corroboram o conceito de infância enquanto uma construção social relativamente recente na história do mundo ocidental. Ainda, constituem referência fundamental as contribuições de Ariès, apresentadas em seu livro *História Social da Criança e da Família* (1981), considerado um clássico da literatura especializada na temática infância e família. A compreensão da importância e ao mesmo tempo dos limites desse autor indica que a consulta à sua obra não basta como fonte de conhecimento histórico acerca da infância. É preciso buscar autores que vão além dos aspectos abordados, como Poster, Horkheimer, Adorno, Canevacci, Costa, que trabalham com a perspectiva de construir uma teoria crítica da família e incluem a criança enquanto categoria subjacente.

Ariès (1981:157) considera que a importância da criança pequena na sociedade medieval era reduzida. Sua fragilidade, sua incapacidade para se misturar à vida dos adultos e as dificuldades de sua sobrevivência contribuíam para que ela ocupasse um papel secundário na família e na sociedade. O tempo da infância estava relacionado ao período em que ela dependia fisicamente dos adultos. Assim, de criança pequena, ela saltava para a condição de jovem, sem passar pelas etapas da adolescência. Desse período em diante, sua socialização, incluindo a transmissão dos valores e dos conhecimentos em geral, eram garantidos pela aprendizagem na

convivência com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las e, como se afastava logo de seus pais, sua aprendizagem era assegurada e controlada por adultos de outras famílias.

A aprendizagem efetivada através do envio da criança para a casa de outras famílias também é discutida por Poster (1979:205). Segundo ele, os filhos dos camponeses com idade entre sete e dez anos eram encaminhados para a casa de outro camponês, para um período de aprendizagem. Enquanto circulava, a criança aprendia a depender da comunidade e não somente dos pais. Essa e outras condições de socialização permitiam à criança camponesa o desenvolvimento de uma estrutura psíquica voltada para a vergonha, não para culpa. A aprovação ou reprovação de suas ações ocorria publicamente, com a participação de toda a comunidade. Ainda em relação ao processo de socialização, ao contrário da criança burguesa, as crianças camponesas encontravam-se, desde os primeiros anos de vida, em contato com numerosas fontes de identificação, uma vez que sua participação na comunidade não era cerceada, não havia separação entre sua família (pais, irmãos) e a aldeia em sentido amplo. Não havia contradição entre autoridade e amor. O princípio adotado era o padrão aristocrático de submissão à hierarquia e à tradição comunal. A criança não era educada para protelar suas necessidades, para a autodisciplina, para enfrentar o mundo individualmente e tomar decisões com autonomia. Os camponeses percebiam a vida dentro de um padrão estático, dirigido por inúmeras tradições que não eram postas em dúvida pelos indivíduos. Daí não ser necessário educar a criança nessa perspectiva de lutas e recompensas que caracteriza a sociedade burguesa. Enfim, a socialização não visava à competição.

Para Poster (1979:207), os camponeses não faziam restrições quanto à sexualidade das crianças e faziam poucos esforços no sentido de refrear as formas infantis de satisfação corporal. Além disso, a inexistência do sentido de privacidade permitia às crianças, desde muito cedo, observar os atos sexuais dos adultos. Eram também comuns as práticas sensuais de jovens que tinham crianças ao seu cargo.

Embora seja difícil precisar os conceitos e concepções dominantes sobre a sexualidade infantil do período medieval, os estudos em geral trazem evidências que retratam a liberdade com que os adultos, no passado, tratavam das questões sexuais envolvendo as crianças. Portanto, as transformações nesse aspecto foram profundas. A postura dos aristocratas também era de naturalidade na descrição do envolvimento das

crianças em brincadeiras e jogos sexuais, contrastando com o aspecto clandestino adotado no período moderno em relação às mesmas práticas, consideradas na sociedade moderna como um fenômeno não natural.

A ausência de intimidade entre pais e filhos, a não individualização do afeto dado, o caráter comunitário da vida na sociedade medieval, a ausência de mecanismos de disciplina e controle voltados para a internalização da culpa são elementos que contribuíram para que a vida emocional da criança desse período fosse condicionada somente pelas tradições e costumes e não tivesse sua sexualidade reprimida. De acordo com Ariès (1981:132), somente por volta do século XV tem início um movimento de moralistas que percebe a infância como alvo fundamental. Suas preocupações estavam voltadas para os costumes, sobretudo para as práticas sexuais. Um dos principais líderes desse movimento foi Gerson, que dedicou o tratado *De confessione mollicei* ao estudo do comportamento sexual infantil, para ajudar os confessores a despertar nas crianças o sentimento de culpa. Para ele, a criança não era originariamente consciente de sua culpa; daí suas recomendações: falar às crianças sobriamente, utilizando apenas palavras castas; evitar que elas se beijassem ou se tocassem com as mãos nuas e até se olhassem durante as brincadeiras. Uma preocupação totalmente nova consistiu no conselho para evitar que crianças grandes e pequenas dormissem na mesma cama ou com adultos, inclusive os do mesmo sexo. Pouco a pouco, esses conselhos foram transformados em proibições e passaram a fazer parte dos regulamentos escolares. Esse foi o ponto de partida para a ampliação dos estudos sobre o comportamento das crianças, que, de acordo com Ariès (1981:135), ao final do século XVI, teria promovido uma nítida mudança, chegando a existir educadores que, de posse de uma autoridade que antes não possuíam, impuseram definitivamente suas concepções e seus escrúpulos, passando a não aceitar mais que se dessem às crianças livros "duvidosos". Nasceu assim a idéia de fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. Para o autor, essa foi uma etapa fundamental. É dessa época que se pode datar o respeito à infância.

Observa-se que a lenta construção do conceito de responsabilidade moral dos professores cresce associada à idéia de dependência e fragilidade das crianças. Daí a necessidade de treiná-las moral e academicamente. Essa ambivalência no modo de educar as crianças caracterizava-se pelo amor que pais e mestres lhes dedicavam, ao mesmo tempo em que possuíam a tarefa de moldá-las para uma vida social digna.

Santos (1996:42), em seu estudo sobre *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência*, revê teses de inúmeros autores e termina por corroborar a compreensão da construção histórica dessas categorias. Para ele, a partir do século XVII, os pais da Inglaterra e Estados Unidos estavam realmente interessados em seus filhos, mas esse interesse estava voltado para o controle e não para a autonomia. Nesse período, os conflitos de autoridade nas relações domésticas eram quase sempre de ordem religiosa. A disciplina estrita e o controle da sexualidade eram os métodos principais indicados para dominar a vontade dos filhos e prepará-los para o "mundo".

Ainda conforme Santos (1996:151), embora seja atribuída a Rousseau a origem dos conceitos modernos de infância e adolescência, na realidade tais conceitos devem ser atribuídos aos próprios pais que, antes de os moralistas e reformadores sociais forjarem uma consciência particular da infância, já demonstravam interesse e preocupação com seus filhos. É claro que os filósofos e cientistas refletiram experiências e idéias existentes em seu tempo, elaborando, sistematizando e recriando novos pensamentos e novas idéias.

Os estudos de Poster (1979:210) trazem contribuições essenciais para a compreensão das condições em que ocorreram as socializações das crianças e jovens das classes trabalhadoras desse período de transição entre o antigo regime e a época liberal. Para ele, o padrão emocional da família trabalhadora era completamente diferente do padrão burguês. Os filhos eram criados de maneira informal, mais antiga, sem a constante atenção e fiscalização da mãe que, embora os amamentasse ao peito, o fazia de forma forçada, pois eram subalimentadas, cansadas e preocupadas. O treinamento de hábitos higiênicos era sem dúvida alguma negligente. Enfim, as crianças eram criadas, na maioria das vezes, pela rua, não pela família. Deixadas sozinhas em grande parte do tempo ou, no máximo aos cuidados de vizinhos ou parentes pouco disponíveis, as crianças aprendiam logo o que era a vida no capitalismo. Defrontavam-se muito menos com a autoridade onipresente dos pais, que estavam preocupados apenas em modelar sua natureza moral, do que com uma sociedade que as maltratava, sem nada para lhes oferecer. Nessas condições, não era possível o desenvolvimento de superegos fortes, de personalidades anais compulsivas e corpos reprimidos. Também, não se podia esperar encontrar entre elas um superego voltado para a vergonha, como no caso dos camponeses. Tal vínculo já estava rompido. Ao mesmo tempo, os jovens proletários

tinham pouco acesso aos múltiplos agentes de socialização próprios do mundo burguês, um mundo que se lhes apresentava de forma violenta e cruel.

Continuando com Poster (1979:211), ele afirma que, comparadas às crianças burguesas, as crianças proletárias tinham acesso a uma rede muito mais ampla de adultos. O padrão de amor e autoridade adotado pela classe trabalhadora era semelhante ao da comunidade de camponeses. A privatização da família ainda era um fenômeno somente da burguesia. Mas as comunidades das classes trabalhadoras não eram análogas às aldeias rurais que se auto-sustentavam. Por isso, certamente, formas de autoridade emanaram do capitalismo industrial e devem ter incidido sobre as crianças e adolescentes. Acrescente-se ainda o fato de que, provavelmente, a autoridade patriarcal dos camponeses não tenha sido reproduzida entre os trabalhadores industriais em sua totalidade, pois os homens trabalhadores exerciam um menor controle de suas vidas do que os camponeses. Assim, as crianças e adolescentes proletários encontravam-se numa situação ambígua, com as formas tradicionais de autoridade enfraquecidas pela industrialização e sem se identificarem com as formas modernas. Em decorrência disso, o processo de socialização dessas crianças e adolescentes não era realizado no interior da família, mas na fábrica, e voltado para a disciplina do trabalho. Na impossibilidade de identificação dos jovens trabalhadores com os capitalistas reside, para o autor, uma provável explicação para a rebeldia dos proletários na primeira metade do século XIX. Na verdade, há nessa hipótese um hiato entre autoridade na família da classe trabalhadora e autoridade na fábrica.

Vários outros fatores, entretanto, podem ser utilizados para explicar a luta dos trabalhadores no período inicial da industrialização: o número excessivo de horas na fábrica, o trabalho abusivo das mulheres e das crianças, as difíceis condições sociais provocadas pelos baixos salários, pelas moradias insalubres, etc. As condições a que os capitalistas submetiam as crianças das classes trabalhadoras desenhavam, inclusive, nítido contraste com as concepções e o conceito de infância descoberto e adotado pela burguesia. O recente respeito às particularidades da criança, a perspectiva de utilização da psicologia nos métodos de educação escolar e familiar não tinham nada em comum com crianças trabalhando 14 e às vezes até 17 horas diariamente. Para essa modalidade de "educação", não era necessário nenhum conhecimento de psicologia. Da mesma maneira que no período medieval, a criança era percebida como miniatura do adulto. No

capitalismo industrial, também sua situação se diferenciava apenas por ser "menor": seu trabalho deveria ser o mesmo, bem como seu comportamento e as punições quando necessárias.

Assim, no período inicial da industrialização, as crianças e adolescentes da classe trabalhadora encontravam-se destituídas de um referencial efetivo de socialização. Tendo perdido o elo que as ligavam à aldeia rural com suas tradições, ritos, crenças, personagens e autoridades, e com os quais se identificavam, dirigiram-se às cidades de lojas, teatros, escolas, etc., que lhes fecharam as portas, restando-lhes as fábricas, onde poderiam e deveriam trabalhar até o esgotamento total de suas forças. Nessa situação, não é difícil perceber que a família da classe trabalhadora européia desse período estava muito distante do utópico ninho burguês idealizado como modelo de estrutura familiar.

Quanto à socialização da criança burguesa, já foram abordados os fatores que influenciaram o estabelecimento de novos hábitos e valores. Gradativamente, a classe trabalhadora da Europa e dos Estados Unidos assume formas de educação dos filhos muito parecidas com o modelo desenvolvido pela burguesia. Pode-se dizer que, mesmo durante o período em que os trabalhadores buscavam resistir aos princípios e práticas contrários à cultura da aldeia rural, isso não significava isenção absoluta dos proletários em relação ao estilo de vida burguês, especialmente no trato com as crianças. As novas formas de sociabilidade e socialização encontravam-se em processo de gestação e, quando as condições objetivas e subjetivas amadureceram, deu-se a ruptura com a antiga sociabilidade.

No que se refere à escola, reformadores sociais e educadores desse período voltaram sua atenção a ela. Essa atitude aponta para a importância da escola na formação dos indivíduos com a emergência da sociedade capitalista. Assim, a história da educação traz contribuições para compreender a construção da infância e adolescência enquanto categorias sociais e fornece os elementos que, ao longo da história, vieram sendo construídos para dar conta de sua socialização.

Para Ariès (1981:164), o colégio, na Idade Média, inicialmente era destinado a um pequeno número de clérigos de diferentes idades. Algum tempo depois, todo o ensino das artes passou a ser ministrado nos colégios dos jesuítas, dos doutrinários e dos oratorianos, que foram as instituições que forneceram as matrizes das grandes escolas do século XV ao XVII. A transformação dos colégios em instrumento de educação da infância

e juventude ocorreu lentamente. Essa nova instituição trouxe uma mudança profunda no sistema disciplinar, que o estudante não conheceu antes do século XV. Ao contrário, sua educação era desenvolvida através de um sistema de camaradagem. Com o fim da Idade Média e com o desenrolar de outros fatores, esses hábitos de solidariedade foram gradativamente substituídos pelo moderno colégio, análogo ao dos tempos atuais. Para moralistas e educadores, sua missão era formar os espíritos, inculcar virtudes. Aos educadores era atribuída a responsabilidade de salvação da alma dos alunos. A compreensão dos indivíduos não adultos enquanto seres vulneráveis aos vícios e aos maus hábitos dos adultos e às suas próprias tentações ao pecado levaram a uma preocupação central, qual seja a da não permissão para que as crianças e adolescentes permanecessem entregues a uma liberdade sem limites hierárquicos. Portanto, o propósito de educá-los exigia uma rígida disciplina.

Esse sentimento de particularidade da infância é ao mesmo tempo o embrião e o resultado dessa nova escola que, a partir do século XVIII, passa a ser dominante nas sociedades européias. A supressão dos castigos físicos, do uso do chicote e sua substituição por outras modalidades de punições, o conhecimento da psicologia e a preocupação com um método que se adaptasse a essa ciência, a separação por idades no interior das salas de aula, expressam, enfim, uma nova educação. Essa evolução, entretanto, não é linear nem generalizada. Por muito tempo, sobrevivem velhos conceitos, inclusive em relação às mulheres, que permanecem excluídas da escola.

Mas, tanto a escola quanto a família participaram do processo de construção de uma nova sociabilidade. Os esforços dos moralistas para alterar as concepções e práticas tinham por objetivo atingir educadores e pais simultaneamente. A escola ofereceu menor resistência às mudanças. No entanto, sua influência foi relativamente pequena, pois, inicialmente, ela impôs restrições de classe e sexo, constituindo-se, dessa forma, num monopólio masculino das classes ricas, enquanto a família, especialmente as dos camponeses numericamente significativos, resistiu durante muito tempo à estrutura moderna nuclear com suas novas concepções e práticas.

No Brasil, entre o século XVI e o século XX, diferentes formas de intervenções sociais, provenientes, portanto, de diversas correntes de pensamento, buscaram soluções para as questões relacionadas à criança e ao adolescente, especialmente aquelas vinculadas a situações de violência e/ou abandono social: a

caritativa, a filantrópica, a alternativa e a dos direitos de cidadania. Essas mudanças indicam que, na sociedade brasileira, ocorreu a passagem da concepção assistencialista para a ênfase no aspecto político. É exatamente essa transformação na maneira de perceber a criança e o adolescente, bem como os processos que envolvem sua socialização, que permitem o rompimento do silêncio em relação às infinitas formas de violência com a criança e o adolescente, inclusive o abuso sexual.

2.1. Os modelos de educação de crianças e adolescentes no Brasil

No Brasil, foram os Jesuítas quem trouxeram os primeiros modelos de educação escolar, que tinham por princípio um profundo sentimento de religiosidade e autoritarismo. Ocorre que, depois de serem expulsos, em 1759, o sistema educacional passou por inúmeras dificuldades, dentre elas a introdução de leigos no ensino, o fim da uniformidade da ação pedagógica, a introdução das disciplinas isoladas. Essa situação enfraqueceu o sistema educacional e, ao mesmo tempo, pressionou o Estado a assumir os encargos com a educação ao invés de subsidiá-la apenas, como fazia antes. Conforme Romanelli (1986:40), foi delegado pelo Império às Províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e a secundária. Contudo, a falta de recursos impossibilitou às Províncias organizarem uma rede escolar. A consequência foi que o ensino secundário acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono de pouquíssimas escolas, contando para sua continuidade com o trabalho de alguns 'mestres-escola', que se dedicaram ao ensino porque se encontravam destituídos de outra habilidade.

A autora enfatiza a fragmentação do ensino primário desse período, fato provocado, entre outros motivos, pela direção de pessoas sem o necessário preparo intelectual, o que reforçava sobremaneira a tendência autoritária e violenta do ensino herdado da educação dos Jesuítas. Esse, além de rebaixado de nível, orientou-se para os mesmos objetivos religiosos e literários de antes e realizou-se pelos mesmos métodos: apelo à autoridade e à disciplina estreita, concretizado nas varas de marmelo e nas palmatórias.

Essa era a realidade educacional no Brasil do século XVIII, quando a psicologia ainda não estava presente na mediação dos métodos pedagógicos, a criança não era considerada em suas especificidades e o modelo de família nuclear moderna não havia sido construído.

Estudiosos da temática da infância no Brasil, como Rizzini (1993), Martinez (1997), Rago (1985), Costa (1989), apontam para o século XX como o período das preocupações voltadas para as necessidades da criança. De uma situação secundária, relegada à casualidade do destino, pouco a pouco a sociedade representada pelo Estado e pela família promoveu sua separação do mundo adulto e organizou serviços especiais dedicados à sua educação, alimentação, saúde, vestuário, brinquedos, etc.

As preocupações com a infância, nesse período, embora importantes se comparadas com a indiferença anterior, não significam, no entanto, o rompimento da sociedade com as práticas cruéis de discriminação, de violência física, de abusos de diferentes naturezas. Tratamentos cruéis que retiravam a criança da condição de sujeitos continuaram comuns e se confirmam nos altos índices de violência contra a criança e o adolescente que aconteciam tanto no interior da família quanto fora dela. A ênfase em sua educação não pressupunha, necessariamente, renunciar a essa modalidade de tratamento e, principalmente, não era dirigida de forma homogênea a todas as crianças. Historicamente, o Estado e a sociedade no Brasil souberam muito bem separar seus discursos e suas preocupações com as crianças de acordo com as suas respectivas classes sociais.

É a partir do século XIX que começa a se desenvolver o interesse das autoridades brasileiras por políticas públicas voltadas para a população em geral e para a criança e o adolescente em particular. Por volta de 1850, conforme Martinez (1997:155), crescem a institucionalização e a estruturação dos serviços públicos na Corte imperial - assistência médica, iluminação, transporte, limpeza urbana - que suscitaram o interesse na implantação de um sistema de educação pública. Assim, garantida pela Constituição como um direito dos cidadãos desde 1824, a efetivação da instrução primária constituiu uma das primeiras iniciativas do Estado dirigidas à infância e à juventude.

Ainda de acordo com Martinez (1997:156), o acesso às escolas criadas pelo Ministério do Império era franqueado à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas. Os escravos eram expressamente proibidos de freqüentarem as

escolas públicas. Limitações de outra ordem são citadas pela autora dando conta da natureza restritiva dos regulamentos do sistema de ensino que determinava a faixa etária para as escolas primárias: essas deveriam atender crianças entre 5 e 14 anos, enquanto o ensino secundário, entre 14 e 21 anos. Outro fator contribuiu para indicar o caráter de exclusão da escola pública do Império: o fato de a obrigatoriedade do ensino ser apenas para o ensino primário, o que significava que o ensino secundário permanecia restrito a uma pequena parcela da população livre. A separação entre as escolas de meninos e meninas funcionando em locais distintos também terminou por expressar esse caráter, pois o currículo das aulas dos meninos incluía o ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias. Às meninas, somente o ensino da doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar, somado às aulas de agulha, bordados e costura. Essa educação voltada para a vida doméstica visava às meninas ricas; as pobres sequer são mencionadas no regulamento de 1854. Quanto à implantação do ensino secundário para mulheres, suas ações só serão intensificadas com a criação da carreira do magistério feminino a partir de 1870.

Dessa época em diante, a infância e a adolescência vão se constituindo em objeto privilegiado da convergência das práticas dos educadores e da medicina higienista, de filantropos, reformadores sociais, dentre outros. Enquanto a medicina higienista voltava suas atenções para as crianças das classes abastadas, procurando, nas primeiras décadas do século XX, explicar suas fases, entender suas necessidades e ditar como elas deveriam ser tratadas e educadas, os filantropos e reformadores sociais desse mesmo período criavam as primeiras instituições de assistência, proteção e profissionalização da infância e juventude desamparada, marginalizada.

Rago (1985:119), ao abordar a construção da categoria infância no Brasil, adota a expressão preservação da infância. Porém, trata também da condição do adolescente, ao discutir as questões relacionadas aos institutos de profissionalização criados para controlar e tutelar os adolescentes filhos da classe trabalhadora. Para tanto, foram criadas, de forma simultânea, instituições para cuidar de crianças e adolescentes ricas e pobres no Brasil. Por volta de 1890, foram criados o Departamento de Pediatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada e os primeiros institutos profissionalizantes. As instituições de proteção visavam a oferecer abrigo a todas as crianças pobres, doentes,

desamparadas e moralmente abandonadas da capital, enquanto os institutos profissionalizantes eram destinados a formar hábitos de trabalho e “educar” profissionalmente crianças e adolescentes que se encontrassem nas ruas, correndo riscos de transformarem-se em delinqüentes.

Ainda de acordo com Rago (1985:120), o interesse pela educação dos indivíduos antes que alcançassem idades adultas reflete a intenção de disciplinar para o trabalho na fábrica desde cedo, buscando a internalização da ética puritana do trabalho, que não ameaçava a ordem social. Na verdade, o empenho maior dos governos e educadores, desde o final do século XIX, no Brasil, dirigia-se ao chamado “menor abandonado”. Em que pesem as preocupações voltadas para o desenvolvimento do país, e conseqüentemente para a necessidade de estender a escolarização a contingentes mais amplos da sociedade, aos setores dominantes interessava principalmente solucionar os problemas da infância e adolescência em condição de abandono. As altas taxas de mortalidade, a situação de descontrole das crianças e adolescentes que cresciam soltas pelas ruas, o aumento progressivo da prática de desobediência às leis, tudo isso contribuía para alertar os governantes e seus aliados para essa deprimente situação.

Nessa perspectiva, foram criadas as instituições de proteção e assistência à infância e adolescência. O discurso humanitário sobre a importância de oferecer abrigo às crianças, livrando-as das ruas onde viviam soltas, vulneráveis às doenças, aos vícios e aos crimes, somava-se ao discurso político sobre a necessidade de moldar os espíritos descontentes, desestruturados e rebeldes para melhor servirem à pátria no futuro. Percebe-se, dessa forma, que, no Brasil, as concepções dos educadores, médicos e higienistas do final do século XIX e início do XX são análogas às idéias defendidas pelos integrantes do movimento dos moralistas e educadores franceses que se desenvolveram a partir do século XVIII:

Na representação imaginária que os dominantes se fazem da infância, esta é percebida como superfície chata e plana, facilmente ‘moldável’, mas ao mesmo tempo como ser dotado de características, vícios latentes, que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação. Enclausurar a criança pobre nos espaços disciplinares dos institutos profissionais ou das escolas públicas apareceu como a maneira mais eficaz de adestrar e controlar um contingente potencialmente rebelde e selvagem da população, aos olhos do médicos, filantropos e da classe dominante como um todo (...). Além do internamento das crianças pobres nos internatos, o poder médico defendia o aprendizado de uma atividade profissionalizante, muito mais

em função do aspecto moral – manter a criança ocupada, 'incutir hábitos de trabalho', reprimir a vadiagem – do que com a intenção econômica de prover braços para o mercado de trabalho em constituição. Alvo que por sua vez também era visado. (Rago, 1985:122).

A explicação para a semelhança entre as idéias defendidas no Brasil e na Europa relaciona-se provavelmente à construção da família e do Estado burguês. Em outras palavras, ao próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim como as demais sociedades capitalistas, o Brasil se viu diante da necessidade de moldar o caráter de crianças e adolescentes pobres através de uma rígida disciplina voltada para o trabalho percebido como a receita para dar conta da sua difícil natureza. Às crianças ricas receitavam-se leituras selecionadas e ginástica, além de uma disciplina severa nos estudos, implantada pelos colégios internos.

A histórica exclusão das crianças e adolescentes filhos da classe trabalhadora do mundo da escola e sua inserção precoce no mundo do trabalho ou nas instituições assistenciais que priorizam a formação pelo trabalho podem ser confirmadas pelos altos índices de analfabetismo ou semi-analfabetismo dos jovens das classes populares e pelo despreparo profissional dos adolescentes deixados sob a guarda de instituições de proteção à infância. Quando atingiam a maioridade, não possuíam as condições necessárias para exercer sua cidadania.

2.2. As concepções das adolescentes entrevistadas sobre suas experiências

2.2.1. Estudo e trabalho

Tenho vontade de fazer faculdade de enfermagem e depois trabalhar. (Rosa).

Ao longo de sua história, os indivíduos da classe trabalhadora enfrentaram dificuldades para se adaptar ao modelo de sociedade e de família idealizado pela burguesia. A vida familiar se constrói através de práticas cotidianas que levam em conta aspectos da realidade objetiva: inserção no mundo do trabalho, capacidade de consumo e exercício de cidadania por parte de seus membros. Esses elementos, dentre outros, são permanentemente perseguidos pelas famílias de trabalhadores. Como lembra Bilac

(1995:50), a família se constitui como valor de dupla forma: porque é valorizada e porque este valor lhe pertence.

Das adolescentes entrevistadas para efeito deste estudo, somente 05 mães participaram também das entrevistas e, destas, 03 são provenientes de famílias chefiadas por mulheres. Essas, embora se diferenciem do modelo tradicional - mãe em casa, pai no trabalho, criança e adolescente na escola -, parecem não representar um modelo alternativo de relações familiares. No entanto, a situação concreta que impede a realização desse ideal não o deslegitima, ao contrário, há uma constante rearticulação de valores, normas e papéis que obedecem a novas hierarquias e prioridades reproduzidas pelas famílias, embora essas não renunciem aos valores que predominam na sociedade de forma ampla.

Dessa forma, pode se perceber tanto nos relatos das adolescentes quanto nos de suas mães o valor da escolarização que, por sua vez, vincula-se aos desejos de “melhorar de vida”:

... Eu no futuro pretendo ser uma jornalista. (Virgínia)

Estou estudando porque eu quero ser médica cirurgiã. (Patrícia)

Quero ser enfermeira, não quero trabalhar como empregada doméstica porque fui muito humilhada. (Juliana).

A escolarização formal significa também capacitação profissional e, dadas as condições de exclusão vigentes para grande parte da população na sociedade brasileira, também para essas adolescentes o acesso à educação é um projeto de vida, cujas representações são elaboradas a partir de suas experiências individuais, as de suas famílias no passado e as expectativas que guardam para o futuro. Juliana, por exemplo, quando fala de seu passado de humilhação, lembra que começou a trabalhar com apenas 7 anos de idade, que em sua casa as pessoas se iniciavam cedo no trabalho, assim que davam conta de pegar a enxada.

2.2.2. Sexualidade, disciplina e religião

Bateu muito, gritava muito, batia com tudo que via na frente. Eu achava que era injusta a maneira da correção (...) e, eu tenho um pouco de revolta. (Rosa).

Minha mãe tinha vergonha de falar sobre sexualidade. (Juliana).

Os sonhos dessas adolescentes enfrentam uma infinidade de obstáculos, alguns deles podendo ser identificados na sua trajetória de vida. No restrito universo das adolescentes, é possível perceber o seu grau de mobilidade geográfica (quando vieram sozinhas) ou de suas famílias: elas vieram dos estados de Rondônia, do Maranhão, do Pará, ou mesmo do interior de Goiás para a capital. Às vezes, essa mobilidade deve sua existência a situações de abandono ou relacionadas ao abuso sexual. De acordo com a fala de uma das meninas, a vinda para Goiânia ocorreu em decorrência da seguinte condição:

Eu vim para trabalhar e mais por causa disso... Não dava mais para ficar lá, não agüentava mais. Às vezes, eu tinha que ir para a cidade... Ele morava lá, às vezes eu dava de cara com ele... ainda não dava. (Juliana).

Talvez as dificuldades de Juliana estejam relacionadas ao rompimento implícito do pacto do silêncio de sua família, que não lhe ofereceu a oportunidade de falar sobre o assunto. Ela sabe que a expulsão do tio de casa foi uma decorrência do abuso sexual cometido contra ela, porém nunca seus pais conversaram com ela a respeito do assunto. O fim do segredo, nesse caso, não suscitou, como de costume, discussões sobre educação, disciplina etc. , e acabou por levar a adolescente a sair de casa precocemente.

Patrícia foi abandonada pela família quando criança. Nesse caso, tanto a migração quanto o abuso sexual refletem parte da desorganização familiar.

Somente duas meninas estão fora da casa de seus pais: Patrícia, como já foi dito, porque foi abandonada pela família ainda na infância, por motivos não relacionados diretamente ao abuso sexual; e a outra, Juliana, por motivos relacionados ao abuso. Reside em Goiânia com o marido. Portanto, elas permanecem, na maioria das vezes, residindo com suas famílias de origem após o fim do segredo. Dentre as que moram com a família, somente duas não contam com a presença de pai ou padrasto em suas casas. As demais (quatro) residem com a mãe, irmãos e pai ou padrasto.

A abordagem da categoria disciplina familiar busca identificar as correções aplicadas pelos pais e o processo de aceitação ou rejeição dessas correções pelas adolescentes. Algumas falam do direito de os pais baterem nos filhos:

.... Bater, bateu, mais eu acho que todos os pais têm esse direito... mas só que minha mãe de vez em quando ela grita muito com a gente. (Fátima).

... A educação foi normal, fizeram o que precisava. (Juliana).

.... Ganhei uma surra, mas por um motivo muito justo. E eles não costumam gritar com a gente não, eles costumam conversar quando eu estou errada. (Virgínia).

A correção é um procedimento disciplinar complexo, pois envolve controle, vigilância, regulamentos e, principalmente, poder, cujo exercício não é possível sem dominação e, conseqüentemente, sem resistência, sem confronto.

Para Faleiros (1995:478), o poder e a construção da obediência não são processos pacíficos. Nesse sentido, a violência é o aumento de poder ultrapassando o limite civilizatório de quem o detém, ou seja, de quem sanciona, pune, corrige, vigia, controla. Se a ultrapassagem do limite de quem obedece é desvio, a ultrapassagem do limite de quem pune é a violência. Para ele, a violência é instrumental e se estabelece com a finalidade de conservar o poder desestruturado ou para revertê-lo.

A naturalização da autoridade do adulto sobre a criança também é importante fator de construção da submissão, pois percebê-la como natural e não social desenvolve a idéia de propriedade. Daí o direito de os pais agirem como querem para transformar seus filhos naquilo que idealizaram como o "melhor possível". Dessa forma, para as adolescentes, é difícil admitir as práticas dos pais enquanto transgressão, pois foram acostumadas, desde cedo, a discussões que dão conta do poder dos pais sobre os filhos, do caráter sagrado da família, de seu papel protetor. Internalizam essas concepções e, assim, quando se deparam com situações totalmente contrárias a esses papéis, continuam reafirmando-os em seus discursos. Patrícia, a menina abandonada na infância pelos pais depois de sofrer abuso sexual por parte do irmão adulto, não ataca a educação recebida de sua família biológica: *era normal, não apanhava, era todo carinho lá... não gostava de apanhar, normal mesmo*. Suas críticas são guardadas para as famílias substitutas com as quais teve o desprazer de conviver.

Somente 03 adolescentes percebem a educação que tiveram como autoritária e violenta:

... Bateu muito, gritava muito, batia com tudo que via na frente (...). Eu achava que era injusta a maneira da correção. Castigo não (...) Apesar de não gostar muito, mas é preferível que apanhar, apanhar é muito ruim (...) e eu tenho um pouco de revolta. (Rosa).

Toda vez que ela batia, batia muito. (Alice).

...Ah! meu pai passa do ponto! (...) Negócio de corrigir ele é severo, bate, fala muitas coisas que eu acho que a gente não deveria ouvir (...), chama a atenção na frente dos outros, e, algumas coisas que a gente vê, por exemplo, meu pai fazendo... Aí, ele quer corrigir a gente, sendo que ele não tem moral para corrigir. Até alguns pontos dá para segurar a educação dele, mas outros não. Minha mãe não, agora meu pai é... ele é mais severo, mais ruim. (Marina).

Marina se distingue da maioria das adolescentes, pois discorda das correções do pai e identifica contradições entre o que ele exige dos filhos e o que faz. Quando, em sua adolescência, rompeu com o segredo do abuso sexual que tanto ela quanto suas irmãs sofreram por parte do tio paterno na infância, somente sua mãe tomou conhecimento dos fatos.

Para Patrícia, as lembranças da infância na família são confusas. Ao mesmo tempo em que ela se recorda de um tempo bom, quando tudo era 'normal' e ela não apanhava dos pais, diante do pedido para que falasse da educação que recebeu em casa, responde: *não lembro nada, só lembro da educação da minha irmã que me deu cigarro, bebida também...* Depois, referindo-se ao abrigo, volta a falar de sua educação infantil: *é aquela educação assim que não foi boa não, porque eu não fiquei com eles, quem me deu educação foi abrigos... Aprendi isso tudo em abrigo: mexer com droga, beber, fumar, tudo em abrigo.* Na verdade, a família e o abrigo se confundem enquanto personagens que a introduziram no mundo dos vícios que hoje ela tenta deixar. As contradições de sua narrativa expressam a confusão que tem sido sua vida depois que ela saiu de casa ou depois que sua mãe abandonou a família. Quando fala dos sentimentos familiares que guarda, o faz com muita mágoa e ambigüidade, pois, em sua casa, com exceção do abuso sexual cometido pelo irmão adulto, não recebeu nenhum outro tipo de violência. Entretanto, depois de abandonada, sofreu as inúmeras violências que tiveram início na forma como aconteceu sua doação a terceiros empreendida pela irmã mais velha (adulta):

....Foi na festa (...) do Divino, que eu adoro esse santo. Fui eu, meu cunhado, minha irmã (...). Aí a gente parou para almoçar na casa de uma mulher e a mulher falou que me achou muito bonita e pediu minha irmã... falou assim: - me dá sua irmã... E ela foi e deu. Fui dada para os outros. Fiquei dois anos com a mulher (...) e ela me batia demais....

Patrícia explica que, antes de tudo isso acontecer, sua mãe já havia abandonado filhos e marido:

Minha mãe abandonou a gente e foi morar com a mãe dela, porque ela foi abandonada pela mãe, e depois a mãe foi buscá-la e então ela deixou os filhos. Meu pai ficou cuidando de todo mundo. E aí meu pai me deixou com minha irmã, porque eu era pequena, não dava para ficar lá só com homem, morando com homem (...) não dava certo. Daí minha irmã me deu para essa mulher, e ela me batia demais. Por isso meu pai adotivo chegou lá e viu e me tomou dela e a gente fugiu para Goiânia e me deixou com a mãe dele. A mãe dele fez a mesma coisa: me deu para os outros (...) deu para uma família. Aí não combinamos, porque eu ficava muito com o marido da mulher, porque eu era muito infantil, gostava muito de livros e ele lia para mim e a mulher não gostou (...) Aí, ela me devolveu (...) para minha avó.

Patrícia parece justificar que a mãe tenha deixado os filhos para conviver com a própria mãe, já que não havia feito isso na infância. O pai adotivo a quem ela se refere como um possível protetor é o namorado da mulher que a espancava, aquela para quem sua irmã a doou na festa do Divino. Esse pai adotivo trouxe-a para Goiânia, fugindo da violência da primeira mãe adotiva e deixou-a com sua mãe, a quem a menina chama de avó, e que também resolveu doá-la para outra família, que também lhe aplicou surras, como se pode observar na continuidade de sua narração:

.... Minha avó foi lá na frente de novo, da igreja e me doou para outra mulher. Morei com ela um bom tempo. Ela me batia demais, ela bebia, era alcoólatra (...). Eu fazia muita arte, aí eu fugi dela simplesmente (...), não estava suportando mais apanhar. Eu estava com 09 anos de idade quando eu fugi dela por aí, sem rumo (...), perto do Rio Vermelho (...). Aí o policial me pegou no caminho, me devolveu para ela e ela, no outro dia, me levou para o Juizado, arrumou um psicólogo para mim. Eu tomei a fugir porque ela me batia... Aí ela me devolveu para o Juizado, e eu fui morar no Abrigo "Lar das Crianças Pai Joaquim". Eu fui com 10 anos morar lá... Morei de 10 anos até ... Foi só um ano. Fui para outro lugar ... Condomínio Sol Nascente com 11 anos e fiquei lá três anos e saí para a rua. Meu destino era a rua.

As piores lembranças de Patrícia estão relacionadas às “famílias substitutas”¹⁴. Com exceção da mulher cujo problema foi o ciúme do marido, as demais estabeleceram com ela um relacionamento baseado prioritariamente na violência física. As concepções da irmã, que inauguraram o processo de sua doação, e as da avó (adotiva), que a doou para uma mulher e depois para outra, chegando a apresentá-la na igreja como pessoa disponível para quem quisesse levá-la para casa, demonstram que, a par do conceito moderno de criança desenvolvido a partir do século XVIII, a sociedade atual, além de manter resquícios de um passado que não respeitava suas crianças em suas especificidades, ainda mantém a mercantilização das relações. Nesse caso, as famílias que se interessaram pela criança o fizeram pela possibilidade de obter serviços domésticos gratuitos e não para protegê-la e amá-la como uma filha. Também para a irmã e avó adotiva, a criança foi um objeto, uma mercadoria.

Convencionalmente tomada como “locus” de proteção e de inculcação de normas, regras e valores, a família ocupa papel central entre as instituições que possuem papel similar, mas as diversas formas de autoritarismo e violência em seu interior indicam que nem sempre ela pode ser considerada de forma homogênea, que é necessário analisá-la enquanto espaço de diversidade e de contradições, cujas origens encontram-se em processos inerentes à formação e organização da sociedade. Sendo assim, atitudes como o abandono das crianças ou a sua mercantilização, a utilização de surras e outros castigos devem ser compreendidas enquanto consequência de pressões advindas das condições materiais de vida ou provenientes da base cultural autoritária em que se formou a família brasileira.

Para conhecer o nível de envolvimento das famílias das adolescentes com a religião, e a sua ascendência, verificou-se que todas as famílias professam alguma religião, sendo a maioria freqüentadora das igrejas evangélicas: Batista, Universal do Reino de Deus, Casa da Benção, Comunidade de Jovens Livres e Deus é Amor. Entre as adolescentes, somente 02 não seguem a mesma orientação religiosa da família: 01 exatamente por viver longe e desconhecer, inclusive, qual religião seus pais freqüentam; a outra, porque não participa de nenhuma.

¹⁴. O Estatuto da Criança e do Adolescente trata a categoria família substituta enquanto alternativa intermediária entre a adoção e a institucionalização. Assim, uma família pode, a título de experiência, abrigar em sua casa, criança ou adolescente antes de se decidir pelo processo definitivo de adoção.

Há que se considerar a influência da religião na formação dos valores das famílias, uma vez que a compreensão do discurso bíblico encontra-se impregnado de incentivos ao disciplinamento da criança. Roure (1999:77), no artigo *Família e Violência: historicidade de uma prática*, aborda a influência desse discurso na prática cotidiana das famílias. Ela observa que, na Bíblia, encontra-se registrada uma grande preocupação de Deus, que também é pai, em relação à possibilidade de desvio do filho homem, que resulta na importância da disciplina e da correção. Isso implica, portanto, para o senso comum, a perspectiva de naturalização dos castigos em busca da submissão do sujeito. Esse uso da disciplina em relação à criança, que é aceito pela sociedade, completa a autora, assume um caráter punitivo como o objetivo de 'salvar/proteger' sua alma do pecado.

Em relação à educação sexual, investigou-se o envolvimento das famílias e das escolas na formação das adolescentes. Constatou-se a dificuldade das mães para transmitir informações sobre sexualidade às filhas. Juliana, por exemplo, de origem rural, encontrando-se hoje longe da família e vivendo uma relação estável, vincula esse vácuo à timidez da mãe: *minha mãe tinha vergonha de falar sobre sexualidade*. Já Ana lamenta só ter recebido orientação da família depois do abuso, o que, em sua compreensão, foi muito tarde: *quando eu recebi foi muito tarde (...), por causa disso aí (...). Minha mãe falava tudo, mas depois que já tinha acontecido*.

Patrícia e Fátima também não receberam orientação sexual de suas famílias. A primeira porque sua convivência com a família foi por pouco tempo, e a segunda, pelas próprias dificuldades da mãe que sequer admite conhecer os fatos relacionados ao abuso sexual que a filha sofreu na infância.

Entre as 05 adolescentes que confirmaram acesso à educação sexual na família ou na escola está Antonia, que tem 11 anos e fala das orientações recebidas da mãe que se resumem ao: *que deve e o que não se deve fazer, as coisas sobre relação sexual, menstruação, gravidez*. Nenhuma das meninas entrevistadas teve experiência sexual antes do abuso, o que significa que a iniciação sexual de todas elas ocorreu com utilização de violência, sob a forma de ameaças ou de força física.

Enquanto a ausência de informações acerca da sexualidade foi compreendida por Ana como um dos elementos que facilitou a concretização do abuso sexual, as

demais meninas entrevistadas não enfatizaram essa ausência, bem como não a relacionaram à violência que sofreram.

2.2.3. Vida afetiva e lembranças do Passado

Se isso não tivesse acontecido, se minha família não tivesse me dado para os outros, eu seria mais feliz, ao lado dos meus pais. Agora, eu sofro, não só por causa de quem eu quero namorar, mas por falta da minha família. Mas eu não vou atrás, de forma alguma. Se algum dia minha mãe vier atrás de mim, eu falo para ela voltar pelo mesmo caminho que ela veio, porque eu não aceito aquela mulher (Patrícia).

Para Bosi (1994:423), as lembranças do grupo familiar persistem sob diferentes matizes em cada indivíduo e constituem uma memória que é ao mesmo tempo una e diferenciada. As experiências vividas na infância guardam vínculos e recordações difíceis de apagar. Assim, mesmo com a desagregação do núcleo onde a história teve origem, os vínculos podem permanecer, demonstrando, por outro lado, que esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual. Em nenhum outro espaço social o lugar do indivíduo é tão fortemente destinado. Ele pode sempre mudar sua condição social, deixar de ser brasileiro, naturalizando-se em outro país, deixar de ser solteiro, casando-se, ou vice-versa, etc. Mas o vínculo que o ata à sua família é irreversível. A força de coesão da família reside no fato de que ela representa a principal mediação entre a criança e o mundo.

Concordar com a perspectiva de Bosi é considerar que os efeitos do abuso sexual na infância podem ou não prejudicar quem passou por essa experiência como vítima; só não é possível considerá-la totalmente indiferente. Azevedo e Guerra (1993:198) consultaram a literatura sobre as conseqüências do abuso sexual para as vítimas e verificaram que há duas posições básicas: a que admite a possibilidade de conseqüências negativas e a que não defende essa possibilidade. Para a primeira, as conseqüências são a curto e a longo prazo. A segunda compreende que os problemas das crianças envolvidas em abusos sexuais estão vinculados à revelação dos fatos e não ao fato em si. Argumentam, ainda, que as relações sexuais entre adulto e crianças podem perfeitamente ser saudáveis, desde que baseadas no consentimento. Somente quando há extrema coerção e violência física, pode-se falar em conseqüências negativas.

Ainda de acordo com as autoras, as duas posições ignoram uma questão fundamental, que é a do poder adulto-criança. Portanto, pressupõe-se que as vítimas infantis de abuso sexual são mais vulneráveis aos danos decorrentes da violência, mas não se pode concluir que, inevitavelmente, sofrerão danos permanentes.

Quando falam de suas vidas afetivas no presente, as meninas entrevistadas quase sempre buscam no passado explicações para as dificuldades que as afligem. Patrícia não relaciona seus problemas afetivos ao abuso sexual que sofreu aos 06 anos, mas ao abandono da família acontecido logo após:

Dependendo do lugar, eu fico bem. Agora que estou no Projeto, estou melhor, apesar de que o pessoal me irrita muito, porque tem umas meninas que eu não gosto (...) porque elas levam os namorados. Daí eu falo para a tia: - vou trazer minha namorada. E ela responde: - não vai trazer não, o que é isso? Eu falo: - se as meninas trazem porque é que eu não posso? (...) Dia 30 de junho, a tia viu a gente se agarrando, chegou em mim e falou assim: - você não vai apresentar sua namorada para nós? Respondi: - não, pra quê? Vocês não estão nem a favor nem contra, ficam no meio, não sabem de nada (...). Olha, a gente sofre muito, escolhe uma pessoa e ela não dá a mínima (...). Se isso não tivesse acontecido, minha família me abandonar, eu seria mais feliz. Ao lado dos meus pais era melhor, porque agora eu sofro não só por causa de quem eu quero namorar, mas também por falta da minha família, dos meus sobrinhos. Mas eu não vou atrás, se minha mãe vier atrás de mim, falo para ela voltar pelo mesmo caminho que ela veio. Eu não aceito aquela mulher (...), porque assim o que eu vi ela fazendo eu não gostava. Ela vivia no puteiro, isso não é coisa que se faz. Já imaginou se fosse agora que cresci pegar o exemplo dela e ir para o puteiro? (...). Ela foi muito covarde em me abandonar. Eu gosto dela, mas não tem perdão (...) eu não aceito ela. Agora meu pai eu aceito.

Rosa e Alice, as duas meninas grávidas à época das entrevistas, não demonstraram entusiasmo com suas vidas afetivas: *eu não pretendo ter ninguém, nem namorado, nem casar. Sexo às vezes é bom, às vezes é ruim, depende (Alice).* O envolvimento dessa adolescente com as drogas, o abuso sexual, a gravidez precoce parecem contribuir para seu desânimo em relação à vida afetiva. Com Rosa, as coisas não são muito diferentes - o abuso sexual e suas dificuldades no relacionamento com a família deixaram-na extremamente vulnerável: *tenho muita dificuldade em relacionar com as pessoas, principalmente com namorado (...). Às vezes, vou ter relação sexual, fico muito triste, começo a chorar, é muito estranho.*

Juliana está casada, longe de sua família, que continua no Maranhão, e limita-se a dizer que está tudo bem. Marina e Ana não demonstram muito interesse em iniciar uma vida afetiva e sexual. Antonia ainda é criança, tem 11 anos. Quanto à Virgínia, com

14 anos, sua família a proíbe de namorar, mas seu entusiasmo parece indicar que as conseqüências dos abusos sexuais que sofreu durante três anos e sete meses em sua infância estão sendo superadas. Assim, as crises, a vontade de morrer, relatadas por sua mãe como as suas principais características antes da revelação do abuso, são coisas do passado. Sua vontade de viver é evidente:

Olha, namorado a gente sempre tem aquela pessoa! Eu ligo pra ele, a gente conversa, mas só que eu nunca beijei... Não cheguei a beijar na boca dele, não, nem abraçar... A gente só conversa mesmo. (Virgínia).

Muitos dos problemas enfrentados pelas meninas no presente com seus pais, parentes, professores apontam para a falta de legitimidade do sofrimento que as lembranças da violência provocam. Apenas no primeiro momento em que os abusos sexuais foram desvelados, a família compreendeu o seu sofrimento, e, inclusive, buscou "ajuda". Em seguida, a preocupação voltou-se para o restabelecimento do segredo. Na maioria das vezes, desconsideraram o que elas sentiam e pensavam, acreditando que, enquanto responsáveis pela sua educação, precisavam colocar um ponto final na história. Retiraram, dessa forma, a legitimidade do sofrimento. O silêncio foi reinstalado, a normalidade, garantida, mas os problemas continuaram. Pois, conforme Chauí: (1979:30), o silêncio fala sem, contudo, dizer o está acontecendo.

CAPÍTULO III

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE:

A FAMÍLIA QUE NÃO É SAGRADA

(...) Esta banalização da violência é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação. Resignado à idéia, inculcada pela repetição do jargão de que somos 'instintivamente violentos', o homem curva-se ao destino e acaba por admitir a existência da violência, como admite a certeza da morte. A virulência deste hábito mental é tão daninha e potente que quem quer que se insurja contra este preconceito arrisca-se a ser estigmatizado de idealista, otimista ingênuo ou bobo alegre.

Jurandir Freire Costa
(1984:34)

A violência é um fenômeno amplo que envolve dimensões históricas, sociais, culturais e se apresenta de diferentes formas. Costa (1986:24), por exemplo, divide a violência em duas modalidades: a primeira refere-se a uma violência racional, o ato é dirigido a um objeto adequado; a segunda trata de uma violência irracional e, nesse caso, o ato é dirigido a um objeto substitutivo. Em toda violência, há um desejo de destruição que dirige a ação agressiva e, por isso, a violência não é fruto do instinto. Mesmo quando irracional, a origem da violência é sempre centrada na razão e não na manifestação desordenada do instinto. Nesse sentido, ela pode ser arbitrária e deslocada, mas não é substituída. Em Chauí (1982:24), a violência existe “quando um indivíduo ou instituição, através de meios físicos ou psíquicos, impede a manifestação de outro indivíduo na sua singularidade”. Violência, portanto, implica a negação de um sujeito pelo outro, ou seja, a restrição à manifestação da subjetividade inerente a cada indivíduo. Ao colocar a violência no espaço da subjetividade, Chauí a divide com as relações autoritárias, cujas manifestações estão nitidamente presentes quando se desrespeita a diversidade, uma característica essencial da pessoa humana e que se apresenta na sociedade como fonte de discriminação.

Do ponto de vista histórico, coletivo, o capitalismo e a violência estão intrinsecamente ligados e se criam e recriam nas suas configurações modernas. O

desenvolvimento do capitalismo pressupôs inúmeras formas de violência, como o fascismo e o nazismo. Para Hobsbawm (1995:56), o século XX apresentou-se como o mais violento da história da humanidade, com o seu caráter definido pelas duas grandes guerras. Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que se rompeu um antigo acordo celebrado pelos Estados modernos, pelo qual os países se comprometiam a não realizar ataques sem avisos e, na medida do possível, limitar-se à incapacitação das forças armadas. Porém, após 1914, as guerras foram travadas contra a economia e a infraestrutura dos Estados e suas populações civis. Além disso, os estados modernos fizeram ressurgir a tortura e o assassinato como parte normal das operações de segurança pública, embora, do ponto de vista jurídico, a tortura já tivesse sido abolida desde 1880.

Em relação ao aumento da brutalização, o autor argumenta que ela não se deveu somente à liberação do potencial latente de crueldade e violência no ser humano, que a guerra naturalmente legitima, mas que houve um outro importante motivo: a sua estranha democratização. Os conflitos transformaram-se em 'guerras populares', porque os civis e a vida cotidiana se tornaram os alvos estratégicos principais e porque, em guerras democráticas, os adversários são demonizados para tornarem-se devidamente odiosos ou, pelo menos, desprezíveis.

A mobilização dos sentimentos nacionais de massa rompeu com as leis e a ética que regiam a violência das guerras no passado. Na Segunda Guerra Mundial, além dessa demonização das massas, que justificou os massacres, houve a impessoalidade garantida pela tecnologia. Assim, as maiores crueldades deste século foram as crueldades impessoais, decididas à distância e que ficaram conhecidas por genocídios. Essa impessoalidade, somada à eficiência dos novos armamentos, diversificaram e tornaram a violência um fenômeno ainda mais complexo na realidade do mundo contemporâneo.

Embora não seja nova, a violência assume formas antes desconhecidas, torna-se requintada, rotineira, banalizada e, muitas vezes, aceita e legitimada por uma cultura que, na verdade, a cultua e a justifica. Com significados históricos e políticos diferenciados, ela possui raízes profundas.

Arendt (1985:27) critica a explicação da violência que enfatiza o aspecto econômico e a vincula ao caráter instrumental da tecnologia, separando-a do exercício do poder e relacionando-a com a perda da legitimidade. A autora analisa as contradições

enquanto processo histórico amplo, defende que a emergência de uma sociedade está menos vinculada à violência que aos desgastes e ao esgotamento das condições da antiga sociedade.

Para Arendt (1985:29), a violência se manifesta quando o poder está em processo de deterioração, perdendo sua legitimidade. Poder e violência, mesmo distintos, apresentam-se interligados. O terror é utilizado para dirigir e dominar quando o poder já se encontra destruído, sem legitimidade, e o indivíduo ou o grupo não renuncia, mas prossegue diante de sua própria falência. Sua eficácia depende, em grande parte, do grau de atomização social. Nesse sentido, a violência não possui um caráter individual, ao contrário, está presente nas relações sociais e políticas.

Horkheimer (1990:178) também chama a atenção para a importância da cultura, sem esquecer os aspectos relacionados à produção e à reprodução da vida material. Para ele, o modo de agir dos homens nem sempre pode ser explicado apenas pelos processos econômicos que ocorreram no momento imediatamente anterior. Os grupos agem sempre com base no caráter típico de seus membros, cuja formação ocorreu em conexão tanto com a evolução social anterior quanto com a atual. Esse caráter origina-se da atuação da totalidade das instituições sociais que funcionam de maneira específica para cada camada social. A produção material da vida influencia os homens não só de maneira direta, em seu próprio trabalho, mas também na forma como ele se situa dentro das instituições relativamente fixas, ou seja, daquelas que se transformam muito lentamente, como a família, a escola, a igreja, as instituições de arte. Portanto, para compreender o caráter estável de uma sociedade ou sua tendência à desagregação, é preciso conhecer a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, conhecer a formação de seu caráter e suas conexões com todas as forças culturais da época.

Horkheimer (1990:181) argumenta ainda que a predisposição a impulsos, cuja característica é própria dos membros de uma determinada sociedade de acordo com seu vínculo a grupos específicos, nem sempre seria determinante da manutenção de processos ultrapassados de produção e da solidez do edifício social neles baseado, mas isso decidiria, conforme a disponibilidade econômica, a arte de governar, a organização do poder do Estado, bem como a força física. Pois, na história de todas as culturas, o fruto dos conhecimentos e das aptidões humanos, o aparelho material de produção foi

constituído de tal forma que o processo social de vida desenvolveu-se somente a partir da clássica divisão entre quem executa e quem dirige. A necessidade dessa divisão para a sobrevivência do conjunto da população, pelo menos em época de ascensão e de apogeu, não significou harmonia na convivência entre a minoria detentora do poder e a maioria submetida à miséria. Ao contrário, a manutenção dos homens dentro de formas desiguais e opressivas nunca ocorreu sem violência. Por isso, para o autor, nem é preciso afirmar um conceito dinâmico de cultura que pressuponha uma argamassa espiritual da sociedade, uma vez que essa argamassa está presente, antes, na forma altamente material do poder executivo nacional.

O autor descarta as teorias que, em sua compreensão, convertem a natureza humana, a consciência ou a razão, as idéias morais e religiosas em realidades firmes e independentes e tentam explicar o funcionamento da sociedade pela atuação de uma ou mais dessas realidades. Para ele, essas idéias estão ligadas aos poderes na sociedade e não são, de forma alguma, secundárias, além de que o aparelho psíquico dos membros de uma sociedade de classes, a não ser que pertençam àquele núcleo de privilegiados, constitui em larga escala, apenas a interiorização ou, pelo menos, a racionalização e complementação da violência física. A integração em determinada ordem, a chamada natureza social, a par das justificativas morais e religiosas, são internalizadas pelos indivíduos através da coação. A sociabilidade dos homens e a garantia da observação nas regras de convívio são descritas também por Nietzsche enquanto relações marcadas pela violência:

Marca-se algo com fogo, para que fique na memória: somente o que não cessa de doer permanece na memória – é esta uma sentença da mais antiga (infelizmente também mais longa) psicologia na terra. Sentimo-nos tentados a dizer que, em todo lugar onde ainda existem solenidade, seriedade, mistério, cores sombrias na vida do homem e do povo, persiste algo de horror com que antigamente, em todo mundo, se prometeu, se empenhou, se louvou: o passado... nos bafeja e brota em nós, quando nos tornamos "sérios". Nunca ficou sem sangue, torturas e sacrifícios e oferendas mais repulsivos (entre os quais se incluem os sacrifícios dos primogênitos), as mutilações mais repugnantes (por exemplo, as castrações), as formas rituais mais cruéis de todos os cultos religiosos (e todas as religiões, na sua base mais profunda, são sistemas de atrocidades) – tudo isso tem sua origem naquele instinto que adivinha na dor o mais poderoso auxiliar da mnemônica... Ah! razão, a seriedade, o domínio sobre os afetos, toda esta coisa lúgubre que se chama pensar, todos estes privilégios e faustos do homem: quão caro eles se fizeram pagar! Quanto sangue e horror estão na base de todas as 'coisas boas'. (Horkheimer, 1990:182)

Dessa forma, toda a evolução política e social da humanidade é mediada pela coação, influenciando as diversas manifestações da natureza humana. Sua presença pode ser percebida não somente nas punições, mas em qualquer forma de submissão, inclusive naquelas que ocorrem em função do medo do desemprego, da fome, da falta de moradia, etc. A perspectiva de abandono material é um poderoso mecanismo de sujeição dos indivíduos, pois, mesmo quando se encontram ausentes formas de crueldade explícita, essa ameaça exerce o papel de manter a ordem.

À preocupação de Arendt (1985:27), de desvincular o aspecto econômico do exercício do poder e sua decadência que geralmente desemboca na violência, devem-se acrescentar as contribuições de Horkheimer acerca dos aspectos culturais adquiridos a partir da produção e da reprodução da vida social. Sua influência alcança o modo de pensar e agir do indivíduo não apenas no exercício de suas atividades laborais, mas ao ocupar o papel de pai, mãe, professor, líder religioso, no interior das instituições. Portanto, a violência além de ser uma prática racional, pode tornar-se uma maneira de agir de indivíduos ou grupos de qualquer classe social, raça ou religião.

3.1. Memória e esquecimento

... E eu vim embora para Goiânia, abandonei minha família, meus amigos, todo mundo e nunca mais voltei e nem nunca mais deixei ela voltar. Tentei mudar tudo, esquecer, apagar da minha mente e da mente dela, e quase ninguém sabe. Então, eu tento nem tocar no assunto. (Solange, mãe de Antonia).

A memória é algo que o indivíduo possui de forma dependente de seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, ou seja, com os grupos sociais de convívio e os grupos de referência peculiares. Segundo Bosi (1994:55), na maior parte das vezes, lembrar não é rever, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Assim, a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que se nos apresente a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de antes e

porque nossa visão mudou e, com ela, nossas idéias, nossos valores. O fato de lembrar o passado no presente exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

A lembrança da violência para a menina que a sofreu muitas vezes não é a mesma para sua mãe. Quando ambas recordam as condições sob as quais ocorreram os abusos sexuais, mãe e filha possuem lembranças diferenciadas. E, no rompimento do "pacto do silêncio", mesmo quando apoiado formalmente pelas mães, é possível perceber suas dificuldades frente a um passado que se preferia tivesse permanecido mudo.

Se, em geral, a memória da infância e dos primeiros contatos com o mundo surge espontaneamente nos indivíduos, fazendo evocar afetos e saudades de um tempo despreocupado e feliz, a lembrança da violência, ao contrário, faz emergir angústia, tristeza, sentimentos que, na realidade, se gostaria fossem esquecidos. As leituras de fatos passados são feitas com olhos e elaborações atuais e, embora possam ser explicadas e racionalizadas de várias formas, não é possível desfazer-se delas por completo na lembrança.

Para Pollak (1989:7), existem, nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos'. As fronteiras desses silêncios e 'não-ditos' com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques e estão em contínuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas é moldada pela angústia de não se encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

O tempo transcorrido entre o abuso sexual e as entrevistas precisou ser considerado, pois existem diferenças significativas. Uma das meninas se nega a lembrar quanto tempo aconteceu o fato e não revela nem mesmo quantos anos tinha na época em que sofreu as agressões. As outras, existe para cada uma delas um período diferente. Uma faz 01 ano, outras 03, 04, 05, 08 e 09 respectivamente, e para duas faz 10 anos. Também, saber com quem a menina falou pela primeira vez sobre o abuso sexual do qual foi vítima é fundamental para este estudo, pois faz compreender os vínculos estabelecidos pelas adolescentes com suas famílias, muitas vezes uma expressão da própria educação recebida. Dentre as 09 meninas, 03 falaram com as suas mães e 02, com os padrastos; 01, com a irmã mais velha; 03, com pessoas de fora de suas famílias de origem: Juliana falou pela primeira vez com o marido (apesar de sua família, que

reside no interior do Maranhão, ter conhecimento dos fatos, jamais os mencionou explicitamente); Patrícia, que foi abusada pelo irmão e abandonada pela família, somente revelou seu segredo em um dos Abrigos pelos quais transitou durante sua infância; Alice, que mora com a mãe, na época era usuária de drogas e isso talvez tenha dificultado a confiança. Quanto às O2 que, ao invés de revelarem o fato às mães o fizeram aos seus padrastos, os casos de Virgínia e Ana, parece haver um vínculo afetivo que motivou a desconfiança de que algo estava errado:

Na verdade eu nem falei. Descobriram e vieram me perguntar. Foi meu pai¹⁰ ele veio me perguntar e... me apertou (..) durante muito tempo. Me levou na Delegacia da Mulher (...). Foi ele a primeira pessoa, meu pai (...), ele começou a desconfiar, porque ele nunca gostou desse meu tio (..) Aí, foi então que levou ele a começar a me apertar na parede, me fazer perguntas, eu fui começando a falar devagarinho. (Virgínia).

Enquanto o padrasto, de acordo com Virgínia, mostrou-se desconfiado e atento, sua mãe enfatizou o quanto esteve distante dessa possibilidade:

Não... não desconfiava, pelo seguinte: na época, aqui em Goiânia, ele tinha tentado e quando ela foi para Rondônia, eu escrevi uma carta para minha mãe, dizendo: - a Virgínia está indo para aí, a Sra. cuida dela para mim que eu não posso cuidar (...) porque ela vai, esse homem está indo para aí também, e eu não confio nele. Portanto, minha mãe vivia de olho, mas nunca conseguiu pegar... Ele era tão esperto, esperava todo mundo sair para trabalhar, para ele ir lá. Era a conta da minha mãe sair e ele ia para lá. Então, a desconfiança minha era sobre isso, pois avisamos para tomarem cuidado.

A mãe de Virgínia, quando fala de sua relação com o marido, padrasto de Virgínia, ressalta as desconfianças que persistem em sua casa, e, ao mesmo tempo, as virtudes do marido:

Ele é um ótimo padrasto. Ele se comporta muito bem como esposo, de muito respeito. Inclusive, às vezes ele fala para mim: - às vezes eu penso que você tem cisma de mim com sua filha, mas você pode ficar muito tranqüila, porque o bem que eu quero para ela é o bem de uma filha mesmo, aquela que eu nunca tive, e não vou poder ter com você, porque você não pode mais ter filhos. Então, você pode dormir de cabeça fria, que a hora que eu estiver com ela, você pode ter certeza que ela está bem guardada, que eu não vou ser aquele padrasto, aquele pai que cria, mas que vai aproveitar dela porque já aconteceu algo. O que eu puder proteger, eu vou proteger...(..). Ele botou na cabeça que eu tenho cisma, mas eu não tenho, porque a gente conhece as pessoas. A gente não conhece até o último ponto, mas a gente vai até o ponto que vê até onde pode levar. Por isso, eu libero ela sair com ele, ele leva ela para a casa da mãe dele, deixa lá. Às

¹⁰ . Virgínia, durante a entrevista, ao se referir ao padrasto o chamou de "pai". Entretanto, a entrevista com a mãe esclareceu que ele era seu padrasto.

vezes, quando a gente vai sair, ele tem muito cuidado (...), cuida dela, espera ela chegar do colégio. Ele preocupa muito com ela.

Quanto a Ana, além do vínculo com o padrasto, há que se considerar a sua maior disponibilidade de tempo à época, pela sua condição de desempregado e, portanto, não submetido à rigidez dos horários de trabalho que sua mãe, em função da elevada carga horária que despendia como camareira de um hotel, não tinha para dedicar à família. Nesse caso, houve ainda a mediação da escola que, percebendo mudanças no comportamento da adolescente, acionou a família:

... Eu nunca falei isso com ninguém (...). Mas quando eu comecei a dar trabalho na escola, aí meu padrasto, que é muito ligado a mim, ligado a todo mundo (...), chegou e perguntou o que estava acontecendo... Porque o rendimento estava caindo. Se tinha acontecido alguma coisa ele não estava sabendo, que a gente não estava sabendo dentro de casa (...). Aí chorando, eu (...) contei.

A memória dos acontecimentos encontra-se também relacionada ao tempo. Por mais que sejam fortes os sentimentos, o tempo altera as lembranças, mesmo que não possa garantir o esquecimento. Por isso, nas entrevistas, considerou-se a questão do tempo do silêncio, ou seja, por quanto tempo as adolescentes permaneceram caladas em relação ao abuso sexual.

Marina e Rosa não se lembram. As falhas na memória dessas meninas poderiam estar relacionadas ao fato de que ainda eram crianças pequenas, ou mesmo porque tentam esquecer e perdoar, como nas expressões utilizadas por Marina: *eu tenho desprezo por ele e raiva, mas ele é meu tio, gosto muito dele, considero ele um irmão. Só que o passado é o passado, não tem nada a ver com agora. Só que eu tenho raiva do que ele fez comigo quando eu era mais nova.* Antonia manteve silêncio por apenas alguns dias. Logo, sua mãe, alertada pela desconfiança dos vizinhos, estabeleceu diálogos com a filha que resultaram na confirmação dos abusos. Alice acredita que foram entre 04 e 08 meses; Ana, 03 anos; Juliana, 04 anos; Virgínia, 05 anos; Patrícia, 07 anos. Quanto a Fátima, sua situação é mais complexa, pois, aos 05 anos, logo depois do primeiro abuso do padrasto, contou à mãe, que não conseguiu ouvi-la e entendê-la: *foi com minha mãe... mas só que eu acho que ela não se tocou, porque estava ela, meu avô e meu irmão e aí eu cheguei e falei para ela e ela não entendeu direito.*

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, nos sujeitos desta pesquisa, uma memória que permaneceu durante algum tempo aprisionada de uma outra memória que decidiu por romper com o silêncio. Contudo, a emergência dessas lembranças dependeu, evidentemente, das circunstâncias.

Tais circunstâncias podem estar vinculadas ao fato de que, embora a violência em geral e os abusos sexuais contra a criança e o adolescente em particular não sejam fenômenos novos no espaço privado das famílias, a invasão da casa pelos meios de comunicação ocasionou uma forma de “desprivatização”, alterando valores, representações, padrões de comportamento. Provavelmente, os constantes apelos feitos pela mídia no sentido de denunciar as várias formas de violência intrafamiliares de alguma forma interferem nas decisões.

No contexto da pesquisa, investigou-se o tempo em que o segredo permaneceu guardado pelas meninas, identificando-o entre alguns dias após a primeira agressão e sete anos depois. Nessa perspectiva, enquanto nas entrevistas com as meninas buscava-se conhecer os sentimentos que as levaram a contar o segredo, com as mães procurava-se identificar o grau de seu envolvimento com as filhas, através da percepção ou não do abuso sexual antes que elas decidissem a romper o silêncio. Esse procedimento justifica-se pela importância cultural das mães nesta sociedade, responsáveis que são pelo processo inicial de socialização das crianças.

Virgínia e Antonia identificam os seus motivos à pressão exercida pelo padrasto, no caso da primeira, e pela mãe, no caso da segunda, que, alertada pelos vizinhos, deparou-se com a realidade de um marido abusador. Mesmo assim, essas mães não assumem que desconfiavam da situação:

Não, ele sempre sentia ciúme dela, sempre... queria que ela usasse roupa comprida. Mas eu não desconfiava, não. Ele era assim muito rígido, muito severo. (mãe de Antonia).

É evidente que os ciúmes do marido da mãe de Antonia já se haviam manifestado há algum tempo, bem como o falatório da vizinhança. Porém, ela só admitiu ter tomado conhecimento depois que Antonia falou abertamente o que estava acontecendo.

A mãe de Virgínia confirma sua desconfiança em relação ao cunhado, porém faz questão de esclarecer que tomou providências no sentido de evitar qualquer tentativa: *eu escrevi uma carta para minha mãe, dizendo: - cuida dela para mim - porque esse homem está indo para aí e, eu não confio nele. Portanto, minha mãe vivia de olho (...).*

Nas meninas entrevistadas, a lembrança do abuso sexual suscita sentimentos que são associados à depressão, angústia, raiva, causando sofrimento, em que pese a distância entre as entrevistas e o período das agressões. E foram exatamente esses sentimentos que, na compreensão da maioria (sete), as levaram a romper com o silêncio:

.... Porque ficar com aquilo lá dentro tem jeito não, tinha que falar mesmo, se abrir.... Assim, eu ficava com muita angústia (...) não tinha como esconder mais não. (Patrícia).

Minha consciência estava pesada demais (...), porque uma coisa assim que não foi com namorado nem nada, uma coisa sem amor, sem nada. (Ana).

Ao falar das mudanças de Ana durante os anos em que permaneceu em silêncio, sua mãe deixa transparecer sutis ambigüidades, uma vez que, curiosamente, antes da intervenção da escola, antes que Ana revelasse seu segredo, ela não percebeu os conflitos que envolviam a filha. Não faltam, no entanto, explicações para esse distanciamento:

É, ela deixou de ser minha amiga, porque antes a gente não era só mãe e filha, a gente era super amiga: eu contava para ela meus problemas (...) a gente brincava muito, eu sempre fui aberta com ela (...), sentava, deitava no meu colo, eu deitava no colo dela, e a gente conversava bastante. Depois, ela se afastou de mim (...). Às vezes, eu falava com ela e cobrava dela, ela dizia: - porque não mãe. E, eu por estar muito atarefada, não prestava muita atenção, achava que era fase do crescimento dela. (mãe de Ana).

Na evocação que as adolescentes fazem em relação aos acontecimentos envolvendo o abuso sexual, com exceção apenas de Alice, todas alegam o medo como a explicação para o período em que se mantiveram caladas. Trata-se de um medo generalizado, que pode incluir os pais e a possibilidade de que esses não acreditem ou que as responsabilizem pela violência ou por possíveis atos violentos na família:

Por que eu sabia que ia dar um reboliço inteiro nessa família, por causa do meu padrasto também (...) fiquei pensando, fiquei com um bocado de minhoca na cabeça... Minha mãe ia separar do meu padrasto (...) porque era primo dele, tinha colocado ele aqui... Talvez ia ter até morte. Antes disso também, eu era tratada como uma bonequinha de porcelana (Ana).

As explicações de Ana para seu prolongado silêncio (03 anos) não fazem alusão ao abusador, mas à reação do padrasto, à sua responsabilidade pela separação do casal e mesmo à possibilidade de uma violência irreversível, como a morte do abusador. Em nenhum momento da entrevista, Ana culpa sua família. Ao contrário, confirma o tratamento carinhoso da mãe e a educação centrada no diálogo, distante das disciplinas rígidas ou violentas. Mesmo assim, ela não foi capaz de confiar na mãe e, desde o início, revelar-lhe o que havia acontecido. Para tanto, foi necessária a pressão da escola.

O comportamento apresentado por essa menina, caracterizado pelo desinteresse pelos estudos, pelos amigos, pelas brincadeiras, confirma que seu silêncio não era natural, espontâneo, mas fruto de uma educação que não estava voltada para a autonomia, exatamente como nos casos das demais meninas entrevistadas, cuja diferença reside na utilização de mecanismos explícitos de controle e de exercício da autoridade pelos adultos. O medo da violência que ela diz ter sentido guarda relação com a posição de inferioridade e de subordinação da mulher em relação ao homem e da criança em relação ao adulto na família e na sociedade.

3.2. A Reconstituição do pacto do silêncio

Eu propus um pacto com o rapaz, trouxe ele aqui em casa e falei assim: - vou te dar o prazo de uma semana para você ir embora deste bairro. Então aqui morre essa história. Em troca, eu não denuncio você e o bairro não fica sabendo, ninguém fica sabendo. (Rute, mãe de Ana).

Dentre as várias formas de violência que provocam inquietações no contexto da sociedade contemporânea, a violência sexual contra a criança e o adolescente talvez seja a que mais cause constrangimento, pois ela desmistifica a crença numa sociedade que superou a barbárie e garantiu humanização nas relações. Particularmente no Brasil, ela indica ainda que, tanto no âmbito público quanto privado, o pretense caráter "cordial"

do homem brasileiro é irreal e a história dessa sociedade é mediada pela prática da violência.

Adorno (1995:305) situa a família como espaço perigoso para as crianças, lembrando a intervenção agressiva dos pais visando a corrigir o comportamento, eliminar condutas indesejadas e obter sua submissão, enquanto as instituições e autoridades fecham os olhos para a intensidade e a regularidade com que tais reprimendas são praticadas.

Mas a violência ou abuso sexual contra a criança e adolescente se apresenta como um problema universal e transversal, que vai além das fronteiras de classe, culturais, geográficas, raciais e religiosas. Nesse sentido, é necessário investigar as mediações que acompanharam a educação das meninas entrevistadas, capazes de produzir o silêncio e a submissão.

No contexto das entrevistas, mães e filhas narraram as reações ou atitudes de suas famílias quando o silêncio acabou, quando não foi mais possível agir como se nada tivesse acontecido e foi preciso enfrentar a realidade de violência. Nesse sentido, somente na família de Juliana foi necessário expulsar o agressor de casa, seu tio, que se encontrava ainda morando com a família. Porém, mesmo adotando essa atitude firme, o silêncio foi restabelecido, porque jamais se discutiu o assunto.

As mães de Marina e Antonia levaram as filhas ao médico após o conhecimento dos fatos. A primeira, imediatamente após o cumprimento dessa espécie de ritual, manteve silêncio, escondendo-o, inclusive, do pai de Marina. É importante registrar que essa mãe recusou-se a participar da entrevista. Portanto, as informações obtidas foram fornecidas somente por sua filha. É evidente que, nessa circunstância, o agressor não foi sequer incomodado. Já a mãe de Antonia pareceu um pouco mais disposta a enfrentar a violência:

(...) Aí eu falei assim: - isso que você está falando para a mamãe você fala na delegacia, em qualquer lugar, para qualquer pessoa, do jeitinho que você está falando para mamãe? Ela falou assim: - falo. Bem, então toma um banho que nós vamos lá no hospital agora fazer um exame (...)E nós fomos ao hospital municipal, lá em Goianésia (...). Aí o Dr. Ary falou para mim que não tinha como fazer o exame sem um papel da delegacia (...). Ele ligou para a delegacia e o delegado mandou nos buscar. Aí, demos queixa e pegamos esse papel, voltamos e fizemos o exame (...) e só no outro dia que pegava o resultado. Mas voltamos para a delegacia. Lá ele me perguntou onde que ele estava... Eu falei que ele estava na mãe dele, que era o homem que mexeu com minha filha, meu marido... Aí eles

mandaram buscar ele... Ele chegou algemado. De cara, ele falou para mim assim: - credo, Simone! Porque você mandou me prender? E aí eu falei: - você ainda pergunta? - Mas o que eu fiz não deu para mexer com ela não, não judiou dela não (...). Ela depôs contra ele e ele conversou lá. Eu não cheguei a participar porque eu estava muito nervosa. Nesse dia, ele ficou preso. Quando foi no outro dia, eu fui para dar a resposta se ele ia ficar ou não. Como eu peguei o resultado deu que ela era virgem e a família dele gostava muito de mim, e a mãe dele muito doente, me pediu para não deixar ele preso e ela estava morre não morre... eu não quis deixar ele preso, achei que o que ele tinha passado... Ele tinha levado uma boa surra e aconteceram muitas coisas lá na delegacia. Aí, eu tirei a queixa e vim embora, abandonei minha casa, abandonei minha família, todo mundo, e vim morar aqui em Goiânia e nunca mais voltei e nem nunca mais deixei ela ver ele, nunca mais. Ela voltou também, nunca mais quis saber notícias nem nada, e eu gostava dele, mas eu tomei ódio dele e ela também. (mãe de Antonia).

A postura assumida pela mãe de Antonia está em sintonia com estudos realizados por Sarti (1996:63), que definem os limites e abrangências da noção de família para as camadas populares em torno de um eixo moral que fundamenta e ao mesmo tempo estrutura suas relações. Nessa perspectiva, a idéia de obrigação é central, sobrepondo-se inclusive aos laços de sangue. Observe-se que a preocupação com a mãe do agressor, com o vínculo que havia entre elas: (...) *e a família dele gostava muito de mim*, influenciou em sua opção por retirar a queixa. A saída encontrada foi a fuga dos ambientes que lembram os fatos, numa tentativa de esquecimento enfatizada por ela mesma: *e vim embora, tentei mudar tudo, esquecer, apagar da minha mente e da mente dela... e, quase ninguém sabe. Então, eu tento nem tocar no assunto para ninguém*. Seu desejo é ajudar a filha a esquecer em outro lugar, longe de todos que tomaram conhecimento dos fatos e longe da casa que dividiu com o marido durante 06 anos. Mesmo não tendo esquecido a violência sexual que também sofreu em sua adolescência acredita que, com a filha, tudo pode ser diferente, basta manter o segredo e não falar mais no assunto.

Dentre as 05 mães entrevistadas, somente as de Fátima e Rosa relatam que não denunciaram na Justiça os agressores de suas filhas. A primeira, porque não consegue sequer admitir que ela própria tenha conhecimento dos fatos. A segunda, porque, além de ser também mãe do agressor, muitas vezes duvida da filha, preferindo acreditar que suas denúncias não são verdadeiras.

Patrícia e Alice não romperam o silêncio com suas próprias famílias como as demais. A primeira, pelo abandono na infância, a segunda, envolvida com o uso de

drogas, estabeleceu vínculos preferencialmente com amigos e colegas, distanciando-se da família.

A mãe de Virgínia denunciou o agressor da filha à polícia e reclamou da atuação da justiça e do apoio que o agressor recebeu da família: *Procuramos a justiça e ela até hoje não deu encaminhamento certo nisso não (...). Na família dele, todos são desse jeito, são pessoas que não têm caráter (...).* Quanto a Virgínia, ela lembra que quando contou ao padrasto: *eu contei para ele num dia, no outro dia já fomos diretamente na Delegacia da Mulher. Minha mãe ainda não sabia. Ele não queria que a gente falasse para ela ainda, porque ela é muito nervosa (...).*

A mãe de Ana também denunciou o agressor na polícia. Porém, primeiro tentou um acordo, visando restabelecer o silêncio:

Eu procurei o autor, procurei saber dele... Trouxe ele em casa para conversar, nós quatro: eu, ele, meu marido e a Ana. As três primeiras vezes que eu perguntei ele negou. Depois, eu disse: – tudo bem, eu não sei qual é dos dois que está inventando história, eu não sei (...), eu vou procurar o meio mais certo, eu vou levar você e a Ana perante o Juiz. Lá eles têm como saber.(...) Na terceira vez que eu falei isso, ele falou: - bem... tudo bem. Aconteceu o que ela contou, mais ou menos do jeito que aconteceu, só que hoje eu estou casado, tenho família, tenho uma filha, tenho mulher (...). Foi fraqueza minha, estava eu e ela só aqui em casa... Ele morava lá em casa na época, era parente de meu marido e morava no fundo da minha casa. Era uma pessoa de super confiança. Meu marido na época tinha viajado, foi fazer uma viagem e eu trabalhando, ela ficou em casa. Então a gente achava que ele era uma pessoa de super confiança, pacata mesmo, que você olha assim, você não desconfia. Uma pessoa que entrava e saía lá em casa. Então, ele assumiu os acontecimentos e aí devido ele ser parente e já ter passado muito tempo, três anos, eu disse: – você vai embora daqui da cidade, eu não vou perder minha casa por isso. Vai ficar entre nós, já que não adianta levar o caso na justiça agora. Então, você vai embora, vai pegar sua mulher, sua filha e vai embora.... Porque ele mora uma quadra lá de casa, porque não vai ficar bom, eu estou sabendo, meu marido sabendo disso.... para evitar uma outra coisa pior. Meu marido estava muito nervoso. Ele estava a ponto de fazer qualquer coisa. Aí, ele me pediu um mês de prazo: – um mês é muito, para mim não levar conhecimento.... O bairro não ficar sabendo, ninguém ficar sabendo, e se sua mulher perguntar você diz que resolveu ir embora e pronto. Aí ele saiu. Quando ele saiu, já foi na casa do irmão e já falou que era isso e isso que eu queria conversar com ele e que ele só tinha assumido a história que tinha sido ele para não ser levado na justiça. Então, já que ele tinha falado para a família, tinha falado para os vizinhos, eu resolvi levar o caso na justiça.

As descrições feitas pelas meninas e por suas mães acerca dos fatos e comportamentos que se sucederam ao fim do silêncio sobre os abusos sexuais em suas famílias permitem observar que o segredo que os envolvia foi rompido em decorrência dos sintomas manifestados pelas meninas, cujo sofrimento não conteve o silêncio

construído pelas mediações de uma educação voltada para a submissão do sujeito. Entretanto, a quebra desse pacto não pressupôs o rompimento com as mediações culturais que tornaram possível o referido segredo. Daí a sua reconstituição, processo que ocorreu de forma simultânea à deslegitimação do sofrimento da menina.

3.3. As condições e os sentimentos acerca do abuso sexual

De vez em quando eu consigo... esquecer, quando eu não toco no assunto. Mas quando alguém fala alguma sobre sexo ou adulto, alguma coisa assim, eu lembro. Às vezes, quando eu me lembro, eu começo a chorar e passar mal (Virgínia).

As meninas entrevistadas e suas mães desejam esquecer os fatos que envolveram o abuso sexual de suas filhas. Esse desejo latente implica uma rejeição à violência, rejeição que nem sempre é suficiente para proteger as crianças de novas agressões, ou para fazê-las superar os conflitos advindos da experiência precoce e violenta com o sexo. Entretanto, essa necessidade de esquecer é perfeitamente compreensível, tanto a partir de explicações psicológicas, quanto pelo entendimento da própria cultura desenvolvida pelos indivíduos nas sociedades.

Nas entrevistas feitas com as mães das adolescentes e com elas próprias, a par do desejo de esquecer os fatos relacionados aos abusos sexuais, alternam-se sentimentos, ora de culpa, ora de injustiça, por terem sido elas vítimas da falta de escrúpulos dos agressores ou das próprias condições de vida e moradia. Essa ambigüidade é muito presente no relato da mãe de Fátima que, embora tenha negado em outros momentos da entrevista que já tivesse conhecimento dos abusos sexuais pelos quais a filha passou na infância, ao falar das condições que permitiram que eles ocorressem em sua casa, expõe seus sentimentos de culpa: *isso aconteceu porque eu... certamente me envolvi com quem não deveria, com gente dessa natureza.* A condição de esposa do agressor da filha provavelmente contribui para que essa mãe tenha maior dificuldade para enfrentar a realidade. Quando se refere à divisão de espaços em sua casa, aos aspectos ligados à privacidade dos membros da família, faz questão de acentuar as mudanças de sua situação atual em contraposição a um passado difícil: *Em casa são 03 quartos (...) um só para a Fátima (...). Mas, na época, era diferente, era uma*

barraca de lona. Já Fátima ressalta apenas sua dificuldade em esquecer o passado: eu não consigo esquecer isso... Todo lado que vou, estou lembrando, mesmo sem querer.

A mãe de Ana também fala de seus sentimentos, da confiança que a família depositou no agressor de Ana, trazendo-o para morar nos fundos de sua casa mas com plena liberdade para transitar também pelos aposentos da casa localizada na frente, residência da família. Observe-se que essa adolescente, no contexto das entrevistadas, é a única que, desde a época em que ocorreram os abusos sexuais, já possuía um quarto só para ela. Nesse caso, portanto, as condições de privacidade da família podem não ter influenciado diretamente o fenômeno. Outros fatores certamente contribuíram, inclusive a educação voltada para a submissão da criança ao adulto. Porém as mães, muitas vezes, não consideram essa influência, preferindo responsabilizar-se por não terem isolado as crianças do convívio com adultos que, embora parentes, não pertencem ao restrito seio da família nuclear, ao invés de optar por oferecer a elas uma educação capaz de proporcionar-lhes o desenvolvimento da autonomia:

Depois de tudo, eu sentei, chorei, esperee...E eu me culpei (...), porque, devido eu me envolver muito com o irmão dela porque ele estava mexendo com drogas, esqueci um pouco de nossa amizade (...) E, eu de muita confiança... E, hoje, a gente não deve depositar confiança em ninguém, quando envolve a família da gente. Eu acho que foi isso. Eu me sinto um pouco culpada.

Ana fala sucintamente, porém de forma explícita, acerca de seus sentimentos: *Ah! sinto uma coisa assim.... porque uma coisa que deveria ser um momento bom de minha vida e não foi. Uma coisa muito madura, sem amor, sem nada, que nem namorado foi.* Em nenhum momento, ela responsabiliza o agressor. Para Ana, os aspectos negativos das lembranças estão relacionados à ausência de amor e à sua pouca idade.

Para a mãe de Virgínia, as falhas não estão na educação que sua filha recebeu, pois uma criança de 09 anos não pode ser responsabilizada pelas suas atitudes. Essa responsabilidade é do adulto que a agrediu:

Porque eu acho que uma criança de 09 anos não tem atitude. Isso aí está no adulto. Um homem de 40 anos ter coragem de agredir uma menina de 09 anos é porque ele não presta, não tem caráter (...) Toda empregada que minha irmã colocava ele fazia isso, você vê que ele nunca prestou. Então eu acho que as atitudes dela foram tomadas por causa das ameaças que ele fazia para ela (...): -

se você contar para sua avó eu vou jogar ela contra você, fazer sua avó te dá uma surra e ainda vou te bater depois, vou te pegar e te matar, cortar seu pescoço, jogar você no meio do mato, ninguém vai descobrir nunca. Então, foi uma ameaça muito forte e a criança de 09 anos não tem uma mentalidade desenvolvida, não tem como ela mentalizar nada do que está certo ou está errado.

Ao falar da divisão do espaço físico em casa, essa mãe ressalta que todos possuem seu próprio quarto. Porém, é necessário lembrar que Virgínia não estava morando com a mãe e o padrasto quando foi agredida pelo tio. Encontrava-se morando com a avó, muito longe de casa, a mesma avó que ela descreve como alguém que foi muito autoritária e violenta quando a educou. Isso talvez contribua para explicar o prolongado silêncio de Virgínia. Essa, por sua vez, expressa somente seu sofrimento e seu desejo de esquecer: *(...) eu tento esquecer o máximo possível esse problema (...). De vez em quando eu consigo esquecer, quando eu nem toco no assunto. Mas, quando alguém fala sobre sexo, sobre adulto, alguma coisa assim, eu já lembro. Mas eu tento o máximo possível esquecer. Inclusive, às vezes, quando eu me lembro, eu começo a chorar...* Somente duas meninas dentre as nove entrevistadas estavam, durante o período em que se realizaram as entrevistas, desenvolvendo tratamento terapêutico. Virgínia é uma delas. Na análise de seus relatos, deve-se levar em conta essa situação que certamente interfere na compreensão que ela desenvolve sobre o fenômeno.

Tanto a mãe de Rosa quanto a de Antonia, assim como suas filhas, também sofreram abusos sexuais em suas adolescências. Esse fato, no entanto, não as diferencia das outras quanto à capacidade de avaliação. A primeira, inclusive, às vezes duvida da veracidade da denúncia feita pela filha; outras vezes responsabiliza as precárias condições de moradia: *porque a gente dormia embolado, não tinha cama, não tinha separação de nada... eram só três cômodos muito pequeninos: um quarto, a cozinha e uma salinha... só. Todo mundo junto, deve ter sido isso também.* A segunda procura compreender a fraqueza do agressor: *acho que foi fraqueza da cabeça dele mesmo, porque eu nunca deixei faltar. Sempre que ele me procurava, eu estava disposta.* Quanto ao problema que ela também enfrenta em relação às dificuldades com o espaço reduzido da moradia, ela o justifica da seguinte maneira: *eram dois cômodos: um quarto e uma cozinha. A Antonia dormia numa cama de solteiro com o irmão dela, no mesmo quarto que a gente. Mas sempre eu esperava eles dormir para ter qualquer coisa. Sempre bem*

tarde da noite, nunca assim.... recente, logo que deitasse, nunca.. Em outro momento parece se responsabilizar pela pouca atenção dispensada à filha: *agora eu passei a ter mais amor nela e a ficar mais atenta*. Paralelamente, Rosa demonstra sofrer muito com as recordações do abuso. O sofrimento adquire maior intensidade quando lembra que a mãe procura convencê-la a perdoar o irmão e ao mesmo tempo parece duvidar de suas palavras. Antonia, que só falou pressionada pela vizinhança, expressa seu arrependimento por ter mantido o segredo com o agressor: *eu não posso nem lembrar... Quando eu me lembro, eu me arrependo de não ter contado para minha mãe*.

Quanto às meninas cujas mães não participaram das entrevistas, o sentimento que predomina é o ódio, a raiva, mediado muitas vezes por um confuso sentimento de união familiar, em outras palavras, da necessidade de gostar das pessoas da família, como Patrícia, que praticamente não teve família. Quando fala dos sentimentos, fala assim: *sinto ódio, muito ódio.... Mas, eu gosto dele, é meu irmão, tenho que gostar. Eu gosto muito dele, mas eu tenho ódio por ele também*. Patrícia é a segunda e última adolescente desse universo em tratamento terapêutico. Isso a diferencia da maioria. Porém, não se poderia esperar que ela não apresentasse ambigüidades. Marina também apresenta a mesma dubiedade: *Ah! Eu tenho desprezo por ele, e raiva, ódio, mas ele é meu tio e o que aconteceu no passado, passou (...). Hoje, eu vejo ele como meu tio, gosto muito dele, considero ele um irmão (...)* Só que eu tenho raiva do que fez comigo quando eu era mais nova. Novamente, a idéia de que é preciso gostar dos parentes, dos membros da família. Mas essa idéia não é encontrada em Juliana que, embora tenha sido agredida pelo tio, não traz sentimentos que lembram fraternidade entre os familiares: *sinto ódio, me aperta o coração... Não sei nem falar sobre isso*. Alice quase que se recusa a falar de seus sentimentos acerca do agressor, limitando-se a uma frase bastante vaga: *muito sofrida*.

Além de a violência apresentar-se como uma metáfora para as meninas, pois o abuso não se constituiu num estupro e, portanto, não utilizou acentuados níveis de violência física, suas ambigüidades ou confusão de sentimentos em relação aos agressores parecem constituir-se enquanto fruto de uma educação familiar que compreende as hierarquias familiares como legítimas.

3.4. O despertar das famílias e o papel das instituições

A polícia cumpriu seu papel, mas minha mãe, não (...). Eles prenderam ele, mas deixaram só um dia, porque minha mãe mandou tirar ele. (Antonia).

Os dados analisados nas narrações das mães apontam para dificuldades de convívio com as lembranças de violência do passado e para a preferência pelo esquecimento irreal, impossível de se concretizar, mas que consola diante do silêncio, percebido como uma forma de não despertar ressentimentos. Zumthor (1997:33) afirma que, nos mitos antigos, o esquecimento estava relacionado ao mesmo tempo à morte e ao retorno à vida, e que, nessa dupla função simbólica, ocorria o momento crucial das reencarnações e das escatologias. Compreende dessa maneira que, por generalização, tipificação e abstração, as tradições poéticas medievais perpetuaram um mesmo mistério em benefício de seus objetos de discurso: a vontade de esquecimento se identifica figuradamente à morte da frágil experiência pessoal afim, para que possa fazer renascer, no seio da linguagem, uma vida mais segura, quase imóvel, onde desabrochará apenas aquilo que ficou na lembrança como agradável e que traz felicidade. Para ele, a sociedade assim se protege. A poesia ergue, em torno da sensibilidade, da imaginação, da inteligência medievais, pára-choques para preservá-las das agressões do real, através de um esquecimento, ativo na matéria desses discursos como um fermento. A verdade é pressentida pelos homens dessa época como intolerável, como todas as verdades que concernem ao seu destino e não apenas à verdade do passado, de certa forma fácil de controlar e macular. Mas a verdade do futuro não se saberia encarar sem máscara. Nessa interminável viagem que conduz de uma a outra (a própria história de nossa consciência de ser homens), a poesia pertence a um pequeno número de atividades totalmente desinteressadas e improdutivas, que talvez alimentem a utopia de um anti-mundo em que toda palavra será verdadeira, no esquecimento de tudo que não seja ela própria.

O autor relaciona o caráter improdutivo da poesia medieval à sua necessidade de esquecer os aspectos negativos do passado e, em assim procedendo, negar o próprio presente, agarrando-se à perspectiva de um mundo perfeito. Assim, também na sociedade atual, a negação da violência acaba por fortalecê-la e por obscurecer a

consciência dos indivíduos sobre a possibilidade de enfrentar e vencer um fenômeno que, embora se apresente como natural, é uma construção social e pode ser desfeita.

Nessa perspectiva, debruçar sobre *o despertar das famílias e o papel das instituições* significa tentar compreender o que aconteceu em casa depois que o abuso sexual foi revelado, bem como sobre a visão que as mães adotaram sobre instituições presentes na sociedade, que, de uma forma ou de outra, interferiram no processo de rompimento do pacto do silêncio.

Ressalte-se que as declarações feitas sobre o papel do NECASA precisam ser relativizadas, dado que as entrevistas com as mães foram todas feitas na sede desse órgão. Além do que todas elas possuíam conhecimento do vínculo profissional da pesquisadora com a referida instituição. Dessa forma, nas entrevistas, as críticas foram limitadas à escola, aos departamentos de polícia, à justiça. Em geral, as mães reconhecem a importância do tratamento psicológico para as filhas. Mesmo assim, não formularam críticas explícitas, diante das dificuldades desse atendimento.

A mãe de Fátima, talvez, seja a que mais resista às lembranças sobre os abusos sexuais. Por isso, em sua narração, há mistura de fatos e expectativas: *o tempo foi muito pouco. Ela veio aqui poucas vezes... Se tivesse prolongado mais... Mas eu acho que foi bom para ela, deu para notar que ela está mais entusiasmada.* Logo depois, ela lembra o que aconteceu quando ainda estava casada com o agressor de Fátima: *aconteceu um outro fato: ele me agrediu de tal maneira que estava assim insuportável. Aí, eu simplesmente peguei meus filhos e saí de casa, fui embora.* Como nesse caso não houve denúncia, o segredo foi rompido somente no NECASA. Não houve, portanto, nenhum envolvimento das instituições vinculadas à justiça. Daí a ausência de avaliações mais amplas.

Com a mãe de Antonia, ao contrário, houve envolvimento da polícia, pois, quando descobriu, denunciou as agressões do marido contra a filha. Sobre as dificuldades enfrentadas nesse processo, lembra:

Eu saí de casa, mas ele saiu primeiro. Ele foi para casa do pai dele, e depois ele ficou preso (...) E nunca mais eu o vi, porque ele saiu da cadeia, eu fiquei com medo dele, peguei minhas coisas e vim embora (...). O que a Antonia está passando não é coisa boa, ela é uma criança muito rebelde (...) Ela não era assim. Hoje em dia ela é muito revoltada! Qualquer coisa que você fala ofende ela, nem

tudo você pode falar para ela. E, em relação a mim também, eu fiquei muito carente, porque não tenho apoio de ninguém, deve ser isso.

Em relação às instituições, a mãe de Antonia, além de se auto-responsabilizar pela liberdade do agressor da filha, expõe novamente suas preocupações com a publicidade dos problemas de sua família:

Sobre a Delegacia, eles fizeram o que podiam. Se eu não o coloquei preso, a culpa foi minha. Sobre o NECASA, me ajudou muito porque ela expôs o que sentia, ela melhorou muito (...) Na escola, ninguém sabe. Aqui em Goiânia, quase ninguém sabe. Eu tento ficar o máximo calada para que ninguém saiba, para não ficarem jogando na cara dela. Eu mudei de vida para isso, mudei de cidade, mudei a minha vida, mudei a minha rotina, tudo para isso, em função de tudo que ela tinha sofrido.

Sobre esse aspecto, Antonia concorda com a mãe: *a polícia cumpriu seu papel, mas minha mãe, não (...). Eles prenderam ele, mas deixaram só um dia, porque minha mãe mandou tirar ele. A mãe dele estava muito doente e pediu para ela “pelo amor de Deus” que tirasse o filho dela. Aí ela (...) tirou e nós viemos para Goiânia.*

Assim como a mãe de Antonia, a de Rosa também sofreu violência sexual na adolescência. Porém, não consegue compreender as razões que levaram sua filha a revelar um segredo de família. Dessa forma, parece inconformada com as críticas feitas ao agressor de Rosa: *a relação dele com a Rosa mudou, transformou. Ele gostava dela, paparicava ela (...) Agora ele não gosta de conversar com ela, ele a evita. Completa depois, demonstrando seu apoio: (...) Porque também ele devia estar fazendo isso por ignorância. Como não houve denúncia nesse caso, a avaliação da mãe de Rosa se limitou ao NECASA:*

Eu acho que depende de ser divulgado, para que as pessoas tenham mais onde abrir seus problemas, abrir a mente, ter acompanhamento (...). Assim, poderia ajudar muitos adolescentes, muitos pais de família. Às vezes, a gente precisa de uma ajuda e não sabe por onde começar, não sabe onde ir, não tem como procurar uma orientação. Ainda mais quando a gente é carente, o acesso ainda é menor, faltam pessoas para dar uma orientação melhor.

A mãe de Ana já assumiu que só denunciou o agressor da filha porque este não manteve segredo conforme ela lhe propôs e esparramou entre os parentes e vizinhos os fatos relacionados ao abuso. Para ela, os problemas da filha e da família existem também em decorrência dos comentários dos vizinhos, enfim, da quebra de privacidade:

Ela se afastou de mim, procurou ver a vida diferente, perdeu aquele encanto que ela tinha, porque ela tinha muitos projetos, casamento, queria casar na igreja (...) Ela diz que a vida perdeu o sentido. De vez em quando, ela fala isso, que queria ter a festa de quinze anos e depois não quis mais. Hoje, ela é uma pessoa adulta com corpo de criança. Então eu sinto falta dela, eu sinto falta da Ana de antes. Inclusive, ela não tem mais as amigas que ela tinha na escola. Apesar de que a escola não revelou isso (...), mas a vila inteira ficou sabendo. Tentei vender a casa, mudar de setor, mas é difícil. A gente pega um dinheiro que depois não dá para comprar em outro lugar. E ela aceitou, disse: - não mãe, eu não faço mais questão não, vou fazer de conta que eu não estou escutando. O pessoal não fala diretamente, mas olha com crítica, porque quando acontece uma coisa assim.

A avaliação que a mãe de Ana faz das instituições apresenta-se mediada pelos sentimentos decorrentes da exposição de sua vida privada:

Olha, eu tenho acompanhado o inquérito, está devagar, como tudo neste país, em relação a qualquer coisa desse tipo, principalmente no caso de Ana que já fazia muito tempo. 03 anos é difícil para procurar dados, tem que ter testemunhas (...). Agora sobre assistência psicológica, sobre assistência social, essas coisas, eu acho que se ela tivesse continuado, tenho certeza que ela estaria uma outra Ana, com o pensamento melhor, no futuro. Porque, como eu já disse, não tenho muito tempo para conversar com ela. Às vezes, a gente está tão cansada que não consegue nem conversar (...). E agora que estou estudando à noite tempo é que não tenho mesmo (...). Sempre eu procuro ir lá na escola, conversar com a diretora. Antes de começar as férias, eu conversei com a diretora, com a supervisora e elas sempre perguntam como está a Ana e tudo mais. Mas a escola mesmo nunca procurou a gente lá em casa para ver como é que ela está indo. Sou eu sempre que procuro a escola (...). Psicologicamente, ninguém nunca procurou ajudar na escola, não. Somente isso aí que já agradeço muito deles terem aberto meus olhos, porque eu estava cega, estava mais para o lado do irmão dela (...). Foi através do Conselho Tutelar que eu a levei ao NECASA, porque na escola nunca me informaram nada.

O caso de Ana foi o que mais contou com a co-responsabilização da escola no sentido de quebrar o silêncio em torno do abuso sexual. Mesmo assim, as críticas mais enfáticas são justamente aquelas dirigidas à escola que a adolescente frequenta. Até a lentidão da justiça foi justificada pela demora em denunciar, provocada pelo prolongado silêncio de Ana. Esses sentimentos em relação à escola podem estar vinculados exatamente ao seu papel exercido, que praticamente levou ao fim do segredo. Não se deve esquecer que essa mãe, a par do apoio que ofereceu à filha, buscou de todas as maneiras manter o segredo, pelo menos ao nível de sua família compreendida de forma restrita. Apesar de não ser tão explícita quanto a mãe, Ana deixa transparecer que tanto

sua família como a escola falharam ao não lhe oferecerem educação sexual: *“quando eu recebi foi muito tarde. Minha mãe falava tudo, mas depois que já tinha acontecido”*.

A última mãe a discutir o “despertar da família” para os acontecimentos ligados aos abusos sexuais foi a mãe de Virgínia, que enfatizou as reações do marido:

Meu marido ficou muito agressivo, brigava muito com ela, brigava muito comigo, parece que ele queria que eu fosse culpada. Então, eu acho que isso aí para mim foi o fim do mundo, porque se eu tivesse culpa na história, não tinha acontecido, porque jamais eu ia deixar acontecer uma coisa dessas com a minha filha, com uma pessoa que é parente de casa, se estivesse ao meu alcance (...). Porque uma mãe que trabalha e que criou os filhos praticamente sozinha desde que eles eram pequenos, que ficou viúva com 19 anos, que trabalha honestamente, como iria deixar um horror desses, que para mim é um crime maior do mundo, pior do que matar. Por isso, eu sofro até hoje, nunca consegui liberar meu coração, meu coração é trancado (...) Mas meu maior problema foi porque ele achava que a gente era culpada de tudo que aconteceu, tinha obrigação de não ter deixado acontecer. Então, (...) procuramos a justiça. Mas antes ele queria fazer justiça com a gente, sendo que não era bem assim.

Dentre as mães entrevistadas, a mãe de Virgínia é a única cuja filha realiza tratamento psicanalítico no NECASA. Daí que sua avaliação das instituições em geral seja positiva, com exceção apenas para a lentidão da justiça: *(...) ela adquiriu assim um comportamento extraordinário, está bem segura, bem confiante depois do tratamento. E, em relação à justiça, está muito devagar, eu queria que ela fosse mais para frente. O colégio também ela está bem adiantada, está muito responsável.*

Virgínia também é solicitada a avaliar as instituições, porém limita-se a falar sobre a polícia: *Se eu chegar a ter novamente algum problema, vou evitar procurar à polícia, pelo menos a Delegacia da Mulher, porque eu os procurei, dei meu depoimento e eles não tomaram nenhuma providência, não fazem nada.*

3.5. O impacto da revelação no cotidiano das famílias e suas conseqüências

É uma forma de desabafar, de querer encontrar alguém para ajudar. Foi muito bom ela ter falado. (Beatriz, mãe de Fátima).

Conhecer as conseqüências da violência sexual nas famílias pesquisadas implica também penetrar na natureza dessas famílias, que, ao se encontrarem em situação particular (de violência sexual), não se constituem social e economicamente de

forma diferente de outras que sobrevivem em condições análogas. É preciso, portanto, compreender as categorias morais que orientam a organização de suas vidas, uma vez que elas incidem diretamente no processo de socialização das meninas que são os sujeitos da pesquisa. A importância das condições de vida das famílias aponta para o caráter universal das categorias trabalhadas que, embora restritas do ponto de vista quantitativo, guardam universalidade porque são expressas através dos valores morais e religiosos que podem ser percebidos pela esperança da justiça de Deus, pelas idéias de família pobre, porém honesta, dentre outras.

Perceber essas categorias como universais, presentes no universo de valores das demais famílias brasileiras pobres, não pretende a defesa de uma homogeneidade cultural e tampouco de autonomia da cultura. Concorde-se com Sarti (1996:25) quando procura ressaltar a necessidade de entender o significado mais abrangente dos fenômenos que expressam os valores, normas e idéias que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens nas sociedades. É importante percebê-los em sua relação com as estruturas de dominação que constituem essa sociedade, identificando as nuances, os matizes e as especificidades que dão significados à relação, sem reduzi-la à mera reprodução.

No primeiro capítulo deste estudo, foi discutida a influência da religião enquanto mediação importante na constituição dos valores repassados às crianças e adolescentes. Tais reflexos foram identificados em inúmeras práticas vinculadas ao processo de socialização das adolescentes, na transmissão das regras. Porém, a maior intensidade da influência do cristianismo pode ser observada em relação aos sentimentos que as mães relatam possuírem pelos agressores de suas filhas. Quando falam de suas expectativas, quase sempre evocam sentimentos de generosidade, perdão ou entregam a Deus a função de promover a justiça.

A opinião das mães e das meninas quanto ao fim do segredo na família e fora dela, em outras palavras, a partir de sua discussão em uma instituição de saúde como o NECASA, deve ser analisada buscando entender os mecanismos utilizados para dar continuidade à vida após o desvendar dos fatos. Como as famílias se comportam sem a ajuda do mito da família enquanto "locus" privilegiado de proteção das crianças, enfim, como sobrevivem frente à revelação dos fatos?

Coerente com a postura assumida desde o início da entrevista, a mãe de Rosa demonstrou sua contrariedade com a decisão da filha. Para ela, o fim do segredo não trouxe nenhum benefício: *piorou e por qualquer coisa brigavam. Ela jogava na cara dele e começou a ficar rebelde (...)*. A mãe de Rosa alterna sua opinião diante dos abusos: ora responsabiliza a filha, ora duvida de suas denúncias. A especificidade da postura dessa mãe reflete-se na condição também especial de Rosa, que é a única a afirmar que, ao contrário, depois que revelou o abuso, piorou inclusive nos estudos. *Antes eu era mais esforçada, acho que até para provar que era boa em alguma coisa.... Porque eu me sentia ruim e má por aquilo. Então, eu me esforçava muito.* Em momentos diferenciados da entrevista, Rosa fala da suspeita que tem quanto à possibilidade de a mãe não acreditar em sua denúncia. Vincula sua suspeita ao amor intenso que a mãe demonstra em relação ao filho mais velho. Em decorrência, sentindo-se rejeitada, muitas vezes fugiu de casa, causando preocupações à mãe. Agora, com a gravidez, procura conformar-se.

A mãe de Antonia que, assim como a de Rosa, sofreu abuso sexual na adolescência, procura olhar a situação de sua família a partir da perspectiva do bem-estar de sua filha, deixando, no entanto, evidente que, para sobreviver, é preciso restabelecer o silêncio rompido: *Foi bom ela ter falado aqui, porque no começo ela estava sentindo uma falta de ar muito grande. Acho que foi guardando tudo para ela (...), tinha vontade de conversar com alguém, expor tudo que ela sentia (...). Ela melhorou, para ela melhorou, Eu não importo de falar sobre isso.* Depois, contradizendo essa última afirmação, declara: *(...) não toca mais no assunto, nem ela, nem eu.* Para Antonia, acabar com o segredo entre ela e o padrasto significou também se livrar dos próprios abusos, pois, a partir da denúncia, houve a separação e a conseqüente liberdade: *quando isso aconteceu, eu vivia presa e agora também.... Mas, agora eu sou mais feliz. Antes eu não era feliz.* A felicidade para Antonia significa ter se livrado dos abusos do padrasto. Ela não consegue explicar por que, mesmo continuando presa no sentido de não ter liberdade para sair de casa, brincar com colegas, hoje é feliz, enquanto naquele tempo, por causa também de sua prisão, não o era. Na verdade, antes estava presa à violência do padrasto, impedida pelo medo das ameaças de contar à mãe o que estava acontecendo.

A mãe de Fátima não admitiu ter conhecimentos dos abusos sexuais que a filha sofreu na infância. Dessa forma, limita suas impressões à importância de colocar um

fim ao segredo familiar como um desabafo: *é uma forma de desabafar, de querer encontrar alguém para ajudar. Foi muito bom ela ter falado.*

A mãe de Virgínia narra a revolta inicial da filha frente à publicização de seus problemas para pessoas consideradas estranhas. Em contrapartida, deixa evidente o quanto a revelação em instituições como a escola e o NECASA beneficiou a filha:

Ela não queria que ninguém soubesse disso. Ficou numa revolta muito grande por termos contado. Inclusive nós tivemos que contar para a professora e a diretora da escola dela, mas ela ainda não sabe (...). Depois que contamos à professora, diminuiu as agressões, passou a ter mais compreensão, melhorou tudo nos estudos e esse ano ela está ótima (...). Antes, ela ficava pelos cantos chorando, as pessoas brigavam, chamavam a atenção dela, ela ficava mais revoltada ainda, falava que não queria ir mais no colégio, que não agüentava mais esse mundo (...). Então, depois que explicamos à professora que ela estava em um tratamento muito sério devido ao problema que tinha acontecido, pedi que ela tivesse um pouco de paciência. Graças a Deus melhorou muito! Ela cresceu, a cabeça mudou completamente. Até assim a responsabilidade dela mudou (...). Estou muito feliz com o tratamento dela.

Embora acredite que o segredo tenha sido descoberto somente na família e no NECASA, Virgínia compreende o significado desse rompimento, aliado em seu caso ao tratamento psicológico: *antes eu não conseguia prestar atenção nas aulas, não conseguia fazer nada (...) eu ficava só nos cantos, procurava ficar encostada, pensando naquilo, e às vezes eu não conseguia fazer nem a prova direito, pensando... pensando.* Em outras circunstâncias, Virgínia ressalta seu atual bom desempenho escolar, que pode ser verificado através de suas excelentes notas e na sua eleição para representante da sala.

Se, ao tomar conhecimento dos fatos ligados ao abuso sexual de que a filha fora vítima, a mãe de Ana procurou de todas as maneiras evitar a publicidade, através inclusive de um pacto com o agressor, ao relatar a importância do fim do segredo, ela enfatiza as seguintes circunstâncias:

Eu acho que isso só veio à tona porque o pessoal da escola percebeu a diferença nela, chamou meu marido e ele a pressionou, disse que ela tinha que falar (...). Então, eu acho que foi isso aí... ela falou porque não tinha mais jeito de esconder (...). Ela vivia muita presa, assim dentro dela mesma, não tinha mais ninguém para falar.... e aquilo uma hora iria explodir, seja para a gente seja para uma colega ou até mesmo na escola. Ela prendeu muito, três anos é muito para uma criança de onze anos. Eu acho que ela foi uma pessoa muito forte para segurar isso. Eu mesma não consigo.

As palavras dessa mãe dão conta da inevitabilidade do rompimento - um dia, com certeza, ficariam sabendo. Dessa forma, tenta-se consolar diante de uma situação que poderia ter sido pior, poderia, como ela diz, ter explodido com uma colega ou na escola. Tanto para ela, quanto para a filha, a curiosidade das pessoas incomoda muito: *porque minha mãe contou para a diretora da minha escola, porque ela estava doida para saber mesmo. Aí, ficou sabendo (...).*

As meninas cujas mães não participaram das entrevistas foram: Patrícia, Juliana, Marina e Alice. Por isso, serão analisados somente seus relatos que procuram refletir, principalmente, as conseqüências da violência em suas vidas.

Na história de Patrícia, encontram-se o abandono, a violência sexual, a violência física, a gravidez. Depois de abandonada pela família, aos seis anos de idade, em Marabá, no Estado do Pará, veio para Goiânia, dando continuidade à sua vida de violência:

Eu estava muito bêbada, mexia com droga e aí abusaram de mim, um dos meninos (...). Só fiquei sabendo depois, pois o irmão dele me falou (...). Eu queria abortar, só que a pessoa que eu namorava não deixou. Aí ela nasceu, a gente ficou uma semana juntas, eu e minha filha. Depois, a tia lá do abrigo tirou a pessoa que eu estava namorando de mim. Eu fui atrás dessa pessoa e deixei minha filha, perdi ela. Quando eu voltei, já não podia mais dar mamar para ela, porque fiquei na rua um monte de tempo (...) bebia muito. Vi uma menina que morava no abrigo e perguntei para ela como estava minha filha. Ela respondeu que eu não tinha mais chances com ela, que eu estava muito bêbada. Aí falei assim: - é bom então vocês não trazerem ela aqui, porque se não vou torcer o pescoço dela igual torce de galinha. Ela contou para a tia do abrigo, a tia contou no Juizado, então esconderam ela de mim, com medo que eu matasse ela (...). Ela foi adotada, mas daqui três anos, querendo eles ou não, vou pegar minha filha e, mesmo sendo do jeito que eu sou, mereço minha filha, ela nasceu de mim, vou lutar por ela.

Essa disposição de lutar pela filha faz parte de seu projeto de mudar sua condição: deixou as ruas, as drogas e assumiu outra opção sexual que, em seu entendimento, é uma decorrência do abuso sexual que sofreu na infância. Para ela, tais conquistas só estão sendo possíveis porque falou principalmente sobre a violência sexual que sofreu: *melhorei, eu era muito fechada, não me abria com ninguém, ficava sempre calada (...). Agora, falando um pouco de mim, melhorei.*

As demais meninas falam vagamente de suas condições após o fim do segredo e as conseqüências do abuso. Juliana lembra uma certa insegurança; Alice, de seu

estado depressivo, de suas crises de choro sem motivo aparente; e Marina evita a possibilidade de encontrar com o tio que a agrediu.

Falar sobre o abuso sexual apresentou-se para os sujeitos deste estudo como uma tarefa difícil, tanto para a menina quanto para sua mãe. Tais dificuldades são decorrentes das idéias que compreendem a sexualidade como algo que não deve ser discutido. Dessa forma, as famílias retiram a autonomia que as crianças e adolescentes poderiam exercer, recusando-se a permanecer submissas diante das ameaças dos adultos.

3.6. A reação externa: loucura, fantasia ou sedução?

Contei ao meu pai o que aconteceu com minha filha, mas ele não acreditou. Disse que eu e Antonia estávamos inventando, porque, pelo jeito do rapaz, ele não era capaz de fazer isso não. (Solange, mãe de Antonia).

Azevedo e Guerra (1988:21) associam o início do processo de condenação da participação sexual adulto-criança ao advento do cristianismo. Essa atitude baseou-se, de um lado, na concepção repressiva da sexualidade como prática impura, permitida somente para a finalidade da procriação e, de outro, na vinculação da infância aos ideais de inocência e pureza, de ser assexuado. Por perceber a criança de forma idealizada, a Igreja só foi assumir explicitamente a condenação moral das práticas sexuais entre adultos e crianças, inclusive o incesto, a partir do século XVII. No entanto, gradativamente, a Igreja foi perdendo seu poder moral e, conseqüentemente, a eficiência dessa condenação se reduziu, obrigando, dessa forma, o Estado a assumir, em seu sistema jurídico, o fenômeno como prática criminosa.

Ainda de acordo com as autoras, duas tendências prevalecem nos tempos atuais: no primeiro caso, a condenação encontra-se sob a capa da 'compreensão científica' do fenômeno. O relacionamento adulto-criança é um ato 'desviante' - reprovável, mas com explicações na condição psicopatológica do agressor; no segundo caso, é concebido como resultado da natureza sedutora e perversa da vítima enquanto mulher. Elas lembram que a literatura internacional traduziu, através da Lolita, a idéia da ninfeta demoníaca, hábil na arte de seduzir os homens e que, muitas vezes, faz parte das

representações dos indivíduos e grupos e servem para justificar a participação de adultos em práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

Em geral, nos fenômenos em que a violência é utilizada como mecanismo ou como mediadora para a reprodução de certas práticas ou idéias, pode-se encontrar o processo pelo qual se tenta inverter os argumentos explicativos. Transformar a vítima em réu não constitui um privilégio daqueles que abusam ou justificam abusos sexuais de crianças. Também os que espancam os filhos o fazem sob o argumento da necessidade de “consertar” a natureza das crianças, corrigi-la. Em outras palavras, a criança, sua natureza difícil são sempre responsáveis pela violência que sofrem.

No universo desta pesquisa, mesmo em relação às mães, houve dúvidas, justificativas para o agressor, tentativas de manter o segredo dos fatos, enfim, desenvolveram-se atitudes que visavam quase sempre a manter o segredo nos limites do mundo familiar. Porque a revelação do abuso sexual para indivíduos ou grupos fora desse limite significa a exposição da criança, e até da família, a um processo de julgamento valorativo que tem por base o senso comum.

Das 05 mães entrevistadas, 03 disseram que ninguém ficou sabendo fora da família ou de instituições como a escola, NECASA. Entre as 02 cujo segredo fugiu dos estreitos limites dos membros da família, está a mãe de Antonia, que relata a seguinte reação: *contei ao meu pai o que aconteceu com minha filha, mas ele não acreditou. Disse que eu e a Antonia estávamos inventando, porque pelo jeito do rapaz ele não era capaz de fazer isso não.* Para uma melhor compreensão da postura assumida pelo avô de Antonia, é importante lembrar que sua mãe também fora vítima de abuso sexual na adolescência. Quando estava com 13 anos, seu avô materno tentou violentá-la. Além disso, a dinâmica da família da mãe de Antônia era de violência, que pode ser percebida em seus relatos: *da minha família nunca recebi carinho, sempre fui espancada.* Nesse sentido, sua socialização inicial (familiar) ocorreu em um clima de insegurança e falta de proteção. A continuidade dessa dinâmica na constituição de sua própria família pode ser percebida quando a mãe de Antônia admite sua incapacidade em romper com ela: *eu sou muito de gritar de exigir, sei que não deveria, mas eu não consigo.*

Bandeira & Almeida (1999:156) discutem vários pressupostos na construção da lógica da violência em famílias onde abusos sexuais são perpetrados. Um desses pressupostos indica que tudo tem início com a percepção de uma atmosfera doméstica

tensa, pesada, um clima de desconfiança e de insegurança, onde predominam formas pouco explícitas de comunicação entre os familiares, tais como insinuações, olhares e jogos; onde não existe clareza ou distinção dos espaços domésticos, ou das demarcações de territórios dentro de casa; onde não há sequer limites simbólicos entre os quartos, os leitos são de uso comum, os banheiros não garantem a intimidade; onde a privacidade não é respeitada.

Ainda de acordo com Bandeira & Almeida (1999:158), em famílias dessa natureza, as crianças convivem em ambientes onde o corpo infantil ou adolescente não é reconhecido como tal, transforma-se em objeto de uso e abuso. Associado a isso, as crianças vivem expostas a práticas de subserviência, sujeitando-se à obediência rígida, sobretudo em relação à figura masculina, seja pai, padrasto, tio, etc, que as mantém sob os efeitos do medo, da ameaça.

A consideração da dimensão do segredo nessas famílias também é importante, uma vez que, quebrado a nível interno, resta a necessidade de mantê-lo somente entre as pessoas de casa. Quando essa condição foge ao controle, é preciso enfrentar as reações dos vizinhos. Nos relatos da mãe de Ana, percebe-se essa dificuldade:

As pessoas daqui reagiram muito bruscamente, como se não tivessem sentimentos (...). Porque a gente aqui às vezes conhece um vizinho apenas porque as paredes são coladas. Aí, ouve falar o nome e aprende. Mas a gente nunca procurou entrar em contato, ficar de papo com vizinho não (...). Eu não tenho tempo, a Ana é mais cuidando da casa, Roberto sempre foi mais viajando (...). Por isso, o pessoal da vila acha que a gente é pobre metido a rico, mas não é (...). Então, eles achavam que era porque a gente queria ser melhor que eles, mas é porque nós temos a nossa comunidade, onde nos entrosamos (...). Os hábitos do pessoal daqui são diferentes do nosso, eles não procuram a igreja, só querem estar em festas, bares...Eu procurei educar meus filhos de outra maneira. Aí quando isso aconteceu, disseram: - Ah! Porque o que adiantou isso, agora tem uma filha estuprada dentro de casa. São essas coisas que eles falam.

Para Heilborn (1997:327), as dificuldades que as famílias enfrentam com a vizinhança podem ser reflexos dos padrões culturais que ordenam a família e, por conseguinte, as relações entre os sexos na sociedade brasileira, a partir do que se denomina 'cultura mediterrânea'. Essa expressão diz respeito a certos traços de organização do parentesco e da moral comuns a algumas regiões da Europa e do Norte Africano, remetendo à existência de um complexo simbólico ordenado em torno dos valores de honra e vergonha, configuração cultural que diz respeito ao termo conhecido

como machismo latino. Para a autora, a categoria machismo registra a idéia de prestígio e extremado poder masculinos, cujo exercício está no controle da moral feminina. Dessa forma, a masculinidade é medida pela capacidade de cada sujeito manter sua honra, que por sua vez está vinculada à conduta da mulher. Espera-se, portanto, das mulheres, um comportamento recatado e submisso perante a autoridade masculina; a honra feminina é acatar os ditames da vergonha.

Dentro dessa concepção, a conduta "inadequada" da menina/mulher constitui ameaça ao seu grupo familiar, e envergonha todos, principalmente os homens da família, tais como: pai ou padrasto, irmão, etc. Essa cultura machista faz entender o quanto a mãe de Ana preocupou-se em impedir a divulgação do abuso sexual, ao contrário do abusador de Ana, que fez questão de contar aos vizinhos e parentes, procurando inclusive inverter os papéis, responsabilizando a menina pelos fatos.

3.7. O agressor no contexto das famílias

Eu não desejo nada de mal para ele. Eu oro por ele (...) Olha, se ele tivesse cumprido o pacto que eu lhe fiz, de manter a boca fechada, hoje talvez a gente estaria bem (...). Hoje eu não tenho nem um pensamento negativo para o lado dele não (...), não desejo mal para ele. Se eu pudesse resolver tudo sem machucar ninguém, eu resolveria, porque afinal é parente do meu marido. (Rute, mãe de Ana).

A utilização da categoria violência neste trabalho considerou sua complexidade. As reflexões teóricas que tendem a localizar a violência, especialmente a violência sexual em sua dimensão meramente individual e/ou patológica, acabam por não incluir em suas análises as mediações, as representações e práticas produzidas social e culturalmente.

Dentre os pressupostos definidos por Bandeira (1999:360) como essenciais para abarcar a compreensão dos autores de violência sexual, destaca-se sua conceituação enquanto ação que envolve um determinado nível de racionalização que, embora obedeça a impulsos, não significa a completa irracionalidade do indivíduo, mas a existência de um conflito entre a razão e o que se poderia chamar de (des) razão. Para a autora, as pessoas conhecem os códigos de condutas sociais, os papéis e as interações que lhes são permitidos. Portanto, ao praticar um estupro, um abuso sexual, enfim,

qualquer ato de violência sexual, o agressor tem consciência de romper, de transgredir as regras sociais.

Para (Bandeira:1999:365) outro pressuposto é a relação associativa entre a prática do estupro e a possibilidade do uso do poder e da força, entendidos como formas de dominação, de coerção e de manipulação. É claro que tal pressuposto não pode ser generalizado. Contudo, os próprios relatos das adolescentes ou de suas mães deixam evidências entre a prática do abuso sexual e a utilização de formas de coerção, quase sempre sob a forma de ameaças:

(...) Então, eu acho assim, que ela só ficou calada por causa das ameaças que ele fazia: - se você contar para sua avó, eu vou jogar sua avó contra você, fazer com que ela lhe dê uma surra, e ainda vou te bater também. Depois ainda vou te pegar e te matar, cortar seu pescoço, jogar você no meio do mato. Ninguém vai descobrir nunca. (mãe de Virginia).

Percebida por este ângulo, a violência não faz parte da natureza humana, não é espontânea nem inevitável. Como confirma Bandeira (1999:370), o que há são ações e significados da cultura construídos, instituídos, socializados e ressignificados nas estruturas mentais e sociais, que acabam por prevalecer e incorporar-se como significações normatizadas que determinam a constituição da relação cultura-violência e vice-versa.

A questão do poder encontra-se presente nas relações adulto-criança, fora e dentro das famílias. As diferentes maneiras com as quais os indivíduos, grupos e instituições lidam com a questão, o grau de autonomia e respeito no trato com as crianças são decorrentes de uma infinidade de fatores, como concepção de criança, de educação, etc. Entretanto, os fatores econômico e social também exercem influência, especialmente quando as famílias já sofrem as dificuldades inerentes ao lugar que ocupam no mundo do trabalho e ainda passam por rupturas em seu núcleo, alterando a ordenação da relação conjugal e, conseqüentemente, a relação entre pais e filhos.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias pobres, Sarti (1996:46) enumera aspectos que dizem respeito aos deslocamentos das figuras masculina e feminina, como nos casos em que a mulher, ao assumir a responsabilidade econômica da família, provoca mudanças no jogo das relações de autoridade. A autora lembra, entretanto, que nem sempre, ao perder o papel de provedor da família, o homem deixa de

ser identificado com a autoridade, o responsável por conferir respeito. Esse papel de guardião da moral fundamenta-se também na representação social dos sexos, que identifica o homem como a autoridade moral da família. Para ela, o papel fundamental da mulher na casa ocorre dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria idéia de família, representando de forma hierárquica a autoridade maior. Essa autoridade masculina não se realiza obrigatoriamente na figura do pai biológico. As rupturas conjugais, as mortes, as instabilidades provenientes do trabalho levam as famílias a envolverem a rede familiar de forma mais ampla, principalmente durante o período de crescimento dos filhos.

Essa perspectiva de análise da autora encontra-se de acordo com as situações identificadas no contexto das entrevistas realizadas para o presente estudo. A ausência do pai biológico e a autoridade conferida muitas vezes a um indivíduo do sexo masculino com ou sem vínculos sanguíneos, como padrasto, marido da tia, tio, irmão mais velho, atuaram como elementos facilitadores do abuso sexual ou da manutenção do silêncio a seu respeito.

Dentre as 09 adolescentes entrevistadas, somente 01 não possui vínculo de parentesco com o agressor. Trata-se de Alice que, desde o início, apresenta particularidades em sua condição. Sua relação com o agressor foi estabelecida a partir da freqüência à mesma escola e ao uso de drogas. Sua família o conhecia por residirem em uma cidade do interior onde todos se conhecem.

Entretanto, quanto às demais, todas possuem vínculos com os agressores, sejam eles sanguíneos ou afetivos, decorrentes de situações conjugais da própria mãe, ou de outras pessoas da família. Marina e Juliana foram agredidas pelos respectivos tios paternos; Virgínia, pelo marido da tia materna; Rosa e Patrícia, pelos respectivos meio-irmão e irmão; Fátima e Antonia foram agredidas pelos padrastos; e Ana foi agredida pelo primo do padrasto.

O tempo de duração dos abusos sexuais é uma variável importante para a análise dos níveis de autoridade que os agressores das crianças possuíam no interior das famílias. Manter o silêncio e as agressões durante anos e anos é diferente da prática de apenas uma agressão. Nesse sentido, existem situações diferenciadas: enquanto Patrícia e Ana foram agredidas somente uma vez, os abusos sexuais contra Virgínia duraram 02 anos e 07 meses e se iniciaram quando ela estava com 06 anos, permanecendo até aos

09 anos. Rosa sofreu durante 02 anos os abusos sexuais e os espancamentos realizados pelo irmão, cuja autoridade foi outorgada pela mãe. Alice, Marina e Fátima não se lembram. Sabem, porém, que foram várias vezes, enquanto que Juliana foi agredida três vezes. Antonia lembra apenas que as agressões ocorreram durante alguns meses, até que sua mãe, alertada pelos vizinhos, rompeu o relacionamento com o marido, livrando-a da violência.

A complexidade das relações nas famílias de crianças vítimas de abuso sexual reside justamente nos vínculos já existentes entre os agressores, as crianças e suas mães. Antes do rompimento da lei do silêncio (com exceção do caso de Virgínia, cuja mãe enfatiza a antiga desconfiança que sempre nutriu em relação ao cunhado), em geral as mães relatam a confiança que depositavam nos agressores que, via de regra, faziam parte do cotidiano de suas famílias. É preciso, no entanto, compreender que a educação que as mães receberam não as ajudou a romper com a submissão. No contexto dessas mulheres, o próprio fato de perceber os fatos significaria um certo nível de contestação da autoridade masculina, para a qual muitas vezes não estavam preparadas. Essa condição das mulheres é refletida por Sarti (1996:48): *O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é a família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade.* Dessa forma, admitir a agressão do marido ou de qualquer outro indivíduo do sexo masculino, representante da estrutura moral de sua família, cuja autoridade desde muito cedo ela aprendeu que deve respeitar e temer significa romper com todo o arcabouço de concepções que até aquele momento dirigiu sua maneira de pensar e agir. Não se trata, portanto, de romper com o agressor, mas com as representações que se tem do homem como o guardião da moral familiar.

Em suas narrações sobre os sentimentos e expectativas que nutrem em relação aos agressores das filhas, as mães expressam muitas ambigüidades:

Ah! ele foi preso! Goianésia, por ser uma cidade pequena, todo mundo soube. Eu o abandonei e a família dele, por ser muito rígida, deve estar jogando na cara dele sempre... Além disso, ele demorou a arrumar serviço, pois todo mundo sabia da história. Então, eu acho que o que ele sofreu já foi suficiente. Agora, só Deus mesmo para resolver o resto. Tenho muita pena dele e raiva ao mesmo tempo. Pena pela fraqueza da cabeça dele (...). Eu peço a Deus que ilumine o coração dele para que nunca mais ele faça isso, e que nunca mais me veja nem veja minha filha. Eu quero que ele fique distante de mim e de minha filha principalmente. (mãe de Antonia).

A mãe de Antonia utiliza-se de dois eixos para explicar os acontecimentos e justificar o perdão que ela concedeu ao agressor: no primeiro, procura enfatizar os sofrimentos pelos quais o agressor passou depois que os fatos foram revelados. No segundo, entrega a responsabilidade da justiça a Deus, além de ressaltar os motivos que o levaram a agredir sexualmente sua filha, identificando uma hipotética *fraqueza da cabeça dele*.

Dessa forma, as mães que sofreram abusos sexuais em suas adolescências, no enfrentamento da agressão com suas filhas, permanecem ambíguas. A mãe de Rosa que como a de Antonia, viveu essa experiência, implicitamente duvida das palavras da filha e defende o agressor: *Eu vejo nele um homem normal, sério e até de boas atitudes, porque ele gosta demais de crianças, e eu não vejo, nunca vi nada de mal. Ninguém nunca chegou reclamando, nenhum vizinho, ele trata as crianças muito bem, todo mundo gosta dele. Eu vejo ele como uma pessoa boa, normal*. Em contrapartida, sua filha, Rosa, percebe suas dúvidas, o que lhe dificulta superar as conseqüências: (...) *parece que eu sou diferente das outras pessoas (...), é como se eu não fizesse parte da minha família, como se nada ali pertencesse a mim*.

A mãe de Fátima, que desde o início resistiu à idéia de admitir conhecer os fatos relacionados aos abusos perpetrados pelo marido, recorre a Deus em busca de justiça: *Eu não quero nem falar nada, porque Deus certamente já deu a punição. Há um tempo atrás ouvi dizer que ele tinha morrido. Se ainda estiver vivo, Deus é quem sabe o que ele merece, que ninguém tem o direito de julgar, por mais mal que faça a pessoa. Quem julga é só Deus mesmo*.

A mãe de Ana não foge à regra. Mesmo após denunciar o agressor e continuar acompanhando o processo em busca de uma justiça perfeitamente possível de ser realizada através das instituições, entrega também a Deus a concretização da verdadeira justiça:

No começo eu me revoltei. Mas, depois que tudo passou (...), eu não desejo nada de mal para ele. Eu oro por ele, pode ser estranho, mas eu oro muito mais por ele do que por mim mesma. Porque ele é casado e ele tem uma filha e eu não quero que ele passe pelo que eu estou passando. Olha, se ele tivesse cumprido o pacto que eu lhe fiz, de manter a boca fechada, hoje talvez a gente estaria bem (...). Hoje eu não tenho nem um pensamento negativo para o lado dele não (...), não desejo mal para ele. Se eu pudesse resolver tudo sem machucar ninguém eu resolveria, porque afinal é parente do meu marido.

A mãe de Virgínia acredita que a justiça de Deus não anula a importância da justiça dos “homens”: *Para mim ele não existe, não tenho coragem de fazer nada contra ele. O que eu quero é justiça, tanto a da terra como a divina, porque tudo que se faz aqui tem que pagar (...). Também não quero que caia em cima das filhas dele não. O erro que ele fez, ele é quem deve pagar (...).*

Diferente das outras mães entrevistadas, a mãe de Virgínia adota concepções que vão de encontro às análises realizadas por Sarti (1996:62). Para essa autora, a família, para os pobres, limita-se àqueles em quem se pode confiar. Essa delimitação não se vincula aos laços sanguíneos. Seus limites estão voltados para os indivíduos com quem convivem ou conviveram, raramente passando dos avós. A inexistência de fortuna, poder ou ‘status’ a ser transmitido através de herança contribui para que se defina a extensão da família como uma rede de obrigações. Assim, são da família aqueles com quem se pode contar, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, com quem se tem obrigações. A noção de família define-se em torno de um eixo moral. O seu rompimento com essas fronteiras sociológicas significa romper com os princípios que a fundamentam, ou seja, indispor-se às obrigações morais define a expulsão do grupo familiar.

Nessa perspectiva, aquele que agrediu sexualmente uma criança ou adolescente da família rompe radicalmente com suas obrigações morais. Daí não haver nenhuma necessidade de considerá-lo seu membro, independente dos laços de parentesco ou das “fraquezas de sua cabeça”.

Também as concepções sobre o uso de drogas e bebidas alcoólicas costumam apresentar ambigüidades. Enquanto, para alguns, o efeito de qualquer droga é atenuante, para outros, constitui sério agravante. Nesse sentido, buscou-se a resposta das mães sobre tais hábitos dos agressores de suas filhas. Somente duas mães confirmaram o hábito de bebida alcoólica nesses indivíduos. São justamente as mães de Fátima e de Antonia, ambas casadas com os respectivos agressores na ocasião dos abusos. A mãe de Virgínia enfatiza a lucidez do agressor: *Ele não usa álcool, nem droga não. Tudo que ele fez, fez pela própria mentalidade dele, com vontade de fazer mesmo, porque não presta. Quando o cara bebe, se droga, aí você tem uma desculpa, mas e agora?*

As circunstâncias descritas pelas mães e pelas adolescentes deixam evidente o quanto as mulheres em geral, e particularmente as crianças e adolescentes do sexo

feminino, estão expostas à violência tanto física quanto sexual. Saffioti (1997:154), ao discutir a tendência de cronificação da violência intrafamiliar trabalha com a hipótese de existência de um vínculo muito forte entre a pulsão de morte e o exercício da sexualidade tal como ocorre na sociedade falo-logo-cêntrica, pois, o falologocentrismo constrói as relações afetivo-sexuais de modo a nelas nuclear o poder. Para essa autora, o vínculo da sexualidade com o poder e a pulsão de morte não se refere somente à sexualidade "stricto sensu", mas também à sexualidade "lato sensu". Nesse sentido, suas explicações dão conta de relações violentas não apenas entre parceiros sexuais, mas também entre pais e mães, de um lado, e filhos e filhas, de outro. Quer se esteja lidando com um caso quer com outro, são grandes as probabilidades de a violência doméstica rotinizar-se, uma vez que as pessoas têm convivência cotidiana.

Ainda de acordo com Saffioti (1997:166), apesar da grande incidência de relações familiares violentas, nada autoriza a conclusão de que os perpetradores de agressões, inclusive sexuais, sejam indivíduos anormais. A idéia de que o homem violento seja um louco, doente, alcoólatra, constitui um mito. Para ela, o problema da violência não reside nas pessoas, mas na gramática sexual que regula as relações não somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens. A agressividade de que são portadores os seres humanos, enquanto força propulsora, pode ser bastante positiva. O negativo é sua transformação em agressão. Esta transformação é viabilizada pela chamada gramática sexual, que legitima o exercício do poder por parte dos homens, poder que, muitas vezes, se expressa através da violência física e sexual.

Em suma, todos esse elementos que se articularam no interior das famílias das meninas entrevistadas e as fizeram prisioneiras do medo, isolando-as socialmente através do silêncio, foram produzidos por inúmeros fatores culturais, sociais e individuais que, embora tenham emergido particularmente nessas famílias, remetem a um universo amplo, pois os aspectos educacionais, éticos e morais utilizados são constituintes da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FAMÍLIA, VIOLÊNCIA E SILÊNCIO

Esse estudo tratou da experiência de meninas que, na infância ou adolescência, sofreram abusos sexuais praticados por indivíduos que estavam ligados à suas famílias por consangüinidade ou aliança e, enquanto tal, ocupavam, diferentes lugares dentro da estrutura familiar.

Ao tomar adolescentes cuja vitimização sexual havia sido revelada há pouco tempo, contou-se com a possibilidade de trabalhar com fatos ainda não envoltos pelo esquecimento. Mesmo quando a violência havia acontecido há muitos anos, o silêncio rompido recentemente apontava para a atualidade dos efeitos do abuso sexual e dos processos inerentes à socialização, possibilitadores da manutenção do segredo, que, a par de sua eficácia, não pode ser completamente ocultado e se revelou nos comportamentos das meninas, tanto no âmbito doméstico, quanto nos espaços da escola amigos, vizinhos, etc., exigindo providências, possíveis somente fora da esfera intrafamiliar.

Trabalhou-se, portanto, com a memória das adolescentes e de suas mães na reconstrução do passado. O tema da infância despontou como uma forma de explicação para atitudes e sentimentos experimentados no presente pelas mães das meninas ou das próprias meninas. Os relatos não descrevem o passado de maneira linear, mas pinçam esse passado aos poucos, num processo de associação entre hoje e ontem. A volta ao passado e o regresso ao presente de suas vidas permitiram recuperar a experiência de vida e perceber, além dos valores adotados pelas famílias, a perspectiva dos sujeitos enquanto grupo social.

Barros (1989:33), em seu estudo sobre *Memória e Família*, adota como paradigma a discussão teórica que compreende a transmissão da história familiar como uma mensagem, referida ao mesmo tempo à individualidade da memória afetiva de cada família e à memória da sociedade mais ampla, expressando a permanência do valor da instituição familiar. Para ela, a importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado advém do fato de a família ser, ao mesmo tempo, o

objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas.

Neste trabalho, a violência é tomada enquanto fenômeno incrustado em processos sociais diferenciados, compreendidos pelas histórias sociais de cada sociedade marcada por valores, ritmos e atitudes próprias, onde a violência afeta diferentes dimensões da vida, revelando sua natureza contraditória de conflitos e diferentes formas de agressões, muitas vezes de difícil detecção, porque ocupam a esfera da vida subjetiva e não somente do ato aparente e mensurável pelas seqüelas deixadas no corpo.

Nesse sentido, o abuso sexual não foi estudado isoladamente, mas na articulação de relações sociais gerais e específicas, em síntese, na relação de poder que exerce o adulto sobre a criança, como afirma Faleiros (1998:43), ao atuar como um processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre, mas da pessoa enquanto outro. Esse abuso do poder da força é, de fato, uma profunda desestruturação de uma relação de poder legitimado pelo direito ao diálogo, pela autoridade da maiêutica na dinâmica de ensino/aprendizagem mútua, vivida no questionamento comum do mundo e na construção da autoridade legítima.

Faleiros (1998:43) lembra ainda que a desestruturação do poder legítimo é a expressão da repressão e do autoritarismo. Suas conseqüências são, entre outras, a desestruturação do poder simbólico de proteção do adulto e do adulto parente, desestruturação dos referenciais culturais da família como formadora da identidade, da socialização e mesmo da ideologia da convivência familiar. Ressalta os valores do machismo, do patriarcalismo, da inferioridade de gênero.

Entre as voltas ao passado e o retorno ao presente, nas narrações feitas pelos sujeitos desta pesquisa essa condição aparece de forma nítida:

Tenho complexo de inferioridade. Parece que eu sou diferente das outras pessoas. Quando minhas irmãs souberam, elas passaram a me olhar de um jeito diferente, tanto que eu cheguei a fugir de casa. Às vezes, é como se eu não fizesse parte da minha família. (Rosa).

Se, antes de falar com a família a respeito dos abusos sexuais praticados pelo meio-irmão, Rosa encontrava-se diante de conflitos solitários, depois da quebra dessa

realidade silenciosa – ao ser inscrita no universo simbólico da fala, seu sofrimento, antes individual, adquire uma nova dimensão, uma legitimidade antes inexistente.

A violência sexual, como diz Suárez & Bandeira (1999:153), a violência sexual toma forma em cada indivíduo, mas nela estão inseridos os conceitos e as regras sociais que a norteiam no cotidiano, existindo, dessa forma, um cruzamento do individual com o social. Para as autoras, a violência sexual intrafamiliar não ocorre de repente, ao acaso, não é linear nem espontânea. Ao contrário, utiliza-se de enredos e de cenários produzidos nos próprios processos de sua construção. As condições e a lógica que a produzem são tramadas e produzidas arditosamente no interior da família. Essa prática, portanto, não é improvisada, não é um acidente. Ela se anuncia e é tecida de diferentes maneiras, com a utilização de códigos, sinais, mensagens e jogos que, instalados no seio da família, começam a atuar. Os componentes da ameaça, do medo e do segredo vão sendo incorporados pouco a pouco. Há um contexto de requisitos que vai se configurando, na esfera das relações que não apenas a torna possível, como possível em casos específicos.

Essas ações são realizadas pelo adulto (agressor) de forma consciente, racional, pois qualquer ato humano é um ato da razão, entendendo razão e racionalidade como sinônimo dos conteúdos de consciência. Salvo em casos nitidamente patológicos, em que a presença da consciência ou sua estrutura normal estão comprometidas, toda conduta é racional.

Os abusos sexuais abordados neste estudo são casos de violência contra a menina-mulher, ou seja, violência contra a criança e o adolescente, mas são também uma violência de gênero, muitas vezes aceita como prática que apresenta um certo grau de legitimidade no imaginário social. Bandeira (1999:362), ao discutir a questão de gênero, alerta para essa legitimidade dos homens, que os leva a se 'auto-atribuírem' liberdade e autonomia na configuração de suas relações sexuais com as mulheres. Para ela, basta observar as relações interpessoais, as estruturas mentais manifestas através dos códigos culturais, que produzem sentidos, legitimam e naturalizam o fato de os homens exercerem sua sexualidade mediante a dominação, controle e imposição de hábitos, vícios e comportamentos sexuais às mulheres esposas ou namoradas.

Se, por um lado, as concepções predominantes tendem a legitimar a violência sexual do homem em relação às mulheres, no universo desta pesquisa, em relação às

mães entrevistadas, observaram-se dois fatores: num primeiro momento, o sofrimento manifestado pelas adolescentes quando quebraram o silêncio que envolvia os abusos sexuais se constituiu numa reação natural frente à violência, merecendo assim atenção especial da família; em seguida, perdeu a legitimidade. Daí a sua reconstituição, que não se contrapõe, nesse sentido, à fala, mas à ausência de legitimidade do sofrimento.

Reconstituir o silêncio rompido significa recriar as condições que deram origem à violência. Em outras palavras, voltam a predominar, no interior das famílias, os mesmos elementos educativos que resultaram no segredo e na submissão: ausência de diálogo, inclusive acerca da sexualidade, concepções de superioridade do homem em relação à mulher e à criança, naturalização dos castigos, repressão a qualquer forma de autonomia.

Nesse sentido, como lembra Saffioti (1997:167) o caminho para uma sociedade menos violenta com relação ao gênero considerado socialmente inferior e à geração imatura consiste numa transformação radical das relações sociais. É preciso, pois, modificar a gramática sexual que rege estas relações, não apenas do ponto de vista formal, mas através do envolvimento de práticas sociais e políticas cotidianas, que incluem necessariamente as concepções educativas.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: Ed. UNB, v. 10, n. 2 jan. dez., 1995.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da Família. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. Trad. Nelson Coutinho. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida, 1985.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. et alii. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987.
- ARENDT, Hanna. *A Condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Da violência*. Trad. Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *Pele de asno não é só história... Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo: Roca, 1988.
- _____. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo, Iglu, 1989.
- _____. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

- _____. *A violência doméstica na infância e adolescência*. São Paulo: Robe, 1995.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência sexual, imaginário de gênero e narcismo. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). et alii. *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BANDEIRA, Lourdes & ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Pai e Avô: O caso de estupro incestuoso. In: SUÁREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Memória e família*. In: Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro: Ed. dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento*. 17ª. ed. Petrópolis: Vozers, 1999.
- BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 7ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANEVACCI, Massimo. (Org.) *Dialética da família*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) *A Família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1982.
- CHAUÍ, Marilena. Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 7ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COSTA, J. Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª. ed., 1986.
- CROCHIK, José Leon. Teoria Crítica e Ideologia. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. (Org.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *A violência doméstica na infância e adolescência*. São Paulo: Robe, 1995.

- DA MATTA, Roberto. A Família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. Rio de Janeiro: Ed. dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei Federal n. 8.069 de 1990.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Violência contra a infância*. In: Sociedade e Estado. Nº 2, Volume X, Jul/dez. 1995.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra criança e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. *Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: n. 2, janeiro a junho de 1998.
- FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- GOMES, Sônia Margarida & MORAIS NETO, Otaliba Libâneo. *Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992-1996)*. Goiânia: Cerne, 1997.
- HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher. (Org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX. 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. Trad. Hilde Conh. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Violência, poder e ordem social. In: Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. *Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: n. 2, janeiro a junho de 1998.
- LASCH, Christopher. *Refúgio Num Mundo Sem Coração. A família: santuário ou instituição sitiada?* Trad. Italo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- MARTINEZ, Ana Frota. *Educar e Instruir: olhares pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX*. In: RIZZINI, Irene. (Org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997.
- MONTEIRO, Luiza Pereira. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes em Goiânia*. Goiânia: UFG, 1997. (Dissertação de mestrado em Educação Brasileira). Mimeo.
- PENA, Maria Valéria J. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica*. Rio de Janeiro: Ed. dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989.
- POSTER, Mark. *Teoria Crítica da família*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1985.
- REZENDE, Anita C. Azevedo. *Fetichismo e subjetividade*. São Paulo: PUC, 1992. (Tese de doutorado). Mimeo.
- RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1993.
- RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. *A (Des) integração na América Latina e seus reflexos sobre a infância*. In: RIZZINI (Org.). *A Criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU, Ed. Universitária: Amais, 1997.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 14^a. ed., 1991.
- ROYER, Michèle. *As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo*. In: GABEL, Marceline. *Crianças vítimas de abuso sexual*. Trad. Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

- ROURE, Glacy Queirós de. *Família e violência: Historicidade de uma prática*. In: Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás. Goiânia: Ed. UCG, v. 26 n. 1, Jan./mar. 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha. Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, Felícia Reichu (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência*. São Paulo: PUC, 1996 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) Mimeo.
- SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- SARTI, Cyntia Andersen. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). A Família contemporânea em debate. São Paulo: 2ª. Ed., Cortez, 1997.
- VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo, Brasília: Cortez, UNICEF, 1994.
- ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ADOLESCENTES

1- IDENTIFICAÇÃO

- a) Nome:
- b) Data de nascimento

2) SITUAÇÃO ESCOLAR

- a) Está estudando atualmente?
- b) Qual a série?
- c) Em caso negativo, porque parou, em que série parou?
- d) Em caso afirmativo, tipo de escola: pública (estadual, municipal ou federal); privada ou conveniada
- e) Em que idade iniciou sua vida escolar?
- f) Como são seus professores?
- g) Como é a escola?
- h) Avaliação de seu papel de aluno: bom () regular () fraco ()
- i) Expectativas e sentimentos em relação aos estudos

3) TRABALHO

- a) Você trabalha?
- b) Em que?
- c) Qual o salário?
- d) Qual a idade que começou a trabalhar?
- e) Se não está trabalhando, dizer se já trabalhou, em que? E porque não está trabalhando?
- f) Expectativas e sentimentos em relação ao trabalho
- g) Em relação ao futuro, quais são seus projetos (estudo, trabalho, profissão, casamento, etc....).

4) TRAJETÓRIA DE VIDA

- a) Onde você nasceu?
- b) Já morou na zona rural?
- c) Que idade tinha quando mudou para Goiânia?
- d) Com quem você mora atualmente (pai, mãe, padrasto, madrasta, avós, tios....)
- e) Se não reside com os pais, há quanto tempo encontra-se fora de casa?
- f) Com que frequência visita a casa de seus pais?
- g) Se reside com a família, como ocorre a divisão do espaço físico, existem quartos para os filhos separados do quarto do casal?

5) COMPOSIÇÃO FAMILAR

- a) Quantos irmãos vivos você tem? (quantos homens e quantas mulheres)
- b) Quantos irmãos residem em sua casa?
- c) Em sua família você é: (filha única, primeira, segunda ou terceira filha)
- d) Em relação à disciplina dos pais, ela foi ou é: rígida, autoritária, violenta
- e) Pensando na maneira de seus pais corrigirem o que não acham certo, você diria que eles:
 - () batem (ram) muito?
 - () gritam (ram) muito?
- f) Você cumpre as normas recebidas? Em quais circunstâncias
- g) Como você diria que foi ou é a sua aceitação quanto às correções que seus pais fazem ou fizeram?
- h) Sua família participa de alguma igreja ou organização religiosa? Qual?
- i) Você frequenta alguma religião? Qual?
- j) Expectativas e sentimentos em relação à educação recebida em casa

6) SITUAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

- a) Qual era a sua idade quando menstruou pela primeira vez?
- b) Recebeu orientação da família ou da escola sobre sexualidade? Quais?
- c) Antes do abuso sexual teve algum namorado? E relação sexual, teve experiência?
- d) Em caso afirmativo, com quantos anos estava quando teve a primeira relação sexual?
- e) Preocupação com métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis antes do abuso sexual...
- f) Com quantos anos você estava quando sofreu pela primeira vez algo que possa ser considerado abuso ou agressão sexual?
- g) Quando foi? (dia, mês e ano)
- h) Com quem você falou pela primeira vez sobre o fato?
- i) Alguma pessoa de sua família ou próxima a ela, soube do assédio ou do abuso antes que você mesma resolvesse falar?
- j) Quanto tempo depois (dias, meses, anos), você falou sobre o abuso sexual?
- k) O que a levou a falar?
- l) Caso não tenha falado logo após a primeira agressão, quais os motivos levaram você a permanecer calada?
- m) Quais foram as atitudes tomadas pela pessoa que você falou sobre o abuso sexual?
- n) O abuso sexual se repetiu? Por quantas vezes? Por quanto tempo? (dias, meses, anos....)
- o) Em função do abuso sexual, houve outras formas de violências, tais como, espancamentos, chutes, queimaduras, etc..
- p) Houve ameaças por parte do agressor no sentido de evitar que outras pessoas ou instituições tomassem conhecimento do fato? Quais?
- q) Sentimentos em relação à violência que sofreu

7) AS CONSEQUÊNCIAS

- a) Você já ficou grávida? A gravidez foi consequência do abuso sexual?
- b) Em caso afirmativo, o que aconteceu?
- c) Depois do abuso sexual, você adquiriu algum tipo de doença? Quais? (físicas e emocionais)
- d) Em relação à escola, houve alguma alteração em seu desempenho depois do abuso sexual ter sido descoberto?
- e) Caso à escola tenha tomado conhecimentos dos fatos, como professores, diretor e coordenadores se comportaram diante da descoberta do abuso sexual que você foi vítima?
- f) E, seus colegas?
- g) Em relação à religião, você continuou como antes ou ocorreu alguma mudança (deixou de frequentar à igreja ou passou a frequentar com maior assiduidade)
- h) Caso as pessoas de sua igreja tenham tomado conhecimento do abuso sexual, qual foi a opinião que expressaram e como se comportaram?
- i) Caso tenham tomado conhecimento, como seus amigos(as) reagiram?
- j) Quanto ao relacionamento familiar, o que aconteceu depois do abuso sexual ter sido revelado? (fugas, prostituição, expulsão de casa de alguma pessoa da família, etc.)
- k) Depois do abuso sexual ter sido denunciado, aconteceram novas agressões? Em que circunstâncias e qual a natureza dessas agressões?
- l) Vida afetiva e sexual....
- m) Sentimentos e expectativas em relação às instituições (Justiça, NECASA, escola, etc...)

8) O AGRESSOR

- a) Existe algum nível de parentesco entre você e o agressor? Qual?
- b) Se você conhece a pessoa que abusou sexualmente: qual a sua idade?
- c) Situação de emprego ou desemprego na época da agressão:
- d) Qual a profissão ou ocupação?
- e) Qual o salário?
- f) Estado civil?
- g) Tem filhos?
- h) Onde nasceu e há quanto tempo mora nesta cidade:
- i) Cor:
- j) O agressor estava sob efeito de drogas e/ou álcool no momento da agressão?
- k) Usava álcool e/ou drogas de forma habitual?
- l) Onde ocorreu a agressão/
- m) Expectativas e sentimentos em relação ao agressor

V – SITUAÇÃO DO ABUSO SEXUAL

- a) Como tomou conhecimento do abuso sexual?
- b) Antes que sua filha confirmasse a situação, desconfiou de alguma coisa?
- c) Quais foram as atitudes que você tomou depois da confirmação dos fatos?
- d) Em sua opinião, porque isso aconteceu?
- e) Como é a divisão de espaço em sua casa? Os quartos são separados ou dividem o mesmo quarto, pais e filhos?
- f) Você conhece o agressor de sua filha?
- g) Se conhece, qual o vínculo entre ele e sua família, qual a idade, a escolaridade, a profissão e o salário?
- h) Tem conhecimento se o agressor de sua filha faz uso de álcool e/ou de alguma droga?
- i) Considerações sobre a educação recebida pela família e esta que oferece aos filhos atualmente.

VI – CONSEQUÊNCIA

- a) Depois que o abuso sexual foi revelado, inclusive para pessoas fora da família o que aconteceu em sua casa?
- b) Alguma pessoa que morava em sua casa teve que mudar?
- c) Caso afirmativo, quem exigiu esta atitude, você ou a justiça?
- d) Em caso de mudança de alguém, o que alterou na rotina da família?
- e) Quais foram as reações de sua filha depois de falar no NECASA sobre o abuso sexual?
- f) Seu comportamento mudou ou permaneceu o mesmo em casa, na escola, na igreja, enfim na comunidade?
- g) E quanto as pessoas da família e daquelas que participam de seu cotidiano, quais foram as atitudes?
- h) Qual a sua opinião sobre o fato de ter quebrado este segredo?
- i) Sentimentos e expectativas em relação ao agressor
- j) Sentimentos e expectativas em relação à filha
- k) Sentimentos e expectativas em relação às instituições (Justiça, NECASA, Escola, etc.).

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MÃES DE ADOLESCENTE

I-IDENTIFICAÇÃO

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Onde você passou a maior parte de sua vida? Na zona rural ou urbana?
- d) Qual a sua profissão?
- e) Qual a sua situação conjugal?
- f) Qual a idade de seu companheiro?
- g) Quantos filhos vivos têm (homens e mulheres)?

II – TRABALHO/ECONOMIA

- a) Quem é responsável pelo sustento da família e qual a sua profissão/ocupação e renda?
- b) Como a família divide as despesas financeiras com a casa?
- c) Quantas pessoas residem em casa?
- d) Qual a renda total da família?
- e) Expectativas, sentimentos e motivações em relação ao trabalho.

III – EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

- a) Qual foi o último grau de escolaridade que você cursou?
- b) Quais são as regras transmitidas na família e quem as transmite?
- c) Em relação à sexualidade, a família transmite informações, regras?
- d) Como elas são transmitidas: explicando, punindo; de que forma....
- e) Quando e em que situações tais regras são transmitidas
- f) Que punições ocorrem quando as regras não são seguidas?
- g) Participa de alguma organização religiosa? Qual?
- h) Faz parte das regras da família as crianças participarem da mesma religião?
- i) Algum membro da família participa de associação de bairro ou sindicato?
- j) Expectativas e sentimentos em relação à criação dos filhos.

IV – SEXUALIDADE

- a) Com quantos anos estava quando menstruou pela primeira vez?
- b) Recebeu orientação na família ou na escola a respeito da sexualidade?
- c) Com quantos anos estava quando teve a primeira relação sexual?
- d) Você sofreu abuso, ataque ou agressão sexual em sua infância ou adolescência?
- e) Em caso afirmativo, quem foi o agressor, quais foram as circunstâncias e quais as reações de sua família?
- f) Vida afetiva e sexual hoje?